

ISSN 18078834

BNIB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

73

Out/Dez 2022



OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

José Gomes da Costa

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa,
Bruno Ricardo Pena de Sousa,
Luiz Abel Amorim de Andrade,
Haroldo Maia Júnior,
Lourival Nery dos Santos e
Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira
Allisson David de Oliveira Martins

Serviços
Allisson David de Oliveira Martins

Comércio Varejista e Turismo
Laura Lúcia Ramos Freire

Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiária
Ana Lara Rodrigues Viana

Jovem Aprendiz
Isabelle Iorrana Braga da Silva
Alexandre de Oliveira do Nascimento

Revisão
Hermano José Pinho

Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária.....	8
3 Atividade Industrial	15
4 Setor de Serviços.....	24
5 Varejo	26
6 Turismo	28
8 Comércio Exterior	37
9 Finanças Públicas	45
10 Intermediação Financeira	55
11 Índices de Preços	62
12 Cesta Básica	66

1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

A economia brasileira registrou crescimento de 2,9% em 2022, relativamente ao ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta expansão da economia brasileira em 2022 ocorreu pelo segundo ano consecutivo, tendo em vista que em 2021 foi registrado um crescimento de 5%, o que pode sinalizar uma provável retomada do crescimento da economia brasileira em bases sustentáveis.

O Setor de Serviços contribuiu bastante para esse desempenho, com um crescimento de 4,2% relativamente ao ano anterior, com incrementos em todas as atividades que o compõem, sendo as maiores taxas observadas nos segmentos de Outras atividades de serviços, que inclui as categorias de serviços pessoais e profissionais, bem como serviços ligados ao Turismo, como alimentação, alojamento e aluguel de carros (expansão de 11,1%), Transporte, armazenagem e correio (8,4%) e Informação e comunicação (5,4%).

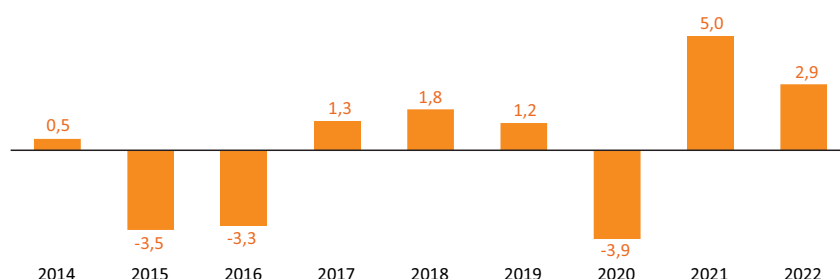
A indústria, que juntamente com o setor de Serviços, contribui com cerca de 90% do indicador de desempenho do PIB, apresentou crescimento de 1,6%, com destaque para o setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, e atividades de gestão de resíduos, que registrou expansão de 10,1%, estimulada pela melhoria das bandeiras tarifárias em 2022. A Construção Civil (expansão de 6,9%) também influenciou positivamente a expansão do valor adicionado da indústria no ano passado, registrando taxas de ocupação mais elevadas, comportamento que pode ser atribuído ao crescimento dos gastos governamentais com obras públicas.

A Indústria de Transformação, que responde pela maior parte do valor adicionado pela Indústria, foi prejudicada pela elevação dos juros e os custos elevados das matérias-primas, registrando queda de 0,3%, provocada pelo mal desempenho dos segmentos de metal, móveis, produtos de madeira e de borracha e plástico.

Já o setor agropecuário registrou redução de 1,7%, causada pelo decréscimo na produção de soja, cuja safra foi prejudicada pelos efeitos climáticos adversos, os quais provocaram um recuo estimado na produção em torno de 11,4%. As outras duas atividades que compõem o setor, pecuária e pesca, obtiveram variação positiva em 2022, mas não foi suficiente para contrabalançar o desempenho negativo da agricultura.

Na análise do desempenho do PIB pela ótica da despesa, observou-se uma variação positiva em todos os componentes da demanda agregada em 2022, com avanços mais significativos nas Exportações de bens e serviços (5,5%) e Consumo das Famílias (4,3%). A Formação Bruta de Capital Fixo registrou crescimento pelo segundo ano consecutivo, registrando uma alta de 0,9%, a qual foi bastante limitada pela pressão dos juros elevados, desestimulando os investimentos produtivos. O Consumo do Governo cresceu 1,5% em 2022, enquanto, no setor externo, as importações subiram 0,8%.

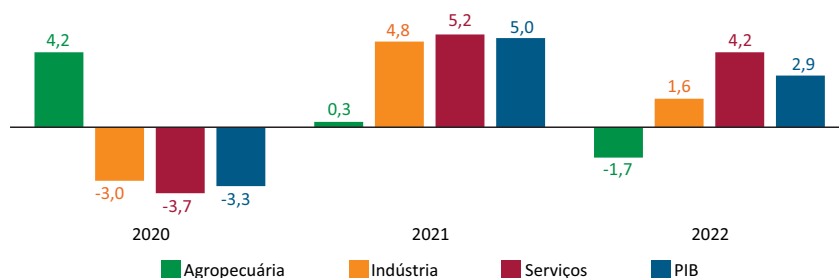
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2022



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Etene (2023)

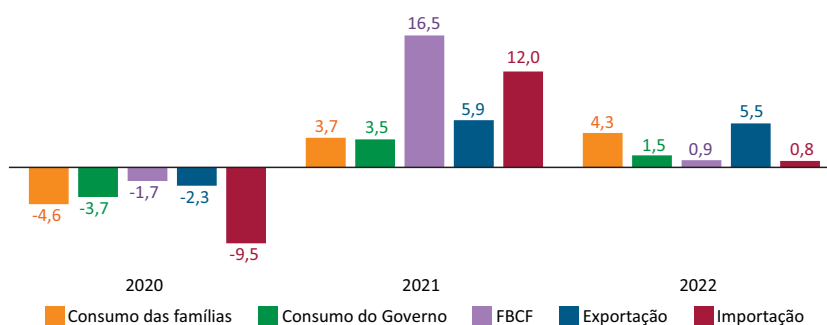
BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % em relação ao ano anterior - 2020 a 2022



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Etene (2022).

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Demanda - % em relação ao ano anterior - 2020 a 2022



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Etene (2023).

1.2 Índice de Atividade Econômica do Nordeste

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, avançou 3,9% em 2022, quando comparado com o ano anterior. Com este resultado, a economia do Nordeste figura como a 2ª região que mais cresceu em 2022, pela métrica de avaliação do acumulado do ano. A Região Centro-Oeste, com avanço de 5,9% na mesma base de comparação, é a que mais cresceu no nível de atividade econômica.

O Estado da Bahia, com crescimento de 3,5% em 2022, entre os estados do Nordeste divulgados pelo Bacen, foi o maior responsável pela performance positiva no indicador regional. O avanço do índice de atividade estadual (IBCR-BA) decorreu da melhora em indicadores econômicos estratégicos para o Estado, a exemplo da elevação de 23,4% no volume de atividades turísticas e 7,2% no volume de serviços.

Os Estados do Ceará e Pernambuco apresentaram avanço em 2022 nos índices de atividade econômica em 3,0% e 2,4%, respectivamente. No Ceará, os destaques na economia foram os Serviços, que cresceram 10,2% em volume, e especialmente o turismo, que anotou crescimento recorde no volume de atividades turísticas, 36,7%.

Na economia pernambucana, pode-se destacar também os Serviços, que cresceram em volume 11,2%. Em Pernambuco, os recuos no volume de vendas do comércio varejista e da produção física industrial, foram os principais fatores que influenciaram a menor performance do Estado na Região Nordeste em 2022.

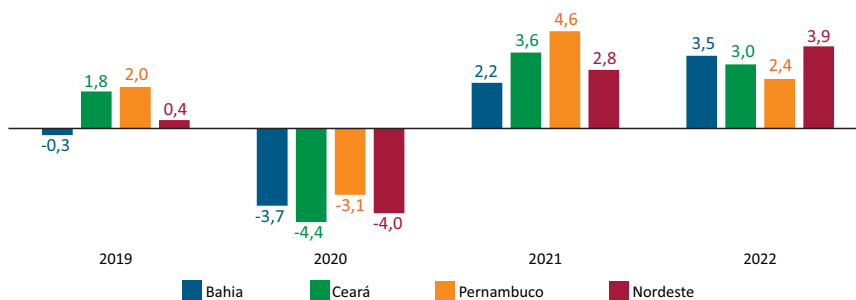
Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, que são contemplados, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentaram também indicadores positivos na atividade econômica em 2022, uma vez que o primeiro teve performance positiva de 0,4%, enquanto o último avançou 3,9%.

No Brasil, a dissipação dos efeitos da pandemia na economia continuou em marcha, sobretudo em decorrência da flexibilização das medidas sanitárias nos últimos meses, combinada com o retorno das atividades empresariais e, fundamentalmente, da melhoria do nível de emprego, que contribuíram, em grande medida, para maior tracionamento econômico, e refletiu no indicador econômico do Bacen (IBC-Br).

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

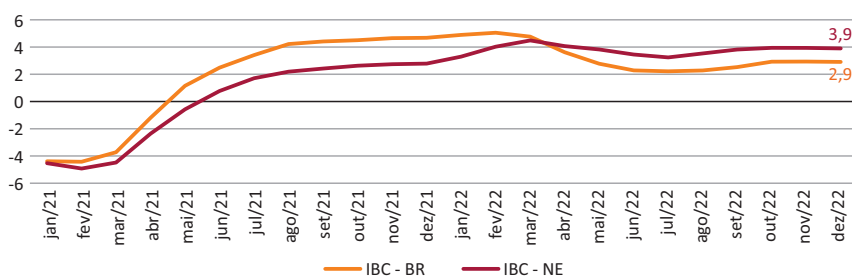
De forma geral, a atividade econômica do Nordeste em 2022 foi favorecida pelo progressivo avanço dos serviços, em particular do turismo; da melhora do emprego e do processo de desinflação; e pelos efeitos dos pagamentos do Auxílio Brasil; apesar do aperto das condições financeiras, com a trajetória crescente dos juros e do nível de endividamento.

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2022



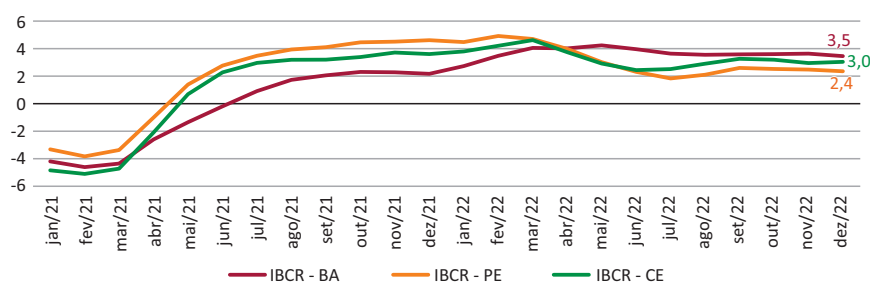
Fonte: Banco Central do Brasil, 2023. Elaboração: BNB/Etene (2023).

Gráfico 5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/21 a Dez/22



Fonte: Banco Central do Brasil, 2023. Elaboração: BNB/Etene (2023).

Gráfico 6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Bahia, Pernambuco e Ceará - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/21 a Dez/22



Fonte: Banco Central do Brasil, 2023. Elaboração: BNB/Etene (2023).

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento no ano - 2016 a 2022

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	-4,1	0,8	1,3	1,1	-4,2	4,7	2,9
Nordeste	-4,8	0,7	1,3	0,4	-4,0	2,8	3,9
Bahia	-5,4	0,0	2,0	-0,3	-3,7	2,2	3,5
Ceará	-3,9	1,3	1,7	1,8	-4,4	3,6	3,0
Pernambuco	-0,4	1,6	2,3	2,0	-3,1	4,6	2,4
Sudeste	-3,9	0,9	1,3	1,7	-3,1	4,2	3,5
Espírito Santo	-7,4	0,3	2,5	-3,7	-6,0	6,7	0,4
Minas Gerais	-2,9	0,3	0,6	-0,2	-1,9	5,2	3,9

Fonte: Banco Central do Brasil, 2023. Elaboração: BNB/Etene (2023).

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

Considerando os desempenhos do setor agrícola, o IBGE realizou o levantamento da safra para 2022; com o mapeamento das culturas, mostrou que as produtividades se mantêm elevadas, com produções agrícolas recordes, fruto de investimentos em tecnologias e práticas de manejo adequadas, e mesmo frente às intempéries climáticas, obteve a maior safra já produzida.

A produção nacional de grãos alcançou 263,1 milhões de toneladas em 2022, crescimento de 3,9% (+9,9 milhões de toneladas) frente à observada em 2021, de 253,2 milhões de toneladas (Tabela 1). Entre as principais causas do ganho na produção de grãos estão o aumento da área plantada e também do melhor desenvolvimento dos ciclos das lavouras, principalmente nas culturas do algodão, feijão, milho e soja, devido às condições climáticas que vêm favorecendo o desenvolvimento de algumas culturas.

A área plantada com grãos, no País, é estimada em 73,3 milhões de hectares em 2022, aumento de 6,6% frente à safra anterior. Considerando a proporção de área plantada para as culturas da soja e milho, com 55,8% e 29,0% de participação, nesta ordem, soja e milho obtiveram significativos avanços na área plantada, +5,4% e +8,5%, frente à safra passada, respectivamente.

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (toneladas) - 2021 e 2022

País / Região / Estados	Safra 2021		Safra 2022		Var. (%) 2022/2021
	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	
Norte	12.283.311	4,9	13.515.880	5,1	10,0
Nordeste	23.027.828	9,1	25.415.131	9,7	10,4
Maranhão	5.727.585	24,9	5.991.576	23,6	4,6
Piauí	5.055.287	22,0	5.926.000	23,3	17,2
Ceará	564.881	2,5	671.140	2,6	18,8
Rio Grande do Norte	27.985	0,1	56.914	0,2	103,4
Paraíba	79.552	0,3	102.910	0,4	29,4
Pernambuco	138.545	0,6	268.491	1,1	93,8
Alagoas	130.991	0,6	105.057	0,4	-19,8
Sergipe	798.620	3,5	931.336	3,7	16,6
Bahia	10.504.382	45,6	11.361.707	44,7	8,2
Sudeste	24.549.877	9,7	27.827.543	10,6	13,4
Sul	76.860.725	30,4	65.701.673	25,0	-14,5
Centro-Oeste	116.484.097	46,0	130.694.379	49,7	12,2
Brasil	253.205.838	100,0	263.154.606	100,0	3,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Entre as Regiões, a produção de grãos obteve acréscimos no Sudeste (+13,4%), Centro-Oeste (+12,2%), Nordeste (+10,4%) e Norte (+10,0%). No entanto, a Região Sul, mesmo com participação significativa da produção do País, registrou quebra de safra de -14,5%, reduzindo, aproximadamente, 11,1 milhões de toneladas de grãos. Essa quebra de safra é consequência, em grande medida, das condições climáticas adversas nos estados da Região Sul, com diminuição das temperaturas e ocorrências de geadas.

Em termos de participação, o Centro-Oeste deverá permanecer como maior produtor nacional de grãos, atingindo 130,7 milhões de toneladas de grãos (49,7% do total do País); na sequência, o Sul, com produção de 65,7 milhões de toneladas, participa com 25,0% da produção nacional em 2022; Sudeste atingiu a produção de 27,8 milhões de toneladas (10,6%); Nordeste, 25,4 milhões de toneladas (9,7% do total) e Norte, 13,5 milhões de toneladas de grãos (5,1% do total do País), conforme dados do Gráfico 1.

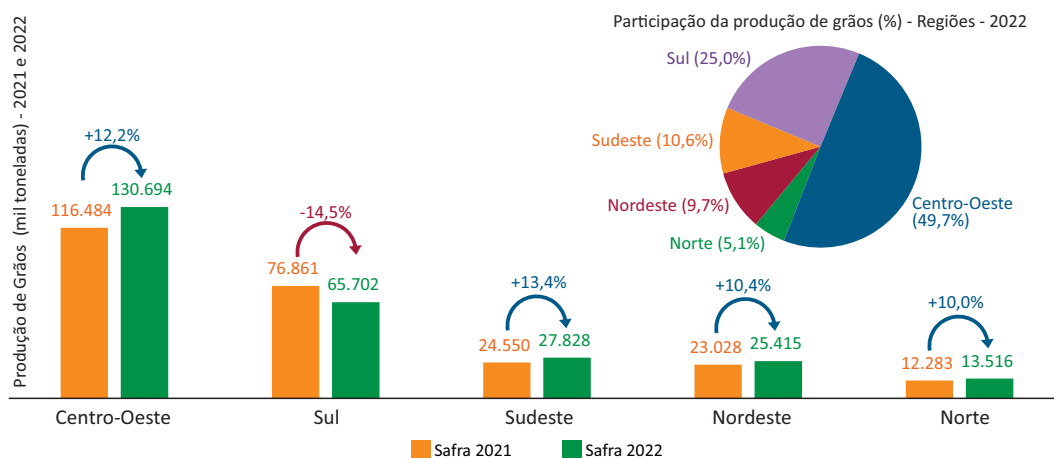
BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

A Safra de grãos do Nordeste em 2022 atingiu níveis recordes, alcançando 25,4 milhões toneladas de grãos. Assim, com avanço de 10,4%, o Nordeste configura em terceiro lugar em crescimento e em quarta posição na produção relativa à Safra de grãos no País, frente à safra passada, conforme dados do Gráfico 1.

Segundo a Conab (2022), a distribuição das chuvas na Região Nordeste não ocorreu de forma uniforme. Os acumulados de chuva concentraram em áreas do Matopiba e sul da Bahia, que contribuiu para o armazenamento da água no solo, favorecendo assim o desenvolvimento das lavouras.

A área plantada no Nordeste foi de 8,8 milhões de hectares, em 2022, crescimento de 6,1% frente à safra passada. O destaque na área plantada fica para as culturas de soja e milho, que representam cerca de 42,8% e 33,5% da área plantada destinada ao cultivo de grãos na Região. Na variação frente à safra do ano anterior, sorgo (+20,3%), algodão (+8,4%), milho (+7,2%) e soja (+6,8%) aumentaram a área destinada ao plantio em 2022, de maneira geral, com boas condições climáticas nas áreas produtoras.

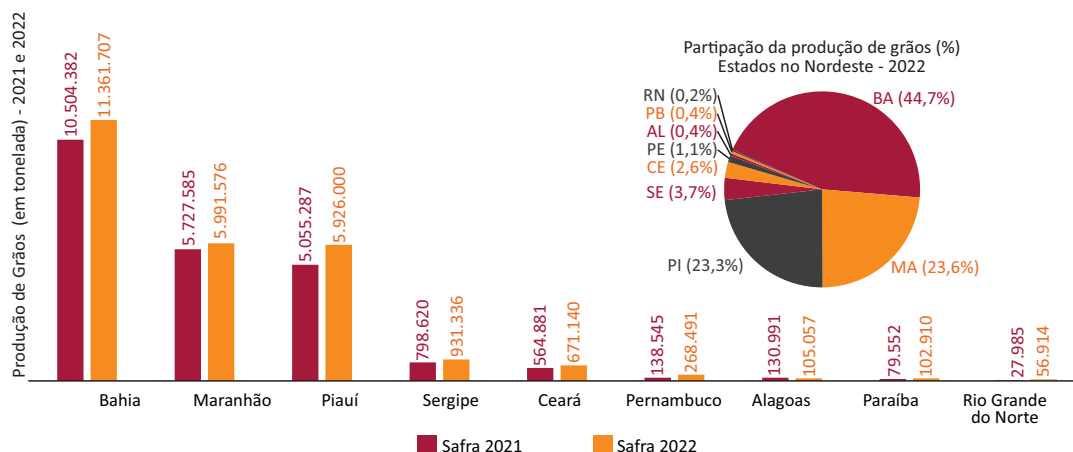
Gráfico 1 – Produção de grãos (mil toneladas) e variação (%) - Brasil e Regiões - 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Quanto aos estados da Região Nordeste, oito apresentaram ganhos na produção de grãos na Safra 2022. As principais altas nas estimativas da produção de grãos em relação à safra passada ocorreram no Piauí (+870.713 t), Bahia (+857.325 t), Maranhão (+263.991 t), Pernambuco (+129.946 t) e Ceará (+106.259 t), vide Gráfico 2.

Gráfico 2 – Estados do Nordeste: Participação (%) e Produção de grãos (toneladas) - 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Quanto ao crescimento anual, Rio Grande do Norte apresenta maior variação, aumento de +103,4%, frente à Safra passada, seguido por Pernambuco (+93,8%), Paraíba (+29,4%), Ceará (+18,8%), Piauí

(+17,2%), Sergipe (+16,6%), Bahia (+8,2%) e Maranhão (+4,6%), crescimentos na produção de grãos superiores à média nacional (+3,9%). Apenas Alagoas (-19,8%) registrou queda na Safra de 2022.

Dentre os grandes produtores de grãos do Nordeste, Bahia lidera como o maior produtor regional de grãos, com participação de 44,7%. Em seguida, Maranhão (23,6%) e Piauí (23,3%), que, somados, os três estados representaram 91,6% do total da produção regional de grãos na Safra de 2022.

Nestes estados, a soja é o principal produto cultivado. Na Bahia, a participação da soja alcançou 52,5% da produção regional em 2022; No Maranhão e Piauí, a participação atingiu 25,1% e 22,3% da soja produzida no Nordeste, respectivamente.

Segundo o IBGE, os aumentos registrados na produção de soja no Piauí (+13,4%), Maranhão (+8,1%) e Bahia (+6,0%) são reflexos do crescimento da área colhida e ganho de produtividade, impulsionados pelos preços da *commodity*.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacaram em 2022 as produções de soja (119,5 milhões de toneladas), milho (110,1 milhões de toneladas, com *Record* em sua produção) e arroz (10,6 milhões de toneladas). As três culturas representam 91,3% do total produzido de grãos no País, além de responderem por 73,9% da área colhida.

Quando comparada com as safras de 2021, no País, mamona (+32,0%), amendoim (+30,1%), trigo (+28,5%) apresentaram os maiores incrementos em suas respectivas produções em 2022. Milho (+25,5%), algodão (+15,2%), sorgo (+18,3%) e feijão (+10,9%) também seguiram com crescimento em suas produções anuais. Já as estimativas de declínio na produção ficaram para os cultivos de soja (-11,4%) e arroz (-8,3%).

Além da produção de grãos, no levantamento das safras do IBGE, cabem ainda destacar os crescimentos da produção nacionais da castanha-de-caju (+33,0%), café (+6,8%), laranja (+4,4%), cana-de-açúcar (+2,7%) e banana (+0,7%). Por outro lado, uva (-11,8%), tomate (-0,8%), fumo (-7,1%), cacau (-6,6%), batata-inglesa (-2,4%) e mandioca (-1,6%) apresentaram declínios na safra de 2022.

No Nordeste, os resultados para a Safra de 2022 foram bastante promissores. Na produção de grãos, destacaram-se em crescimento as produções de mamona (+33,5%), feijão (+21,7%), sorgo (+20,7%), milho (+13,8%), trigo (+10,4%), soja (+8,1%), algodão (7,2%) e amendoim (+2,2%), conforme dados da Tabela 2. Enquanto isso, a produção de arroz apresentou declínio de -4,1%, diante do ajuste da redução de área de plantio na safra de 2022.

Na Região, o crescimento da produção do feijão de +21,7%, propiciou aumento de 108,9 mil toneladas, impulsionado principalmente pelo avanço do plantio na Bahia que gerou incremento de 54,7 mil toneladas de feijão, ou seja, crescimento de +28,9% frente à safra passada; Pernambuco apresentou incremento na produção de +41,2 mil toneladas, e crescimento na produção de +58,4% e Piauí teve como resultado na produção de feijão incremento de +16,2 mil toneladas, ou seja, variação na produção de +30,4%. A colheita do feijão foi influenciada, sobretudo, devido à ocorrência das chuvas dentro do calendário agrícola, que favoreceu o plantio nas grandes regiões produtoras.

A Bahia obteve produção de 243,9 mil toneladas de feijão, cerca de 39,9% da produção de feijão regional; assim, permanece como o maior detentor da produção de feijão regional em 2022. Na sequência, têm-se Pernambuco e Ceará, com 18,3% e 16,7% da produção regional de feijão, nessa ordem; mesmo com a quebra de safra do feijão no Ceará (-8,5%), o Estado permanece em terceiro maior produtor regional.

O crescimento da produção de milho foi de +13,8% na Região em 2022, acréscimo de 1,14 milhão de toneladas, promovido, em grande medida, pela ampliação da produção no Piauí, cujo incremento foi de 446,5 mil toneladas de milho, ou seja, crescimento de 20,8% frente à safra passada. Na sequência, Bahia (+340,8 mil toneladas, +13,6%), Ceará (+123,6 mil toneladas, +29,7%) e Pernambuco (+88,7 mil toneladas, +143,4%).

Na Região, cerca de 82,6% da produção de milho concentra-se na Bahia (30,2%), Piauí (27,6%) e Maranhão (23,8%), estados que fazem parte da fronteira agrícola MATOPIBA. Os resultados foram impulsionados pelos preços da *commodity*, crescimento da área plantada e ganho de produtividade,

que foram fatores decisivos no aumento da produção de milho, aliados às boas condições climáticas, em especial, nos perímetros produtivos localizados nos cerrados.

Quanto aos demais produtos agrícolas na Região Nordeste, em 2022, castanha-de-caju (+33,2%), mandioca (+13,1%), café (+12,8%), laranja (+7,0%), banana (+5,9%) e uva (+0,6%) apresentaram crescimento em suas respectivas produções, frente à safra anterior. Porém registraram quebra de safra nos cultivos do fumo (-29,9%), cacau (-13,1%), tomate (-8,9%), batata-inglesa (-8,5%) e cana-de-açúcar (-2,4%).

A produção de café, praticamente toda cultivada na Bahia, especificamente no Atlântico-sul da Bahia; Planalto - Centro-sul e Centro-norte da Bahia e Cerrado - Extremo-oeste da Bahia, expandiu sua produção +12,8% em relação à safra passada; assim, aumentou sua produtividade em 12,9%, para o mesmo período. Fato condicionado à bionalidade positiva para a safra arábica em 2022, o que resultou em um rendimento expressivo de café total.

A castanha-de-caju, importante cultura do Nordeste, registrou significativo aumento em sua produção, crescimento de +33,2% em relação à safra passada. A expansão na produção de castanha-de-caju foi sobretudo do aquecimento da demanda associada ao aumento dos preços exportados no decorrer do ano de 2022. Ceará é o principal estado produtor de casta-de-caju, com 58,7% da produção regional, seguido por Piauí (17,6%) e Rio Grande do Norte (14,8%).

Tabela 2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em toneladas) - 2021 e 2022

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR 2022
	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	
Cereais e leguminosas ⁽¹⁾	253.205.838	261.865.201	3,4	23.027.828	25.361.437	10,1	9,7
Algodão	5.849.412	6.725.484	15,0	1.428.577	1.531.204	7,2	22,8
Amendoim	650.758	826.371	27,0	11.649	12.032	3,3	1,5
Arroz	11.620.292	10.659.472	-8,3	351.616	348.026	-1,0	3,3
Feijão	2.776.373	3.037.534	9,4	502.539	631.713	25,7	20,8
Mamona	29.480	38.921	32,0	29.147	38.921	33,5	100,0
Milho	87.787.120	109.555.475	24,8	8.263.717	9.315.259	12,7	8,5
Soja	134.933.704	119.497.562	-11,4	12.767.795	13.806.902	8,1	11,6
Sorgo	2.409.724	2.707.963	12,4	197.933	239.215	20,9	8,8
Trigo	7.816.867	9.612.884	23,0	32.000	35.334	10,4	0,4
Banana	7.018.879	7.087.342	1,0	2.347.940	2.473.657	5,4	34,9
Batata-inglesa	4.126.611	4.023.123	-2,5	387.000	354.000	-8,5	8,8
Cacau	310.537	288.501	-7,1	145.120	126.050	-13,1	43,7
Café	2.940.503	3.135.761	6,6	207.766	234.442	12,8	7,5
Cana-de-açúcar	609.281.544	609.099.699	0,0	53.802.854	54.179.683	0,7	8,9
Castanha-de-caju	110.669	122.530	10,7	109.862	121.676	10,8	99,3
Fumo	716.356	664.432	-7,2	33.346	28.196	-15,4	4,2
Laranja	16.019.990	16.729.410	4,4	1.170.301	1.179.973	0,8	7,1
Mandioca	18.496.182	18.233.814	-1,4	3.719.184	4.051.512	8,9	22,2
Tomate	3.886.009	3.632.780	-6,5	476.882	436.211	-8,5	12,0
Uva	1.702.660	1.501.655	-11,8	460.104	462.742	0,6	30,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

2.2 Pecuária

Considerando a instabilidade geopolítica internacional e seus impactos sobre o mercado brasileiro de insumos agropecuários, no momento de volatilidade de preços de insumos agropecuários, somando-se esse panorama o momento em que a economia nacional ainda vem se recuperando dos efeitos da pandemia da Covid-19, para o ano de 2022, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizaram

recuperação em seus volumes tanto no País, quanto na Região Nordeste, sendo neste, mais propagada essa melhoria. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos de abate de animais e produções de leite e ovos de galinha.

Bovinos

O quantitativo de animais abatidos de bovinos no País apresentou aumento de +7,5%, quando comparado ao ano de 2021, após dois anos de queda na produção. Este aumento foi fortemente induzido pelas exportações recordes de carne bovina *in natura* acumuladas no ano de 2022, que atingiram 2,2 milhões de toneladas, aumento de 22,6% em relação ao ano anterior, considerado o melhor resultado no período, desde a série iniciada em 1997 (SECEX/ME). E, no mesmo sentido, os aumentos dos preços médios da carne bovina exportada, valor 14,8% acima do apurado no mesmo período de 2021 e da arroba no mercado interno, que alcançou valores máximos (CEPEA/Esalq).

Na Região Nordeste, que representa 8,6% do quantitativo de bovinos abatidos no País, registrou considerável crescimento de +13,6%, em comparação ao ano de 2021. Nesse período, Alagoas (+34,0%) e Rio Grande do Norte (+19,1%) detêm os maiores crescimentos no quantitativo de bovinos abatidos. Enquanto, os estados da Bahia (39,8%) e Maranhão (24,5%) estão entre os maiores abatedores de bovinos na Região.

Para as cotações da carne bovina, no mercado interno, os preços médios praticados em 2022 atingiram os patamares mais elevados da série histórica do Cepea/Esalq. Mesmo com o arrefecimento da demanda doméstica, diante dos substitutos diretos à proteína bovina, os valores da arroba foram impulsionados pela boa performance das exportações da carne bovina, assim, mantendo os preços internos elevados. No cenário internacional, a expectativa é de alta, com tendência de elevação das exportações de carne bovina *in natura*, desde o fim do embargo. A China é o principal comprador da carne bovina *in natura*; participando 57,0% das exportações brasileiras dessa proteína animal.

Suíños

No País (+5,9%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre os anos de 2022 e 2021. (Tabela 1). O aumento da produção de carne suína, em grande medida, por ser uma alternativa de carne substituta à bovina, e conjugada à redução do volume exportado, aumentou a participação da disponibilidade interna da proteína (Cepea/Esalq). Quanto aos preços das carnes suínas, neste cenário desenhado pelo aumento da oferta de carne suína no mercado interno, corroborou a aplacar a elevação dos preços.

Para o Nordeste (+15,9%), houve aumento significativo no quantitativo de suínos abatidos. Devido o preço da carne suína ter sofrido desvalorização no mercado interno ao longo de 2021 e no decorrer do ano de 2022, os preços relativos das demais proteínas aumentaram de forma significativa, assim, mantendo acirrada a competitividade da carne suína.

Neste período, entre os maiores produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta como maior produtor (peso regional de 44,4%), além de apresentar crescimento no número de animais abatidos de 28,6% em relação ao ano de 2021. Em seguida, Ceará, segundo maior produtor (peso regional de 27,8%) e em terceiro, Pernambuco, com participação de 11,1%.

Frangos

No acumulado do ano de 2022, o cenário nacional apresentou-se estável quanto ao abate de frangos. O total de frangos abatidos no País correspondeu a 12,8 milhões de toneladas, crescimento de 2,2% frente ao computado no ano anterior. Como maior produtor em peso das carcaças, a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção da carne de frango, as exportações de carne de frango *in natura* foram Record para o ano de 2022, aumento no volume exportado de 55,6%, impactado pelo aumento de 22,0% nos preços internacionais, segundo dados da Secex/ME.

Para a Região Nordeste, o cenário mostrou-se mais aquecido no abate de frangos. Quando comparado ao ano de 2021, houve alta de 3,3% no quantitativo do peso das carcaças de frango abatidos, chegando a 512,9 mil toneladas de frango, incremento de 16,3 mil toneladas do produto.

O resultado no Nordeste foi determinado, principalmente, pelo aumento no abate de frangos na Bahia (+25,0 mil toneladas). Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango; produz cerca de 60,4% do total do abate de frango na Região, além de apresentar crescimento de +8,8%, chegando a produzir 309,6 mil toneladas de frango. Pernambuco, apesar da queda da produção (10,2%), continua em segundo na produção regional, com 24,3% da produção regional. Ceará é o terceiro maior produtor regional de frango, participando com 12,4% da produção de frangos na Região, além de apresentar crescimento de 9,1% no ano de 2022 frente ao ano anterior.

Quanto aos preços do frango, devido à maior demanda internacional pela carne de frango, motivou a alta dos preços, além de ficarem condicionados a fatores internos, com aumento da energia elétrica, dos combustíveis e os repasses nos custos de insumos na produção nas granjas (Cepea/Esalq).

Produção de Leite

Quanto à produção de leite no País, verificou-se redução da aquisição tanto para o leite cru (-5,0%) quanto para o industrializado (-5,3%), frente ao ano de 2021. A produção de leite cru e industrializado foi de aproximadamente 23,8 e 23,7 bilhões de litros, respectivamente. A aquisição nacional de leite foi impactada, principalmente, devido às ocorrências de climáticas na Região Sul que contribuiu para a piora da qualidade do pasto, além da queda de grãos, desta forma, reduzindo a produção.

No Nordeste, que representa 7,9% da produção nacional, foram captados cerca de 1,8 bilhão de litros de leite no ano de 2022. Frente ao período anterior, houve acréscimo de +4,0% para o leite cru e de +3,7% na aquisição do leite industrializado na Região.

No comparativo do ano de 2022 em relação ao de 2021, entre as nove Unidades Federativas, seis apresentaram acréscimos na aquisição de leite. Contribuíram de forma significativa para o agregado da Região: Sergipe (+78,2 milhões de litros), Ceará (+28,3 milhões de litros), Paraíba (+10,2 milhões de litros) e Alagoas (+9,2 milhões de litros). Por outro lado, Bahia (55,1 milhões de litros), Maranhão (-6,9 milhões de litros) e Rio Grande Norte (-2,5 milhões de litros) registraram perda na produção de leite no ano de 2022.

Desta forma, na variação relativa entre os anos de 2022 e 2021, Sergipe (+25,5%), Paraíba (+14,9% e Alagoas (+13,2%) e apresentaram as variações mais relevantes; em seguida, Piauí (+12,1%), Ceará (+8,3%) e Pernambuco (+3,2%). No entanto, Maranhão (-11,9%), Bahia (-9,3%) e Rio Grande do Norte (-3,6%) e apresentaram tendência de decréscimo na aquisição de leite.

Bahia, mesmo com retração na aquisição de leite cru, continuou liderando o ranking na captação regional, com participação de 28,8% do total regional. Em seguida, Sergipe (20,6%), Ceará (19,7%) e Pernambuco (15,1%) entre os maiores produtores regionais de leite cru.

Quanto aos preços, segundo Cepea/Esalq, as expectativas para os preços do leite são de valorização para os próximos seis meses do ano de 2023, levando em consideração os impactos pelos altos custos de produção, tanto na alimentação dos animais, quanto da energia elétrica e combustíveis. De acordo com informações do Cepea/Esalq, o preço líquido médio do litro de leite pago ao produtor em janeiro de 2023 foi de R\$ 2,66/litro, valor 17,6% acima do praticado no mês de janeiro do ano de 2022 (valores deflacionados pelo IPCA). Desta forma, a alta nas cotações no campo ampliou o poder de compra do produtor frente aos insumos. Ainda assim, o cenário é de cautela para investimentos de longo prazo, uma vez que a valorização dos principais cultivos de grãos tem limitado a redução dos custos de produção.

Produção de Ovos

A produção de ovos de galinha no País foi de 4,06 bilhões de dúzias no acumulado de 2022. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a quantidade produzida apresentou crescimento de 1,2% no ano de 2022, sendo estável no 1º e 2º trimestres de 2022. As expectativas para produção de ovos são otimistas, pois o poder de compra de avicultores subiu devido à valorização das cotações dos ovos somado à queda dos preços do farelo de soja e à estabilidade dos preços do milho, que são os principais insumos consumidos na avicultura (Cepea/Esalq).

Para o Nordeste, no acumulado de 2022, apontou aumento na produção de 3,7% frente ao ano de 2021, média superior à nacional (+1,2%), chegando a 698,4 milhões de dúzias de ovos, atingindo cerca de 17,2% da produção do País. O cenário é bastante animador para os produtores de ovos locais, com o sistema de custos em revisão (expectativa de redução dos insumos consumidos pela avicultura) atrelado à demanda regional por ovos de galinha. Esse fato é devido ao preço acessível do ovo frente a outras proteínas, que diante do aumento dos preços das carnes, principalmente a carne bovina, cresceu a demanda de ovos no mercado regional.

Ceará (+15,2 milhões de dúzias de ovos), Paraíba (+9,4 milhões de dúzias de ovos) e Bahia (+3,1 milhões de dúzias de ovos) apresentaram significativos acréscimos na produção de ovos de galinha, em relação ao ano de 2021. Independentemente da variação apresentada, Ceará (35,5%) e Pernambuco (31,9%) ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste, produzindo cerca de 247,8 e 223,0 milhões de dúzias de ovos, respectivamente.

Tabela 1 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil - 2021 e 2022

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	2021			2022			Variação (%) 2022 / 2021	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil cabeças ou carcaças)								
Bovinos	27.704.853	2.257.494	8,1	29.795.996	2.564.617	8,6	7,5	13,6
Suínos	53.045.545	569.655	1,1	56.150.379	660.354	1,2	5,9	15,9
Frangos	6.111.074.456	238.417.005	3,9	6.109.813.920	238.240.514	3,9	0,0	-0,1
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	7.456.261	590.985	7,9	7.973.253	672.052	8,4	6,9	13,7
Suínos	4.898.967	45.372	0,9	5.167.309	53.004	1,0	5,5	16,8
Frangos	12.623.455	496.600	3,9	12.897.169	512.984	4,0	2,2	3,3
Leite (Mil litros)								
Adquirido	25.121.798	1.801.622	7,2	23.854.035	1.873.721	7,9	-5,0	4,0
Industrializado	25.093.257	1.800.309	7,2	23.773.302	1.867.008	7,9	-5,3	3,7
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	4.012.512	673.551	16,8	4.060.217	698.433	17,2	1,2	3,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

Referências

IBGE. **Indicadores IBGE**: levantamento sistemático da produção agrícola setembro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2 jan. 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2022_dez.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

IBGE. **Indicadores IBGE**: estatística da produção pecuária primeiros resultados out.- dez. 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 15 mar. 2023b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2022_4tri.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**, Brasília, v.10, n.3, dez. 2022. Disponível: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos>. Acesso em: 3 fev. 2023.

3 Atividade Industrial

3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial de dezembro de 2022 (0,0%) manteve o mesmo patamar realizado no mês anterior. Com este resultado, a produção do setor ficou 2,2% abaixo do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020), e 18,5% abaixo do nível recorde registrado em maio de 2011. Os dados são do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023a).

Em relação a iguais períodos de 2021, a atividade da indústria recuou no mês de dezembro (-1,3%), mas obteve resultado positivo no fechamento do quarto trimestre de 2022 (0,5%), bem como no acumulado do segundo semestre (0,7%). Estes não foram suficientes, contudo, para compensar as perdas do primeiro semestre (-2,2%) e o índice anual fechou em queda de -0,7% (Tabela 1), com resultado negativo nas quatro grandes categorias econômicas, 17 dos 26 ramos, 54 dos 79 grupos e 62,4% dos 805 produtos pesquisados.

Tabela 1 – Taxa de crescimento industrial por grandes categorias econômicas - Brasil – Taxas semestrais e anual 2022 (Base: igual período do ano anterior)

Grandes categorias econômicas	2022		
	1S22	2S22	Ano 2022
Bens de capital	-1,2	0,6	-0,3
Bens intermediários	-1,9	0,5	-0,7
Bens consumo duráveis	-11,7	5,6	-3,3
Bens consumo semiduráveis e não duráveis	-1,2	0,7	-0,2
Indústria em geral	-2,2	0,7	-0,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023a e 2023b)

Todas as quatro grandes categorias econômicas apresentaram desempenho positivo no segundo semestre de 2022 (Tabela 1), reduzindo as perdas, também generalizadas, do primeiro semestre. O setor de bens de consumo duráveis (-3,3%) foi o de maior destaque, com intensa oscilação nos dois semestres, passando de um recuo de -11,7%, para uma elevação de 5,6%. Durante o período, as demais categorias mostraram um comportamento menos intenso e bastante semelhante entre si, suavizando o resultado da Indústria em geral (-0,7%).

Quanto ao desempenho das seções e atividades, houve redução tanto na indústria extrativa (-3,2%) quanto na de transformação (-0,4%). Nesta, dentre as 25 atividades pesquisadas, 9 apontaram crescimento (Tabela 2), com destaque para: outros equipamentos de transporte (12,9%), coque e derivados do petróleo (6,6%), celulose e papel (3,1%), bebidas (3,0%), veículos automotores, reboques e carrocerias (3,0%), alimentos (2,4%) e produtos químicos (2,3%). Entre as principais influências negativas foram registradas: metalurgia (-5,0%), produtos de borracha e plástico (-5,7%), produtos de metal (-9,0%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,7%).

A redução industrial de 2022 (-0,7%) veio precedida de uma alta em 2021 (3,9%), mas anteriormente, a indústria havia registrado duas quedas seguidas, em 2019 (-1,1%) e 2020 (-4,5%). Assim, observa-se que o setor continua enfrentando dificuldades, tanto decorrentes de uma demanda desaquecida, quanto de uma oferta de produção represada. As dificuldades relacionadas à oferta ainda contemplam os elevados custos de produção e restrição de acesso a insumos e componentes. Refletem fatores externos - como uma economia pós-pandemia com desequilíbrios na cadeia produtiva e em processo de reestruturação, e a guerra entre Rússia e Ucrânia - bem como fatores internos - como elevadas taxas de juros, taxa de câmbio e carga tributária, paralização de plantas industriais e a concessão de férias coletivas.

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas – Brasil – 2021 e 2022 (Base: igual período do ano anterior)

Seções e atividades	2021	2022
Indústria geral	3,9	-0,7
Indústrias extrativas	1,0	-3,2
Indústrias de transformação	4,3	-0,4
Fabr. outros equip. transporte, exceto veículos automotores	15,8	12,9
Fabricação de produtos do fumo	-0,6	8,6
Fabr coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	-0,7	6,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,6	3,1
Fabricação de bebidas	0,3	3,0
Fabr. de veículos automotores, reboques e carrocerias	20,1	3,0
Fabricação de produtos alimentícios	-8,2	2,4
Fabricação de outros produtos químicos	5,8	2,3
Meturgia	15,4	-5,0
Fabr. de produtos de minerais não-metálicos	13,8	-5,1
Fabr. de produtos de borracha e de material plástico	5,1	-5,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	12,0	-8,4
Fabr. produtos de metal, exceto máqs e equips	5,2	-9,0
Fabr. de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,3	-10,7
Fabricação de produtos têxteis	8,4	-12,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023c).

Quanto à demanda interna, segundo aponta análise do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022e), ao longo do ano de 2022, o setor industrial respondeu às medidas de incremento da renda, tais como a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas, liberação do FGTS, adoção de medidas de estímulo ao crédito, Auxílio-Brasil e auxílio concedido aos caminhoneiros, entre outros. Contudo outros fatores atuaram desestimulando a demanda no País, como a taxa de juros elevada, afetando diretamente os custos de crédito; além da inflação, principalmente dos alimentos, que impactou na renda das famílias; aumento nas taxas de inadimplência e de endividamento, e o perfil do mercado de trabalho, que embora tenha mostrado clara recuperação ao longo do ano, ainda se caracterizou pela precarização dos postos de trabalho gerados.

O resultado dessa correlação de forças foi um perfil disseminado de recuo, demonstrando que a indústria nacional viveu, em 2022, uma retração que atingiu diferentes grupos e segmentos da produção.

Esta percepção foi reforçada pelos resultados da pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2023a). Esta indicou, dentre outras variáveis, que o nível de utilização da capacidade instalada (UCI) na indústria caiu 4 pontos percentuais, na passagem de novembro para dezembro de 2022, de 71% para 67%. Embora seja usualmente esperada uma queda para o mês de dezembro, o percentual de 2022 (67%), ficou abaixo do patamar observado em iguais meses dos dois anos anteriores, 68%, em dezembro de 2021, e 70%, em 2020 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2023b), dois anos atípicos, afetados em cheio pelo período pandêmico. Em termos de média anual, a UCI de 2022 (69%) ficou abaixo da média do ano de 2021 (70%), mas acima da média de 2020 (66%).

Considerando os quesitos avaliados em bases trimestrais, a pesquisa identificou que os empresários registraram piora das condições financeiras no último trimestre de 2022. Por outro lado, a maioria dos índices de expectativas captados em janeiro de 2023 aumentou e o otimismo manteve-se difundido. A intenção de investimento permaneceu estável no período (em geral, os índices da “Sondagem Industrial” consideram os 50 pontos como linha divisória entre um resultado de satisfação ou insatisfação, facilidade ou dificuldade, otimismo e pessimismo).

Quanto às condições financeiras, foi identificada maior insatisfação dos empresários com o lucro operacional (47,3 pontos), maior dificuldade para obtenção de crédito (42,7 pontos), e elevados preços de insumos e matérias-primas (56,0 pontos).

Os principais problemas apontados pela indústria, relativos ao quarto trimestre do ano, contemplaram, em primeiro lugar, a “elevada carga tributária”, com 32,1% de citações. Em segundo lugar, apareceu a “falta ou alto custo da matéria-prima”, citado por 31,0% dos participantes. Em seguida, ganhou força a “demanda interna insuficiente” (29,8%) e, na quarta posição, a “elevada taxa de juros”, escolhida por 23,8% dos empresários industriais (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2023b).

Conforme salienta a Sondagem (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2023a), historicamente, o problema da elevada carga tributária ocupava a primeira posição do ranking. Com o advento da pandemia, o consequente desequilíbrio das cadeias de insumos e matérias-primas ganhou maior relevância, elevando seus preços, e este passou a ocupar o primeiro lugar, onde permanece, embora venha perdendo intensidade. A demanda interna insuficiente que, ao longo da série histórica, registra percentuais elevados e normalmente se encontra nas primeiras posições do ranking, mostrou uma preocupação crescente dos empresários nos dois últimos trimestres do ano. Ressalte-se ainda a elevada taxa de juros que, no ano de 2022, se configurou em uma preocupação de destaque e ainda se mantém neste patamar. Esta percepção está vinculada aos reajustes consecutivos na taxa Selic, instrumento que vem sendo utilizado pelo Banco Central com o objetivo de combater a escalada da inflação.

Quanto aos índices de expectativa, a maioria apresentou elevação no mês de janeiro de 2023, indicando maior otimismo dos empresários para os próximos seis meses. Aumentaram em otimismo (acima da linha de 50 pontos): demanda (52,2 pontos), exportação (51,1 pontos) e compras de matérias-primas (51,3 pontos). Contudo, o índice de expectativa de número de empregados permaneceu estável frente a dezembro e a novembro, mantendo-se em 49,0 pontos. Esse resultado sinaliza expectativa de redução do número de empregados. O índice de intenção de investimento mostrou-se estável em janeiro de 2023 (53,7 pontos), apontando para a continuidade da intenção de investir, e permanece acima da média histórica de 51,4 pontos.

3.2 Atividade Industrial Nordeste

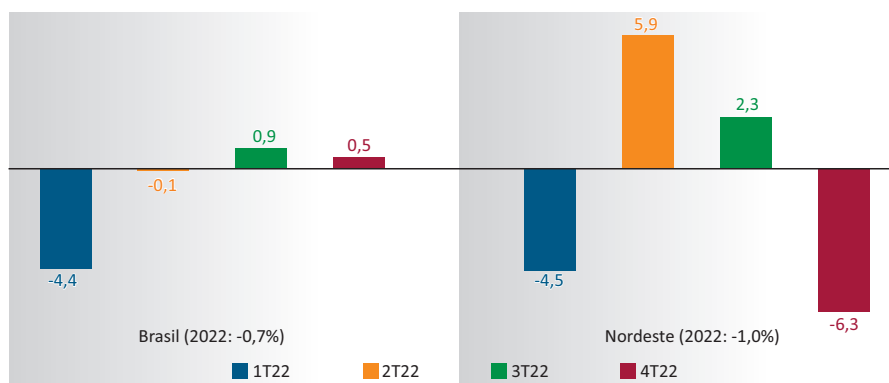
No Nordeste, o nível de atividade industrial do mês de dezembro, em relação ao mês anterior, foi de crescimento (0,6%). No entanto, quando as comparações são interanuais, são observadas retrações: -6,9%, frente a dezembro de 2021; -6,3%, no quarto trimestre de 2022, e -1,0% na taxa acumulada de 12 meses, ou fechando o ano de 2022.

Nesse patamar, a indústria regional continua aquém do nível pré-pandemia, tendo produzido 21,7% a menos do que o realizado em fevereiro de 2020.

Acompanhando a evolução trimestral ao longo do ano de 2022, o Gráfico 1 aponta que a Região Nordeste apresentou um comportamento com oscilação mais intensa do que a indústria nacional. Enquanto esta foi relativamente mais estável nos três últimos trimestres e manteve taxas positivas durante o segundo semestre, a indústria regional que vinha de dois trimestres de crescimento (5,9%, no 2T22 e 2,3% no 3T22), voltou a ter forte queda no quarto trimestre do ano (-6,3%). Apesar da distinta trajetória traçada nos dois locais, o resultado acumulado para o ano de 2022 foi semelhante entre eles: Brasil (-0,7%) e Nordeste (-1,0%).

Um agravante para o resultado regional do período, contudo, é a base de comparação. A retração no Nordeste (-1,0%) ocorreu sobre um recuo ainda maior do ano anterior (-6,3%, em 2021), enquanto na média do País (-0,7%), a base foi um ano de crescimento (3,9%, em 2021). Estes resultados apontam para o menor dinamismo da indústria do Nordeste e a ampliação da defasagem entre esta e as regiões mais industrializadas do País. Sobre as causas do desempenho negativo local, César Andrade, economista da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (CRISE..., 2023), aponta que embora a pandemia estivesse pior em 2021 e o ano de 2022 tenha apresentado melhor desempenho, o setor industrial continua com dificuldades de encontrar matéria-prima para a produção; ao mesmo tempo, o aumento dos juros para 13,75% tem afetado diretamente o custo e o acesso ao crédito por parte dos empresários, e a alta da inflação tem impactado na renda das famílias, reduzindo a demanda por produtos industriais.

Gráfico 1 – Evolução trimestral da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste –2022 (Base: igual período do ano anterior)

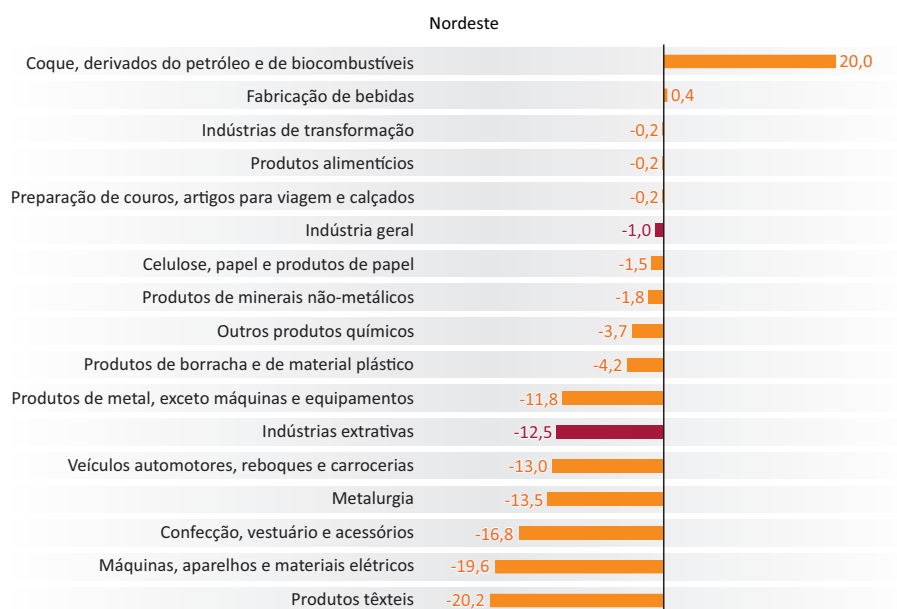


Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022d).

Destaque-se que, conforme avaliação do IEDI (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2023), a Região Nordeste como um todo chama atenção, pois se considerarmos as variações de +0,2% de 2014 e de 2018, mera estabilidade, a indústria nordestina não cresce desde 2013.

Dentre as seções e atividades regionais, observou-se redução acumulada tanto na indústria extrativa (-12,5%), quanto na de transformação (-0,2%). Nesta, apenas 2 de suas 14 atividades registraram crescimento no ano de 2022 (Gráfico 2): coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (20,0%) e bebidas (0,4%). Dentre os 11 recuos, encontram-se: têxteis (-20,2%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-19,6%), metalurgia (-13,6%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-13,0%), e produtos de metal (-11,8%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – acumulado janeiro a dezembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023c).

A pesquisa “Sondagem Industrial” referente ao Nordeste (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2023b), identificou queda na utilização da capacidade instalada (UCI) que diminuiu 5 pontos percentuais (p.p.), de 71%, em novembro, para 66%, em dezembro de 2022. Na média anual, a UCI de 2022 (68%) manteve o nível de 2021 (68%), contudo, neste patamar, ficou abaixo do nível utilizado antes da pandemia (69%, em fevereiro de 2020).

Por sua vez, na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2022, os índices referentes às condições financeiras das empresas industriais regionais observaram (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2022b): manutenção da percepção de insatisfação no que se refere ao lucro operacional (de 46,2 para 46,8 pontos), enquanto aumentou a dificuldade das empresas na obtenção de crédito (de 44,3 para 42,8 pontos).

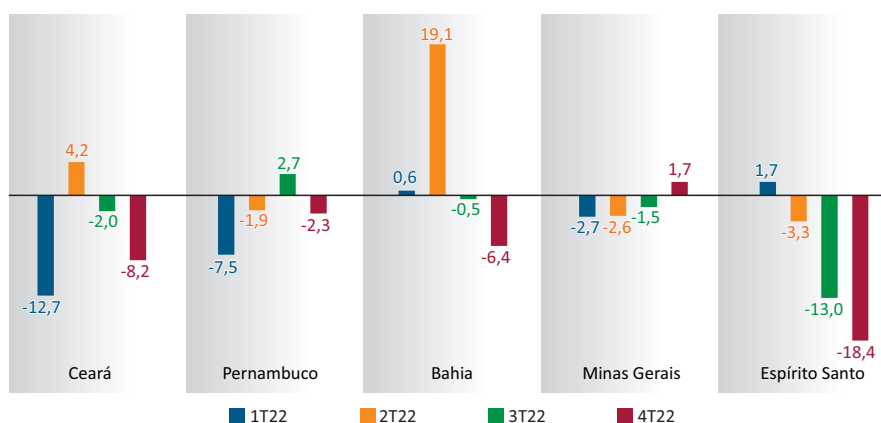
Quanto aos índices de expectativa para os próximos seis meses, captados em janeiro de 2023, observou-se otimismo por parte dos empresários regionais em alguns dos índices analisados (demanda, 53 pontos, e compra de matérias-primas, 51,1 pontos) e expectativa de queda em outros (exportação, 47,9 pontos, e número de empregados, 47,0 pontos). Já o índice de “intenção de investimento” manteve o nível de interesse em investir nos próximos seis meses (56,4 pontos), mas ainda com intensidade abaixo do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020 (58,5 pontos).

3.3 Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

O resultado industrial do ano de 2022 foi positivo para 7 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023d). Participa deste grupo apenas 1 Estado, dentre os 5 que compõem a área de atuação do BNB e que são divulgados pela Pesquisa: Bahia (2,4%). Minas Gerais (-1,3%), Pernambuco (-2,3%), Ceará (-4,9%) e Espírito Santo (-8,4%) apresentaram recuo, todos abaixo da média regional (-1,0%) e nacional (-0,7%).

Acompanhando a evolução da produção industrial nos Estados ao longo do ano, o Gráfico 3 mostra o desempenho trimestral, frente a iguais períodos do ano anterior. Em geral, apesar de suas especificidades, os Estados selecionados apresentaram um único trimestre positivo durante o ano e recuaram no quarto trimestre. Ceará (4,2%) e Bahia (19,1%) cresceram apenas no segundo trimestre e recuaram em seguida, aumentando a intensidade da queda, chegando a -8,2% e -6,4% no quarto trimestre, respectivamente. Pernambuco cresceu apenas no terceiro trimestre (2,7%) e também recuou no quarto trimestre (-2,3%). Já Minas Gerais e Espírito Santo traçaram trajetórias opostas. O primeiro foi o único que assinalou uma evolução crescente e um quarto trimestre positivo (1,7%), enquanto o segundo teve apenas o primeiro trimestre positivo (1,7%) e acelerou as perdas em seguida, chegando a -18,4% no último trimestre do ano. Estes dados mostram que a indústria patina, sem conseguir um comportamento minimamente estável, o que afeta a estrutura produtiva e as bases para a retomada do crescimento sustentado do setor.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de crescimento trimestral da produção industrial (%) – Estados da área de atuação do BNB – janeiro a dezembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022d).

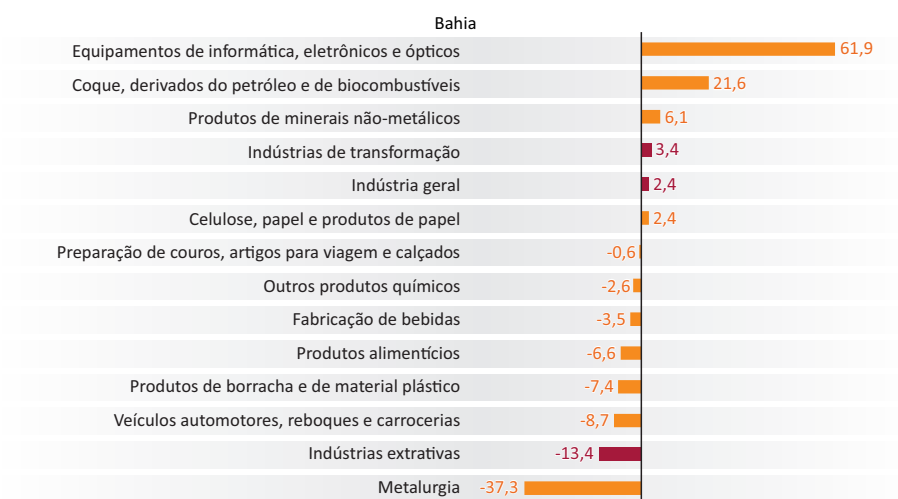
O desempenho industrial da Bahia se destaca, pois, além de ser o único Estado, dentre os selecionados, a apresentar crescimento em 2022 (2,4%), quarta melhor taxa de crescimento do País, encerrou o ano num patamar de produção significativamente abaixo do verificado antes da pandemia da Covid-19. Em dezembro de 2022, a produção industrial foi 27,1% menor do que em fevereiro de 2020. Conforme a FIEB (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2023), os recuos no final do ano de 2022 foram influenciados pela parada para manutenção da Refinaria de Mataripe, revelando a concentração da matriz

industrial baiana, cujo refino é responsável por 28% do valor da transformação industrial (VTI) do Estado. De tal forma, variações neste setor impactam fortemente o resultado do agregado industrial.

Cabe destacar que a defasagem produtiva da indústria baiana, apesar do crescimento de 2022 (2,4%), reflete a interrupção de três anos seguidos de taxas negativas: -2,8% em 2019, -5,0% em 2020 e a queda recorde de -13,2%, em 2021.

A análise setorial (Gráfico 4) aponta que o crescimento de 2022 (2,4%) refletiu o avanço na indústria de transformação (3,4%), já que a indústria extrativa registrou retração (-13,4%). Por sua vez, a indústria de transformação (3,4%) foi impulsionada por 4 das 11 atividades pesquisadas no Estado, com destaque para equipamentos de informática (61,9%), coque e derivados do petróleo (21,6%), minerais não-metálicos (6,1%) e celulose e papel (2,4%). Dentre os principais recuos estão: metalurgia (-37,7%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,7%), borracha e plástico (-7,4%), alimentos (-6,6%), bebidas (-3,5%) e outros produtos químicos (-2,6%).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – acumulado de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022c).

Pernambuco teve o segundo ano consecutivo de retração (-0,7%, em 2021 e -2,3%, em 2022). O resultado de 2022 (-2,3%), refletindo apenas a indústria de transformação (-2,3%), foi puxado pelo recuo em 7 das 12 atividades pesquisadas (Gráfico 5), dentre elas: máquinas e materiais elétricos (-19,9%), produtos têxteis (-18,4%), produtos de metal (-15,3%), celulose e papel (-14,6%), metalurgia (-12,9%) e produtos de minerais não metálicos (-9,6%). Os avanços ocorreram em outros equipamentos de transporte (41,3%); sabões e higiene pessoal (6,9%), borracha e plástico (4,7%), alimentos (3,6%) e bebidas (0,4%). Segundo a FIEPE (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2023), a avaliação setorial permite observar que as pessoas têm priorizado consumir o que é essencial como alimentos e higiene pessoal. Por outro lado, importantes produtos da matriz industrial pernambucana, além de não considerados como de primeira necessidade, ainda enfrentam dificuldade em encontrar insumos e matérias-primas, em virtude da escassez ou do seu alto custo, diante do contexto econômico atual.

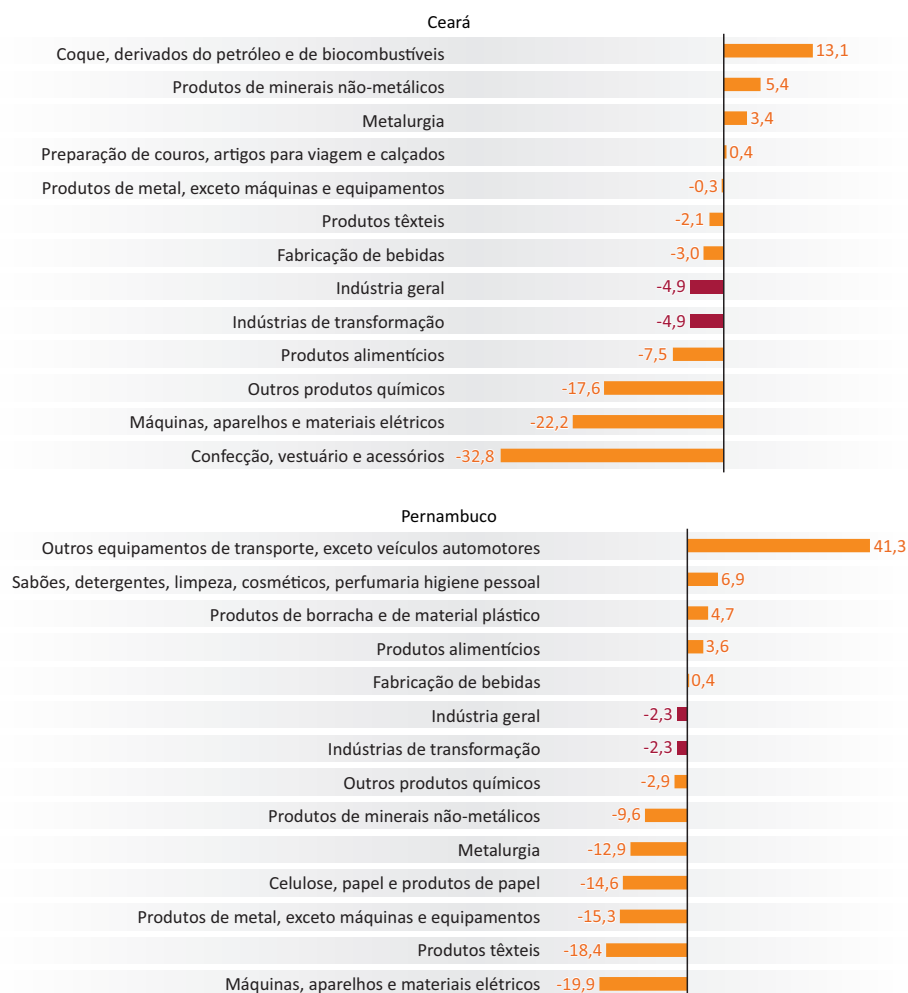
A indústria do Ceará enfrentou, em 2022 (-4,9%), um ano mais difícil do que o de 2021, quando chegou a crescer 3,7%. Também refletindo apenas a indústria de transformação (-4,9%), observou taxa negativa em 7 de suas 11 atividades pesquisadas (Gráfico 6), incluído confecção e vestuário (-32,8%), máquinas e aparelhos elétricos (-22,2%), outros produtos químicos (-17,6%), alimentos (-7,5%), bebidas (-3,0%) e produtos de metal (-0,3%). Avançaram: coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (13,1%), produtos de minerais não metálicos (5,4%) e metalurgia (3,4%).

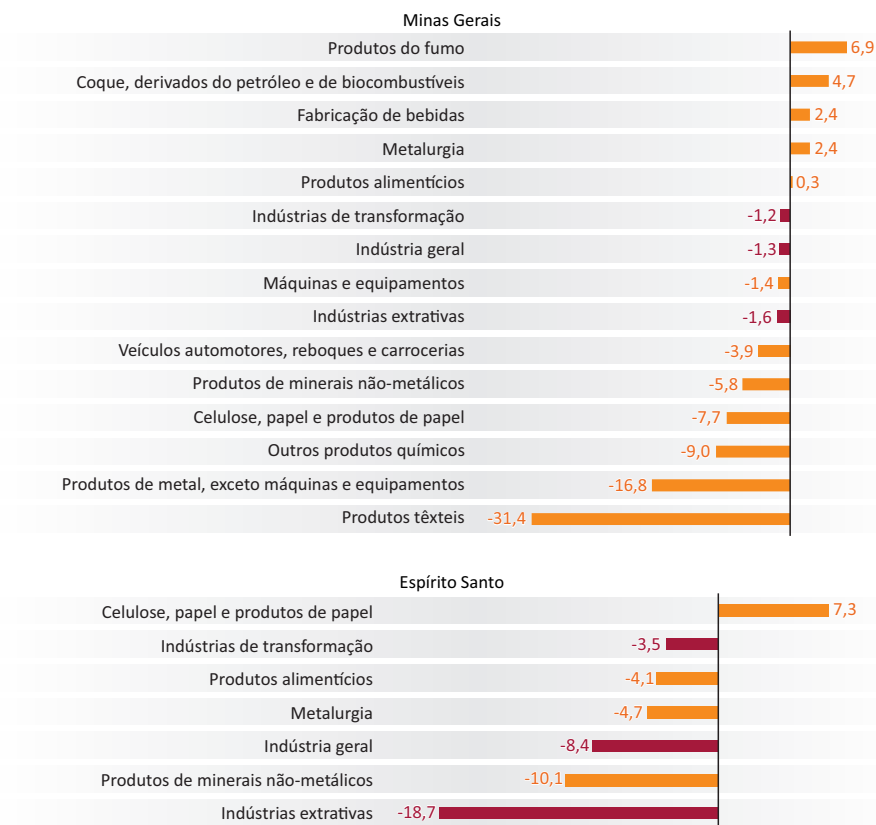
Minas Gerais teve retração em 2022 (-1,3%), mas diante de uma base comparativa elevada (9,7%, em 2021). Observou decréscimo tanto na indústria extrativa (-1,6%), quanto na de transformação (-1,2%). Conforme aponta o Gráfico 5, apenas 5 das 12 atividades da indústria de transformação cresceram, tais

como: coque e derivados do petróleo (4,7%), bebidas (2,4%), metalurgia (2,4%) e alimentos (0,3%). As principais perdas ocorreram em têxteis (-31,4%), produtos de metal (-16,8%), outros produtos químicos (-9,0%), celulose e papel (-7,7%) e veículos automotores (-3,9%).

O recuo industrial no Espírito Santo (-8,4%) repercutiu tanto a indústria extrativa (-18,7%), quanto a de transformação (-3,5%). Nesta, apresentou taxa positiva apenas em celulose e papel (7,3%), os demais segmentos recuaram: produtos de minerais não metálicos (-10,1%), metalurgia (-4,7%) e produtos alimentícios (-4,1%). Conforme aponta o Observatório da Indústria (2023), essa queda registrada em 2022 pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo a desaceleração mundial, a redução na cotação internacional das principais commodities comercializadas pelo Estado do Espírito Santo, aumento das taxas de juros nacional e internacional e do endividamento e inadimplência das famílias. Na indústria extrativa, as quedas foram disseminadas entre todas as atividades. A produção de petróleo caiu -34,6% e a de gás natural retraiu -37,6%. Este comportamento do setor é explicado pelo processo de declínio natural dos poços offshore do Estado. Já no minério, a produção reduziu -12,3% na comparação com 2021.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Estados selecionados na área de atuação do BNB – acumulado 2022 (Base: igual período do ano anterior)





Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022c).

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Falta ou alto custo de matérias-primas deixa

o topo do ranking dos principais problemas. **Sondagem Industrial**. Indicadores Econômicos CNI, Ano 25, Número 12, Dezembro de 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/c8/a5/c8a51602-21a4-482c-92e2-076bf1a9432d/sondagemindustrial_dezembro2022.pdf. Acesso em: 10.04.2023a.

_____. **Sondagem Industrial. Série Dezembro/2022**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 13.05.2023b.

CRISE econômica e efeitos da pandemia ainda atingem indústria de Pernambuco. **Folha de Pernambuco**. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/crise-economica-e-efeitos-da-pandemia-ainda-atingem-industria-de/257861/>. Acesso em : 12 de abril de 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (FIEB). Nota sobre os resultados da PIM-PF Regional. **Nota Técnica**, 13 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://issuu.com/sistefieb/docs/pim_pf_fev_2023_1_2. Acesso em: 14.04.2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FIEPE). Em ano difícil para a sua produção, indústria pernambucana espera recuperação em 2022. Notícias, 05 de dezembro de 2022. Disponível em: <http://fiepe.org.br/em-ano-dificil-para-a-sua-producao-industria-pernambucana-espera-recuperacao-em-2022/>. Acesso em: 14.04.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Dez. 2022. IBGE, fevereiro de 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2022_dez.pdf. Acesso em: 10.04.2023a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil. Tabela 8158** - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8158>. Acesso em: 10.04.2023b.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. Tabela 8159** - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8159>. Acesso em: 10.04.2023c.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR – dezembro 2022. IBGE, 10/02/2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2022_mar.pdf. Acesso em: 10.04.2023d.

_____. Indústria registra variação nula em dezembro e fecha 2022 com queda de 0,7%. **Agência IBGE Notícias**, 03/02/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36174-industria-registra-variacao-nula-em-dezembro-e-fecha-2022-com-queda-de-0-7>. Acesso em: 06.04.2023e.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Melhora só no Sudeste. **Análise IEDI - Produção Regional**, 10/02/2023. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20230210b_industria_regional.html. Acesso em: 12.04.2023.

OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA ES (2023). Produção industrial do Espírito Santo recua -8,4% em 2022. Observatório da Indústria, 10 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/producao-industrial-do-espírito-santo-recua-8-4-em-2022>. Acesso em: 14.04.2023.

4 Setor de Serviços

4.1 Volume de Serviços no Brasil

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 8,3% no acumulado do ano até dezembro de 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado na grande maioria dos grupos pesquisados, são eles: Serviços prestados às famílias (+24,0%), seguidos por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+13,3%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,7%) e Serviços de informação e comunicação (+3,3%). Apenas em um grupo pesquisado foi registrada retração: Outros serviços (-2,1%).

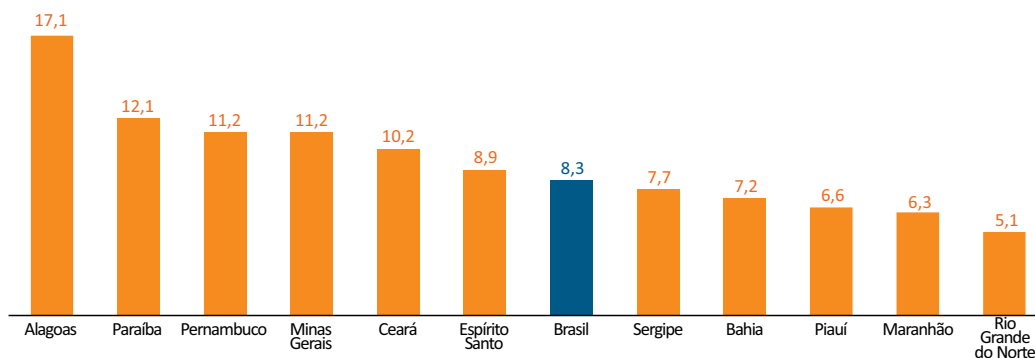
Em relação às subatividades em nível nacional, a grande maioria registrou variações positivas, com exceção de Telecomunicações (-6,7%). Os grandes destaques positivos foram verificados nos subsetores Transporte aéreo (+28,6%), Serviços de alojamento e alimentação (+24,4%), Outros serviços prestados às famílias (+21,6%), Transporte terrestre (+18,5%), Serviços de Tecnologia da Informação (+16,6%) e Transporte aquaviário (+11,9%). As atividades ligadas ao turismo, como transporte, alojamento e alimentação continuam sendo os destaques positivos no setor de serviços, devido à ampla cobertura vacinal, o que reduziu as restrições sanitárias, permitindo que mais pessoas participassem dessas atividades e se deslocassem com mais liberdade.

4.2 Volume de Serviços no Nordeste

Na análise estadual, registrou-se crescimento em todos os estados da área de atuação do BNB, onde Alagoas (+17,1%), Paraíba (+12,1%), Pernambuco (+11,2%), Minas Gerais (+11,2%), Ceará (+10,2%), Espírito Santo (+8,9%), apresentaram crescimento acima do Brasil (8,3%), enquanto, Sergipe (+7,7%), Bahia (+7,2%), Piauí (+6,6%), Maranhão (+6,3%), e Rio Grande do Norte (+5,1%) registraram crescimento abaixo da média nacional, conforme o Gráfico 1.

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em cinco, dentre os onze estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde os destaques positivos foram verificados nas seguintes atividades: Serviços prestados às famílias, com fortes crescimentos em todos os estados analisados, liderado por Ceará (+37,2%), Minas Gerais (34,6%) e Bahia (+28,6), a atividade Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio em Minas Gerais (+20,3%) e Pernambuco (+14,1%). Destaca-se também a atividade Serviços profissionais, administrativos e complementares, com elevados crescimentos em Pernambuco (+20,2) e Minas Gerais (+16,7%). Em direção oposta, houve retrações na atividade Serviços de informação e comunicação na Bahia (-5,1%) e Minas Gerais (-2,3%). Já a atividade Outros Serviços apresentou quedas em Minas Gerais (-29,5%) e Bahia (-3,2%), de acordo com a Tabela 1.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – Acumulado no ano até dezembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada no ano até dezembro/2022.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados – Acumulado no ano até dezembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	24,0	37,2	11,8	28,6	34,6	20,4
Serviços de alojamento e alimentação	24,4	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	21,6	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	3,3	2,2	1,4	-5,1	-2,3	0,7
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	3,5	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-6,7	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	16,6	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	2,2	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	7,7	12,5	20,2	3,8	16,7	10,4
Serviços técnico-profissionais	7,5	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	7,8	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	13,3	4,6	14,1	9,5	20,3	10,0
Transporte terrestre	18,5	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	11,9	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	28,6	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,7	-	-	-	-	-
Outros serviços	-2,1	15,3	3,8	-3,2	-29,5	16,3
Total	8,3	10,2	11,2	7,2	11,2	8,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Notas (1): Variação acumulada no ano até dezembro/2022. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

5 Varejo

O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil cresceu 1,0% no acumulado do ano de 2022, comparativamente ao acumulado do ano de 2021, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação do mês de dezembro de 2022, com relação ao mês de novembro de 2022, houve uma queda de 2,6%. Já na comparação do mês de dezembro de 2022, com relação ao mesmo período do ano anterior, registrou-se um crescimento de 0,4%.

No comércio varejista ampliado, que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, o volume de vendas apresentou uma queda de 0,6% para o acumulado do ano de 2022, frente ao ano de 2021. Na comparação do mês de dezembro de 2022, com relação ao mês de novembro de 2022, houve uma elevação de 0,4%. Já na comparação do mês de dezembro de 2022, com relação ao mesmo período do ano anterior, registrou-se um declínio de 0,6%.

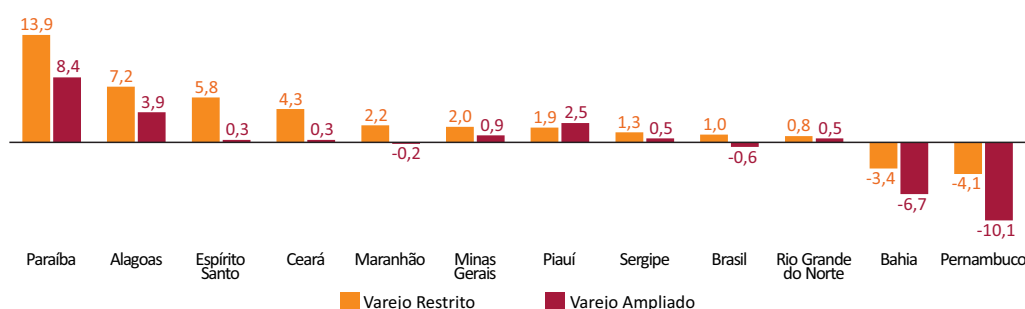
Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em combustíveis e Lubrificantes (+16,6%), Livros, jornais, revistas e papelaria (+14,8%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+6,3%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+1,7%).

Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (13,9%), Alagoas (7,2%), Espírito Santo (+5,8%), Ceará (+4,3%), Maranhão (2,2%), Minas Gerais (15,7%), Piauí (+1,9%), Sergipe (+1,3%) e Rio Grande do Norte (+0,8%) registraram crescimentos positivos para o comércio varejista restrito, enquanto Bahia (-3,4%) e Pernambuco (-4,1%) registram desempenhos negativos. Quanto ao comércio varejista ampliado, os destaques positivos foram: Paraíba (+8,4%) e Alagoas (+3,9%). Em direção oposta, as maiores variações negativas foram observadas em Pernambuco (-10,1%) e Bahia (-6,7%).

Dentre os cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste na qual são analisadas as atividades, a que apresentou maior destaque positivo foi Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação no Espírito Santo (+42,4%) e Pernambuco (+30,8%), seguido de Livros, jornais, revistas e papelaria com forte crescimento no Ceará (+23,5%), Minas Gerais (+19,9%), explicado pelo aumento das vendas online, bem como Combustíveis e lubrificantes em Minas Gerais(+20,4%) e Espírito Santo (+15,8%) , explicado pela baixa do preço dos combustíveis a partir da redução de impostos que incidem sobre o mesmo. Em sentido oposto, os destaques negativos foram verificados em Móveis e eletrodomésticos, com fortes declínios na Bahia (-21,2%), Pernambuco (-13,0%) e Minas Gerais (-11,2%).

No tocante ao comércio varejista ampliado, resultados positivos foram observados apenas em Veículos, motocicletas e peças em Minas Gerais (+1,2%). Em direção oposta registrou-se fortes declínios de vendas de Veículos em Pernambuco (-20,9%) e Bahia (-15,0%). Já em relação às vendas em Material de construção, todos os estados registraram quedas, com destaque negativo para Minas Gerais (-9,9%). A forte pressão inflacionária, atrelado ao aumento de juros, vem afetando negativamente essas atividades a partir da redução do poder de compra das famílias.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio – Brasil e Estados selecionados – Acumulado no ano até Dezembro de 2022, em relação ao mesmo período de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados – Acumulado no ano até Dezembro de 2022, em relação ao mesmo período de 2021

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	1,0	4,3	-4,1	-3,4	2,0	5,8
Combustíveis e lubrificantes	16,6	11,7	11,5	0,4	20,4	15,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4	4,4	-5,1	-1,4	1,1	6,5
<i>Hipermercados e supermercados</i>	<i>1,5</i>	<i>1,1</i>	<i>-5,0</i>	<i>-0,2</i>	<i>1,2</i>	<i>7,9</i>
Tecidos, vestuário e calçados	-0,5	9,4	-9,2	0,0	-4,5	1,0
Móveis e eletrodomésticos	-6,7	0,9	-13,0	-21,2	-11,2	-2,7
<i>Móveis</i>	<i>-11,1</i>	<i>-8,9</i>	<i>-14,6</i>	<i>-28,1</i>	<i>-9,9</i>	<i>-4,0</i>
<i>Eletrodomésticos</i>	<i>-5,1</i>	<i>7,3</i>	<i>-12,1</i>	<i>-18,7</i>	<i>-10,9</i>	<i>1,6</i>
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,3	6,5	7,2	8,8	17,7	4,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	14,8	23,5	7,7	9,6	19,9	12,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,7	10,4	30,8	11,4	-8,2	42,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-8,4	-6,8	-15,1	-8,0	-8,1	2,6
Comércio varejista ampliado	-0,6	0,3	-10,1	-6,7	0,9	0,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	-1,7	-4,9	-20,9	-15,0	1,2	-6,2
Material de construção	-8,7	-7,6	-7,4	-5,7	-9,9	-1,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

6 Turismo

O volume das atividades turísticas do Brasil expandiu 29,9% no acumulado do ano até dezembro de 2022, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação de dezembro de 2022 com dezembro de 2021, registrou-se uma elevação de 12,6% nas atividades do turismo. Já na variação de dezembro de 2022, em comparação com novembro do mesmo ano, o Brasil apresentou um crescimento de 4,1%, de acordo com a Tabela 1.

Todos os estados da área de atuação do Banco do Nordeste, que são objeto de pesquisa pelo IBGE, registraram aumento expressivo no volume de atividades turísticas no acumulado do ano até dezembro de 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, com crescimento liderado por Minas Gerais (+49,4%), seguido por Ceará (+36,7%), Espírito Santo (+25,5%), Bahia (+23,4%) e Pernambuco (+16,1%). Esses resultados demonstram uma consolidação da retomada de crescimento do turismo nesses estados verificado a partir do segundo trimestre de 2022, dada uma flexibilização maior das restrições sanitárias adotadas contra a Covid-19 após a onda da variante Ômicron.

Ao analisar os desembarques de passageiros nos aeroportos nacionais, conforme a Tabela 2, para o acumulado do ano de 2022, na comparação com o mesmo período do ano anterior, verificou-se um expressivo aumento de voos internacionais (+233,5%) e nacionais (+31,4%), impulsionados pelo relaxamento das restrições de viagens nacionais e internacionais devido ao aumento da cobertura vacinal no Brasil e na maioria dos países desenvolvidos.

O desembarque internacional no Brasil avançou de 2,24 milhões de passageiros, no acumulado do ano até dezembro de 2021, para aproximadamente 7,47 milhões no mesmo período de 2022, enquanto os desembarques domésticos passaram de 62,5 milhões de passageiros para 82,2 milhões, na mesma base de comparação.

O Norte foi a região com as maiores variações positivas no número de passageiros de desembarques internacionais em 2022, com um aumento de 490,1% em relação a 2021, explicadas pelas restrições sanitárias de voos internacionais ainda intensas no ano de 2021. Por outro lado, a Região Sul foi a que registrou maior expansão nos voos domésticos, com 40,0%, para a mesma base de comparação. Já a variação na Região Nordeste, em relação aos voos domésticos, foi de 22,8%, superando apenas a Região Norte (+18,9%).

Com relação aos desembarques de passageiros nos estados onde há atuação do Banco do Nordeste (BNB), o Estado de Rio Grande do Norte apresentou a maior variação positiva de voos internacionais no acumulado do ano até dezembro de 2022, crescendo +522,2%, em relação ao mesmo período de 2021, seguido pelo Estado de Alagoas que obteve a segunda maior variação positiva de voos internacionais com +282,9%. Na análise dos voos domésticos para o mesmo período, o destaque foi o Estado do Ceará, com expansão de +42,5%, seguido pelo Estado de Minas Gerais (+40,4%), de acordo com a Tabela 3.

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação – dezembro de 2022 – Variação (%).

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ
Brasil	-2,5	0,0	4,1	16,5	11,9	12,6	34,5	32,0	29,9	33,6	32,0	29,9
Ceará	-1,1	-2,8	5,9	15,2	8,8	17,8	43,2	39,0	36,7	40,0	37,4	36,7
Pernambuco	-0,4	-6,4	1,1	7,8	-4,7	-4,0	21,0	18,3	16,1	21,8	19,0	16,1
Bahia	1,2	-2,5	0,7	11,5	4,7	4,2	28,7	25,9	23,4	30,5	26,7	23,4
Minas Gerais	1,7	-1,1	7,2	32,1	26,5	30,2	55,3	51,9	49,4	54,3	51,8	49,4
Espírito Santo	4,8	1,4	1,1	6,4	9,1	5,7	30,2	27,9	25,5	30,6	28,6	25,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. * Com ajuste sazonal.

NOTA: O Índice de Atividades Turísticas – IATUR é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

Tabela 2 – Desembarques de Passageiros, por Natureza, em Aeroportos – Brasil e Regiões – acumulado de 2021 e 2022 findo em dezembro.

Brasil e Regiões	Internacional			Doméstico		
	Acumulado de 2021	Acumulado de 2022	Var. (%)	Acumulado de 2021	Acumulado de 2022	Var. (%)
Nordeste	85.703	295.560	244,9	13.761.066	16.896.251	22,8
Norte	9.169	54.103	490,1	4.043.349	4.809.054	18,9
Centro-oeste	40.096	188.366	369,8	7.858.413	10.335.184	31,5
Sudeste	1.814.785	5.557.435	206,2	24.829.075	33.265.483	34,0
Sul	291.075	1.376.649	373,0	12.093.434	16.930.429	40,0
Brasil	2.240.828	7.472.113	233,5	62.585.337	82.236.401	31,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Tabela 3 – Desembarques de Passageiros em Aeroportos por Natureza do Voo – Nordeste e Estados – Acumulado de 2021 e 2022 findo em dezembro.

Estados / Região	Internacional			Doméstica		
	Acumulado de 2021	Acumulado de 2022	Var. (%)	Acumulado de 2021	Acumulado de 2022	Var. (%)
Alagoas	1.704	6.524	282,9	945.907	1.115.276	17,9
Bahia	21.659	82.142	279,3	3.835.099	4.636.974	20,9
Ceará	32.870	105.699	221,6	2.177.335	3.101.858	42,5
Maranhão	-	43	-	637.969	802.434	25,8
Paraíba	-	14	-	550.364	662.731	20,4
Pernambuco	25.583	76.953	200,8	3.920.691	4.528.469	15,5
Piauí	-	-	-	405.387	466.150	15,0
Rio Grande do Norte	3.887	24.185	522,2	904.104	1.117.732	23,6
Sergipe	-	-	-	384.210	464.627	20,9
Nordeste	85.703	295.560	244,9	13.761.066	16.896.251	22,8
Minas Gerais	34.654	98.069	183,0	3.708.641	5.205.112	40,4
Espírito Santo	-	-	-	960.218	1.250.168	30,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

7 Mercado de Trabalho

7.1 Mercado de trabalho formal no Brasil

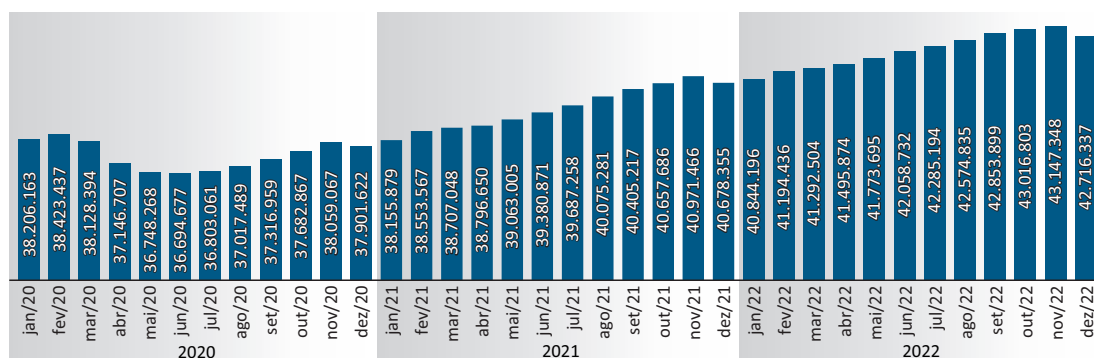
De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia, os indicadores do mercado de trabalho no País vêm paulatinamente mostrando recuperação, sobretudo, frente aos efeitos da pandemia do Coronavírus e, como também diante da crise internacional devido à guerra na Ucrânia.

O nível de emprego celetista no Brasil iniciou tendência de expansão, mesmo que tímida, a partir do segundo semestre de 2020, como mostra o Gráfico 1. Apenas em dezembro de 2020 e 2021, o estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, regrediu. O fato é explicado diante do encerramento de muitas atividades industriais devido às festas de fim de ano.

No decorrer de todo o ano de 2021, o estoque de emprego no Brasil registrou sucessivos ganhos, chegando a contabilizar 40,6 milhões de empregos no País, em dezembro de 2021, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1.

Nos primeiros onze meses de 2022, também foi dada a continuidade de crescimento do nível de emprego no País, chegando em 43,1 milhões de trabalhadores com registro em carteira assinada. No entanto, em dezembro de 2022, registrou saldo de emprego negativo, reduzindo o estoque para 42,7 milhões de trabalhadores formais. Desta forma, em 2022, o nível de emprego expandiu-se +5,0% em relação ao estoque de emprego de 2021.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego¹ - janeiro/2020 a dezembro/2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões, gerando saldo de emprego em 2.037.982 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a dezembro de 2022. O resultado obtido foi saldo de 17.655.736 admitidos e 15.494.938 desligados de seus postos de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, todos os cinco grupos das atividades econômicas apresentaram saldo de emprego positivo no acumulado de 2022. Neste período, Serviços (+1.176.498) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho. O Saldo positivo foi distribuído principalmente nos serviços de Atividades Administrativas (+146.888), de Educação (+139.226) e de Alojamento e alimentação (+92.155).

No mesmo período, Comércio ampliou o quadro de funcionários em +350.110 postos de trabalho no País. Entre as três atividades pesquisadas, Comércio Varejista (+145.851) maior destaque devido às festas de fim de ano; na sequência, tem-se a ampliação do nível de emprego do Comércio por Atacado (+115.893) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas que registrou perda de empregos, ampliação de +88.366 postos de trabalho.

A Indústria nacional também registrou aumento no nível de emprego, ampliando em 251.868 novos postos de trabalho, no acumulado de 2022. As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo, com destaque na formação de novos postos de trabalho na Indústria de transformação (+193.678), seguida por Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+39.949), Indústrias extrativas (+15.945) e Eletricidade e gás (+2.296) que reduziu o nível de emprego. A Indústria de transformação (+193.678) obteve significativa contribuição na formação de novos postos de trabalho do País, com destaque na geração de emprego na Fabricação de Calçados (+39.891) e Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (+19.154).

O setor da Construção aumentou o nível de emprego em 194.444 postos de trabalho, no acumulado de 2022. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade Construção de edifícios (+91.189) e Serviços especializados para a Construção (+64.266) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção em 2022. A subatividade Obras de infraestrutura (+38.989) também contribuiu com o avanço do setor na formação de novos empregos formais.

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego em 121.034 novas vagas, no acumulado de 2022. No período em análise, o cultivo de café (+45.123), soja (+19.725), cana-de-açúcar (+12.325) e criação de bovinos (+11.307) foram as atividades agropecuárias que mais geraram novos empregos. Na produção florestal (+9.891), a Produção de Florestas Plantadas (+6.541) contribuiu de forma significativa para o resultado total do saldo de empregos no setor.

Tabela 1 – Brasil: Movimentação do emprego, por atividade econômica - 2022

Grupamento de Atividades Econômicas	Admitidos	Desligados	Saldos	Estoque	Varição Relativa
Agropecuária	1.212.878	1.147.816	65.062	1.745.734	3,87
Comércio	5.286.358	4.936.248	350.110	9.936.532	3,65
Construção	2.225.830	2.031.386	194.444	2.502.632	8,42
Indústria	3.412.118	3.160.250	251.868	8.179.589	3,18
Serviços	10.511.211	9.334.713	1.176.498	20.351.850	6,14
Brasil	22.648.395	20.610.413	2.037.982	42.716.337	5,01

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Regionalmente, nota-se ainda que a expansão de novos postos de trabalho no País vem ocorrendo de forma generalizada, abrangendo todas as regiões. O Sudeste (+978.666) e Nordeste (+385.094) foram as regiões que ressaltaram com maior nitidez o processo de recuperação do mercado de trabalho, que vem se afirmando no decorrer do ano de 2022. Na sequência, Sul (+309.277), Centro-Oeste (+231.781) e Norte (+119.141) também incrementaram no nível de emprego, apresentando também restabelecimento do mercado de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região - 2022

Brasil e Regiões	Admitidos	Desligados	Saldos	Estoque	Varição Relativa (%)
Norte	1.076.364	957.223	119.141	2.049.434	6,17
Nordeste	3.053.939	2.668.845	385.094	7.026.050	5,80
Sudeste	11.618.813	10.640.147	978.666	21.929.999	4,67
Sul	4.632.250	4.322.973	309.277	7.945.754	4,05
Centro-Oeste	2.234.148	2.002.367	231.781	3.719.817	6,65
Não identificado	32.881	18.858	14.023	45.283	---
Brasil	22.648.395	20.610.413	2.037.982	42.716.337	5,01

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Sendo assim, para o primeiro semestre de 2023, numa perspectiva de cenário otimista, tanto a nível nacional quanto regional, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em

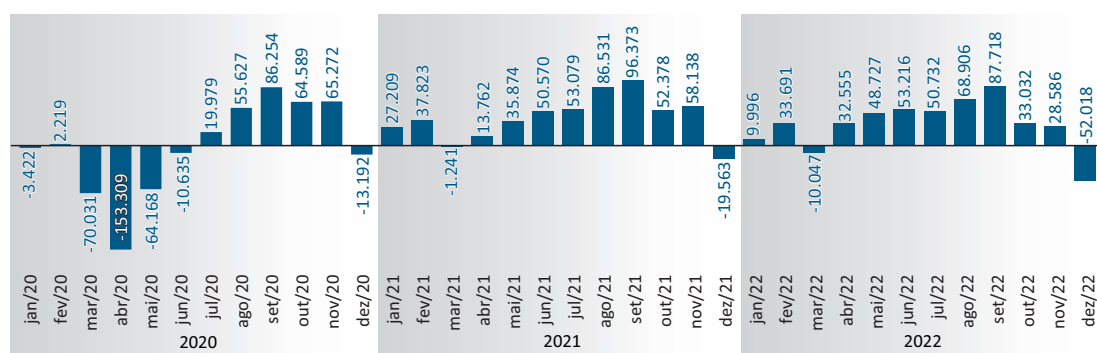
razão, principalmente, da recuperação econômica e do controle da pandemia de Covid, devido ao avanço das imunizações da população brasileira.

7.2 Mercado de trabalho formal no Nordeste

No acumulado de 2022, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de 385.094 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 1, o fechamento líquido total de 2022 foi positivo, embora tenha ocorrido saldo de emprego negativo nos meses de março e dezembro de 2022.

Mesmo no cenário desafiador frente aos efeitos negativos da pandemia na área econômica, 2022 pontuou saldo positivo, de acordo com dados do Gráfico 2. Neste período, a Região aumentou o nível de emprego em 385.094 novos postos de trabalho. Este quadro de ampliação do estoque de emprego em 2022 é bastante animador, quando o estoque de emprego cresceu 5,8% se comparado ao mesmo período de 2021.

Gráfico 2 – Evolução do saldo de emprego - Nordeste - janeiro de 2020 a dezembro de 2022

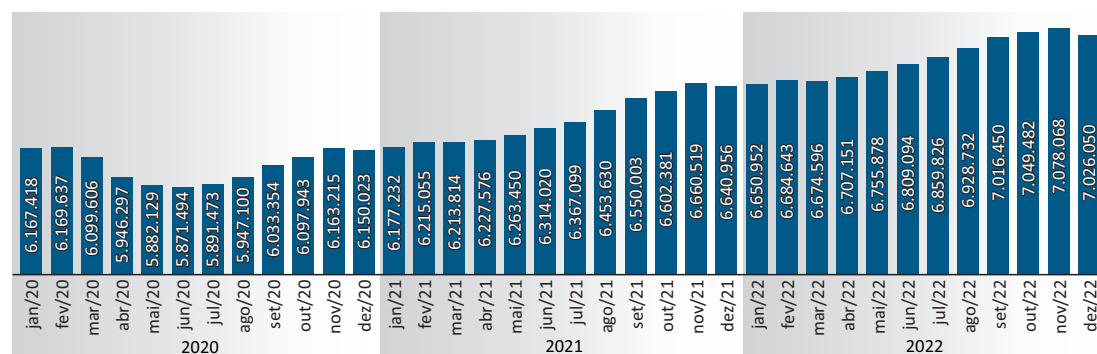


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Desta forma, no Gráficos 3, tem-se a trajetória do estoque de empregos dos meses de 2020 a 2022. Verificou-se que a partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento no nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região, consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos nos meses subsequentes.

Desta forma, para o acumulado de 2022, o estoque de emprego alcançou 7.0026.050 vínculos ativos, o que representa variação de +5,8% em relação ao estique de empregos do ano de 2021, mostrando tendência de crescimento em 2022, conforme dados do Gráfico 3. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2022), do Ministério da Economia.

Gráfico 3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - janeiro de 2020 a dezembro de 2022

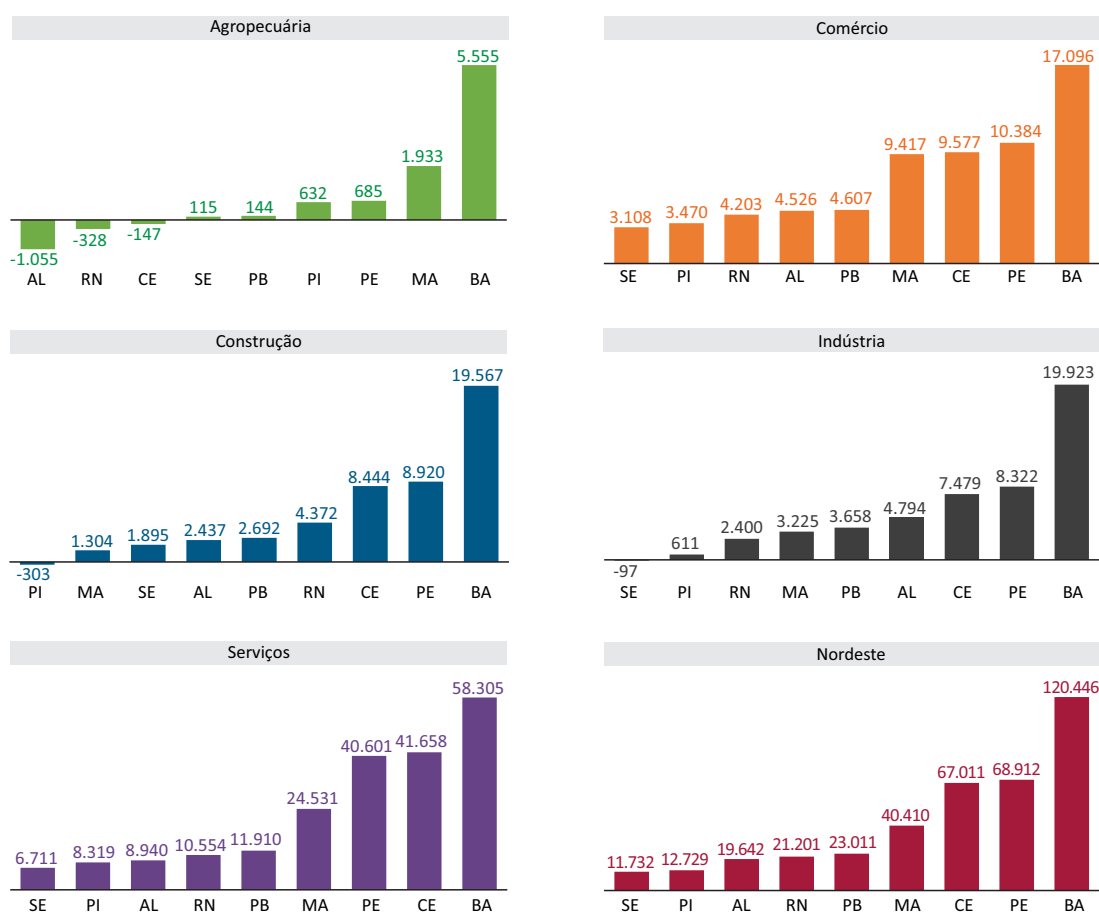


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados do Gráfico 4, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste, no acumulado de 2022, deriva da combinação do retorno intensivo principalmente nas atividades dos setores de Serviços, Comércio e Indústria.

Nesse período, Serviços foi o setor que mais gerou novos postos, formação de +211.529 novas vagas de trabalho, crescimento no nível de emprego de +6,0% em relação a dezembro de 2021. Entre seus segmentos, Atividades administrativas (+58.112 postos, +6,7%), Educação (+29.236 postos, +9,1%) e Alojamento e Alimentação (+19.982 postos, +6,5%) se destacaram na ampliação do quadro de funcionários. Nos Estados, todos computaram saldo positivo de emprego no setor de Serviços, com destaque para Bahia (+58.305), Ceará (+41.658), Pernambuco (+40.601) e Maranhão (+24.531), vide Gráfico 4.

Gráfico 4 – Nordeste: Saldo de emprego, por atividade econômica - 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Comércio ampliou seu quadro de pessoal em +66.388 novos postos, no acumulado de janeiro a dezembro de 2022, apresentando expansão no nível do estoque de empregos de +2,1%, frente ao ano de 2021. Todas as três subatividades apresentaram crescimento, com destaque para o saldo Comércio Varejista (+15.248), variação de 1,2%. Comércio por Atacado e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas também ampliaram o nível de estoque de emprego, com saldo líquido na geração de novos empregos de +11.234 e +8.762, nesta ordem. No acumulado do ano, todos os estados apresentaram saldo de empregos positivo, tendo Bahia (+17.096), Pernambuco (+10.384) e Maranhão (+9.417) como os estados que mais geraram postos de trabalho no setor do Comércio na Região, vide Gráfico 4.

Indústria ampliou o nível de emprego em +50.315 novos postos de trabalho, no acumulado de 2022, conforme dados do Gráfico 4. Todas as quatro subatividades registraram saldo de emprego positivo, com ênfase na geração de novos postos de trabalho na Indústria de Transformação (+49.846). Os segmentos Água, esgoto e atividades de gestão de resíduos (+4.851), Indústrias extrativas (+4.462) e Eletricidade e gás (+151) também pontuaram positivamente. As Indústrias de transformação possuem o maior estoque de

trabalhadores, com 1.000.971 trabalhadores registrados em carteira assinada, cerca de 87,1% do estoque de emprego total da Indústria regional. Entre as Indústrias de transformação, Fabricação de Calçados (+19.607) e Manutenção, reparação e Fabricação de Produtos Alimentícios (+8.825) despontaram na geração de novos postos de empregos. Entre os Estados, Bahia (+19.923), Pernambuco (+8.322), Ceará (+7.479) e Maranhão (+3.225) se sobressaíram na formação de novos postos de trabalho na Indústria regional, no acumulado de 2022.

Construção registrou o quarto maior saldo positivo de emprego na Região, computando +49.328 novas vagas. Na Região, Construção de Edifícios (+34.464 postos) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, variação de +16,6%, seguido por Obras de Infraestrutura (+12.873) e Serviços Especializados em Construção (+12.243). Entre os Estados, todos geraram novos empregos. Na liderança: Bahia (+19.567), na sequência, Pernambuco (+8.920), Ceará (+8.444) e Rio Grande do Norte (+4.372), de acordo com dados do Gráfico 4.

Na Agropecuária, o saldo de emprego foi de 7.534 novos postos de trabalho no acumulado de 2022. O resultado deriva, principalmente, da geração de novos postos de trabalho no cultivo de manga (+3.090), uva (+3.762), soja (+2.096), cana-de-açúcar (+1.276), produção florestal (+3.737) e criação de bovinos (+1.273). Entre os estados, Bahia (+5.555) se sobressai nos cultivos de uva (+1.849), manga (+1.777), soja (+1.219) e produção florestal (+1.065). No Maranhão (+1.933), cultivos de cana-de-açúcar (+1.424), soja (+585) e atividades de apoio à agricultura (+571) responderam por boa parte dos novos empregos gerados no Estado. Em Pernambuco (+685), cultivo de uva (+1.845) e manga (+1.024) foram os maiores em saldo de empregos.

7.3 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste vem apresentando trajetória de forte dinamismo, desde o início do ano de 2022; essa tendência segue na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região. De acordo com o Ministério da Economia, todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de emprego positivo, no acumulado de 2022. Assim sendo, Bahia (+120.446) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Pernambuco (+68.912), Ceará (+67.011) e Maranhão (+40.410), vide Tabela 3.

Desta forma, esse resultado do saldo de empregos positivo reflete no crescimento do estoque de empregos no acumulado de 2022, que foi mais acentuado nos estados do Maranhão (+7,7%) e Bahia (+6,7%), cuja variação foi superior às médias regionais (+5,8%) e nacional (+5,0%), em relação a dezembro de 2021. Na sequência, Ceará (+5,6%), Pernambuco (+5,3%), Paraíba (+5,3%), Alagoas (+5,2%), Rio Grande do Norte (+4,8%), Piauí (+4,2%) e Sergipe (+4,1%) também registraram crescimento no estoque de emprego, segundo dados do Caged.

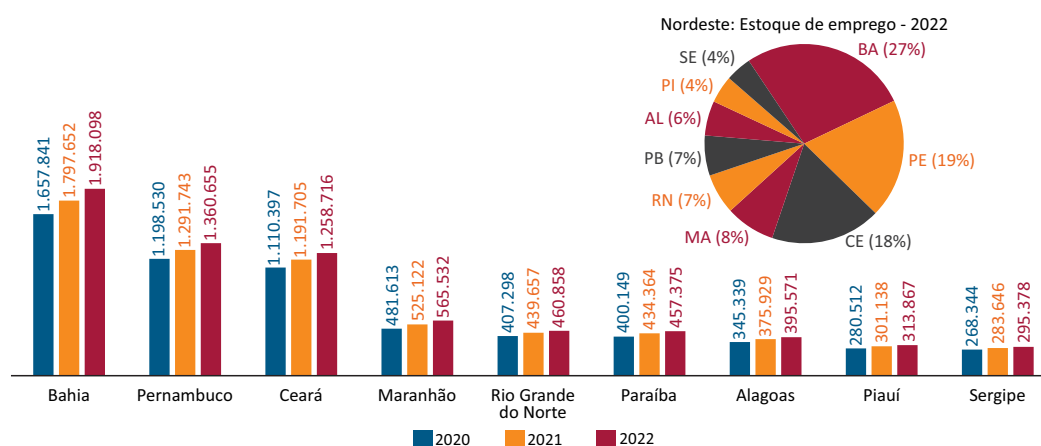
Tabela 3 – Nordeste e Estados: Saldo e estoque de emprego formal - 2022

Estados	Saldo de Emprego Formal		Estoque do emprego formal ⁽¹⁾		
	Dezembro de 2022	Acumulado de 2022	Estoque	Participação (%)	Varição (%) ⁽²⁾
Maranhão	-4.874	40.410	565.532	8,0%	7,70%
Piauí	-3.902	12.729	313.867	4,5%	4,23%
Ceará	-7.004	67.011	1.258.716	17,9%	5,62%
Rio Grande do Norte	-2.965	21.201	460.858	6,6%	4,82%
Paraíba	-2.344	23.011	457.375	6,5%	5,30%
Pernambuco	-9.386	68.912	1.360.655	19,4%	5,33%
Alagoas	-3.911	19.642	395.571	5,6%	5,22%
Sergipe	-1.283	11.732	295.378	4,2%	4,14%
Bahia	-16.349	120.446	1.918.098	27,3%	6,70%
Nordeste	-52.018	385.094	7.026.050	100,0%	5,80%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De modo semelhante ao saldo de emprego positivo, a melhora das condições do mercado de trabalho impactou na representatividade regional do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos. A Bahia contabilizou 1.918.098 empregos formais, representando 27,4% do estoque de empregos regional, em 2022. Na sequência, destacam-se Pernambuco (1.360.655, participação regional de 19,0%), Ceará (1.258.716, cerca de 18,0%) e Maranhão (565.532, com 8,0% do estoque de emprego regional). Os quatro estados representam cerca de 72,4% do estoque de empregos formais no Nordeste, conforme dados do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Nordeste e Estados: Estoque de Emprego Formal - 2020 a 2022⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2022). Nota: (1) Estoque de emprego, posição dezembro de 2022.

No Maranhão, Serviços (+24.531) e Comércio (+9.417) foram os setores que mais geraram novos empregos. Em Serviços, o desempenho das Atividades Administrativas (+5.661), a Saúde Humana (+4.640) e Administração Pública (+3.427) estimularam a geração de novos postos de trabalho no setor. No Comércio, as três subatividades econômicas pontuaram positivamente no saldo de emprego, com ênfase no Comércio varejista (+3.015).

Na Bahia, a geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+58.305) e Indústria (+19.923). Os setores da Construção (+19.567), Comércio (+17.096) e Agropecuária (+5.555) também contribuíram para o saldo positivo do Estado. Em Serviços, os destaques foram em Atividades Administrativas (+12.192), Educação (+11.196) e Saúde Humana (+7.032). Na Construção, Construção de Edifícios (+14.814) registrou maior saldo de empregos, seguido por Serviços Especializados para Construção (+5.648) e Obras de Infraestrutura (+5.281).

No Piauí, todas as atividades econômicas registraram saldo positivo no acumulado de 2022, com exceção para Construção (-303). Serviços (+8.319) se destacou devido à formação de novos empregos em Atividades Administrativas (+3.203) e Educação (+1.429). Na sequência, a geração de empregos na Indústria (+3.225), Comércio (+3.470) e na Agropecuária (+632) foram impulsionados principalmente por Fabricação de biocombustíveis (+1.092) e Cultivo de melão (+556).

No Ceará, Serviços (+41.658) foi o que mais formou novos postos de trabalho, no acumulado de 2022. Atividades Administrativas (+13.989) e Alojamento e alimentação (+4.226) foram as atividades que mais impulsionaram o setor de Serviços no Estado cearense. Na Construção (+8.444), a ênfase de geração de empregos foi em Construção de Edifícios (+5.654). Enquanto, Comércio (+9.577) foi impulsionado por Comércio varejista (+4.252). Na Indústria (+7.479), Fabricação de calçados (+6.532) se destacou no saldo de emprego positivo.

Tabela 4 – Nordeste e Estados: Saldo de emprego, por atividade econômica - 2022

Estados	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Maranhão	1.933	9.417	1.304	3.225	24.531
Piauí	632	3.470	-303	611	8.319
Ceará	-147	9.577	8.444	7.479	41.658
Rio Grande do Norte	-328	4.203	4.372	2.400	10.554
Paraíba	144	4.607	2.692	3.658	11.910
Pernambuco	685	10.384	8.920	8.322	40.601
Alagoas	-1.055	4.526	2.437	4.794	8.940
Sergipe	115	3.108	1.895	-97	6.711
Bahia	5.555	17.096	19.567	19.923	58.305
Nordeste	7.534	66.388	49.328	50.315	211.529

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

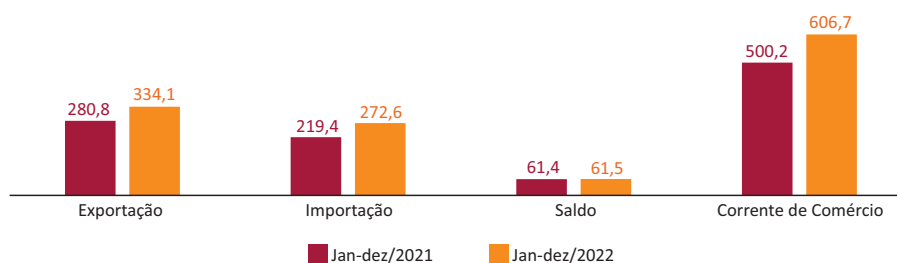
8 Comércio Exterior

8.1 Balança comercial do Brasil

A balança comercial brasileira encerrou 2022 com superávit de US\$ 61,5 bilhões, valor ligeiramente superior ao registrado no ano anterior (US\$ 61,4 bilhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia (Gráfico 1). As exportações do País somaram US\$ 334,1 bilhões, registrando crescimento de 19,0%. Já as importações totalizaram US\$ 272,6 bilhões, aumento de 24,2%, nesse período comparativo. O crescimento do preço dos bens exportados e importados foi preponderante para esse desempenho.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 606,7 bilhões, no acumulado do ano, contra US\$ 500,2 bilhões, em 2021, acréscimo de 21,3%.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-dez/2022/2021 - US\$ Milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, em 2022, os produtos da Indústria de Transformação foram responsáveis por 54,3% (US\$ 181,4 bilhões) das vendas externas, com crescimento de 25,9% (+US\$ 37,3 bilhões), frente a 2021. Os principais produtos do setor registraram crescimento: Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (+79,5%, +US\$ 5.770,4 milhões), Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+48,2%, +US\$ 3.837,6 milhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais (+38,7%, +US\$ 3.059,8 milhões) e Açúcares e melancos (+19,9%, +US\$ 1.832,2 milhões).

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-dez/2022/2021 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-dez/2022		jan-dez/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	74.787,1	22,4	55.140,7	19,6	35,6
Indústria Extrativa	76.199,4	22,8	80.046,5	28,5	-4,8
Indústria de Transformação	181.401,2	54,3	144.126,8	51,3	25,9
Outros Produtos	1.748,3	0,5	1.500,6	0,5	16,5
Total	334.136,0	100,0	280.814,6	100,0	19,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

O setor Agropecuário, responsável por 22,4% (US\$ 74,8 bilhões) das vendas externas, registrou crescimento de 35,6% (+ US\$ 19,6 bilhões), no período em análise. Os destaques foram as exportações de Soja (+20,5%, +US\$ 7.919,8 milhões), Milho (190,9%, +US\$ 7.995,6 milhões) e Café não torrado (+46,7%, +US\$ 2.709,4 milhões). Juntos, respondem por 89,9% das vendas do setor.

A Indústria Extrativa, com 22,8% (US\$ 76,2 bilhões) de participação nas exportações totais do País, no acumulado de 2022, registrou queda nas vendas de 4,8% (- US\$ 3,8 bilhões), ante mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do decréscimo de 35,2% nas vendas externas de Minério

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

de ferro e seus concentrados (-US\$ 15.736,3 milhões) compensado, em parte pelo aumento nas exportações de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+39,0%, +US\$ 11.944,8 milhões).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 42,6% do total das vendas externas, no ano de 2022: China (26,8%), Estados Unidos (11,2%) e Argentina (4,6%). Relativamente a 2021, registraram as seguintes taxas de crescimento nas exportações: China (+1,7%, +US\$ 1.519,9 milhões), Estados Unidos (+20,2%, +US\$ 6.292,6 milhões) e Argentina (+29,2%, +US\$ 3.466,2 milhões).

Para China, os principais produtos exportados foram Soja (35,5% do total), Minérios de ferro e seus concentrados (20,3%) e Óleos brutos de petróleo (18,5%). Já os Estados Unidos adquiriram, dentre outros produtos, Óleos brutos de petróleo (13,5%); Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (12,0%) e Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (5,8%). A Argentina importou Partes e acessórios dos veículos automotivos (10,6%); Veículos automóveis de passageiros (9,9%); Minério de ferro e seus concentrados (3,5%); etc.

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela crescimento em todas as categorias, com destaque para as aquisições de Bens de intermediários (63,3% da pauta) e de Combustíveis e lubrificantes (16,1%).

As aquisições de Bens de intermediários cresceram 19,1% (+US\$ 27,6 bilhões) no período em foco. Os principais produtos adquiridos da categoria foram: Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (14,3%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (6,7%) e Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (5,8%).

Com relação às importações de Combustíveis e lubrificantes, o crescimento de 68,6% (+US\$ 17,9 bilhões) no período de análise, foi devido, principalmente, às aquisições de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (43,5% da categoria), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (22,5%) e Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (12,6%).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-dez/2022/2021 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-dez/2022		jan-dez/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	28.079,9	10,3	24.367,9	11,1	15,2
Bens intermediários	172.461,2	63,3	144.850,5	66,0	19,1
Bens de consumo	27.931,3	10,2	24.016,5	10,9	16,3
Combustíveis e lubrificantes	43.988,1	16,1	26.093,2	11,9	68,6
Bens não especificados anteriormente	150,2	0,1	79,9	0,0	88,0
Total	272.610,7	100,0	219.408,0	100,0	24,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

Já as aquisições de Bens de consumo cresceram 16,3% (+US\$ 3,9 bilhões), no período comparativo, destinadas, principalmente, às compras de Outros medicamentos, incluindo veterinários (14,9%), Veículos automóveis de passageiros (13,0%) e Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (10,3%).

As importações de Bens de Capital registraram incremento de 15,2% (+US\$ 3,7 bilhões), no período. As principais aquisições da categoria em 2022 foram em Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (12,5%), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (7,8%) e Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (6,5%).

Os principais países de origem das importações brasileiras, em 2022, foram: China (22,3%), Estados Unidos (18,8%) e Argentina (4,8%). Comparativamente a 2021, cresceram as aquisições oriundas da China (+27,5%, +US\$ 13,1 bilhões), Estados Unidos (+30,3%, +US\$ 11,9 bilhões) e Argentina (+9,6%, +US\$ 1,2 bilhão).

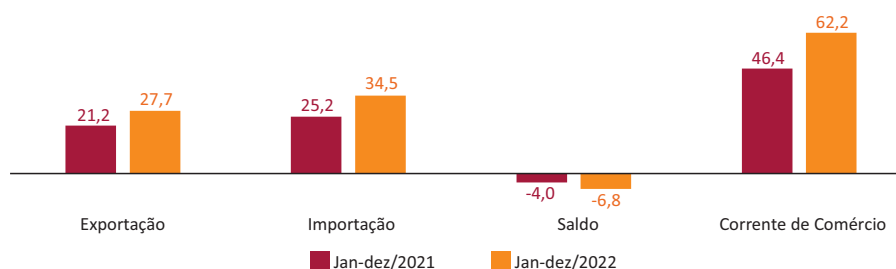
Os principais produtos exportados pela China para o Brasil foram: Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (11,5%), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (8,2%) e Equipamentos de telecomunicações,

incluindo peças e acessórios (6,8%). Já os Estados Unidos enviaram ao País, Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (24,9%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores) (8,2%), Gás natural, liquefeito ou não (6,2%) e etc. Da Argentina, o Brasil importou, principalmente, Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (19,2%), Veículos automóveis de passageiros (15,5%) e Trigo e centeio, não moídos (12,3%).

8.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 27,7 bilhões, em 2022, aumento de 30,7% (+US\$ 6,5 bilhões) relativamente a 2021. As importações registraram incremento de 37,0% (+US\$ 9,3 bilhões), nesse intervalo, somando US\$ 34,5 bilhões. Como consequência dessa diferença, a balança comercial nordestina registrou déficit de US\$ 6,8 bilhões contra US\$ 4,0 bilhões no ano anterior. A corrente de comércio atingiu US\$ 62,2 bilhões (aumento de 34,1%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-dez/2022/2021 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

A análise segundo os setores econômicos, mostra que as exportações da Indústria de Transformação, 62,6% da pauta, cresceram 26,3% (+US\$ 3.617,6 milhões), no período em análise. O destaque foi o incremento de 159,7% (+US\$ 3.135,6 milhões) nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos. O combustível ocupou o segundo lugar na pauta nordestina com 18,4% de participação. Vale destacar, também, o crescimento das exportações de Celulose (+22,3%, + US\$ 356,2 milhões), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+16,2%, + US\$ 190,7 milhões) e de Farelos de soja e outros alimentos (+36,1%, + US\$ 184,3 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-dez/2022/2021- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-dez/2022		jan-dez/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	8.830,8	31,8	5.879,3	27,7	50,2
Indústria Extrativa	1.481,1	5,3	1.494,2	7,0	-0,9
Indústria de Transformação	17.349,6	62,6	13.732,0	64,7	26,3
Outros Produtos	74,0	0,3	120,8	0,6	-38,8
Total	27.735,5	100,0	21.226,3	100,0	30,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

As vendas dos produtos do setor Agropecuário, 31,8% do total, cresceram 50,2% (+US\$ 2.079,3 milhões). As vendas externas de Soja cresceram 56,0% (+US\$ 2.131,2 milhões). A oleaginosa liderou a pauta nordestina com 21,4% de participação. Merece destaque, também, o incremento nas vendas de Milho não moído (+320,1%, +US\$ 756,8 milhões) e Algodão em bruto (+19,5%, +US\$ 136,2 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor (5,3% das vendas externas totais) decresceram 0,9% (-US\$ 13,1 milhões). As vendas de Minério de ferro e seus concentrados retrocederam 31,0% (-US\$ 233,1 milhões). Por outro lado, cresceram as exportações de Minérios de cobre e seus concentrados (+10,9%, +US\$ 32,1 milhões), Minérios de níquel e seus concentrados (+35,3%, +US\$ 83,8 milhões) e Outros minerais em bruto (+57,9%, +US\$ 66,5 milhões).

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 41,9% das vendas externas da Região, no período em análise: China (20,1%), Singapura (11,8%) e Estados Unidos (10,0%). Comparativamente ao período de janeiro/dezembro/2021, cresceram as vendas para a China (+30,3%, +US\$ 1.298,3 milhões) e Singapura (92,8%, +US\$ 1.579,0 milhões) enquanto decresceram para os Estados Unidos (-22,0%, -US\$ 777,4 milhões).

Para a China, foram exportados, principalmente, Soja (73,5% do total), Celulose (13,2%) e Algodão em bruto (4,0%). Singapura importou da Região, basicamente, Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (99,3%). Já para os Estados Unidos foram enviados Celulose (10,2%), Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (10,2%), Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas (9,2%), dentre outros.

Já o resultado das importações nordestinas, em 2022 (Tabela 4), foi motivado, principalmente, pelo aumento das compras de Combustíveis e lubrificantes (41,4% da pauta) e de Bens Intermediários (50,5%).

Relativamente ao período de janeiro a dezembro de 2021, as importações de Combustíveis e lubrificantes cresceram 78,5% (+US\$ 6.276,6 milhões). Os destaques da categoria foram as aquisições de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (60,7% da categoria), Gás natural, liquefeito ou não (13,4%) e Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (12,5%).

As aquisições de Bens Intermediários cresceram 18,7% (+US\$ 2.746,7 milhões), no período. Os principais produtos da categoria adquiridos foram Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (17,6%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (14,8%) e Trigo e centeio, não moídos (6,1%).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-dez /2022/2021- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-dez/2022		jan-dez/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.509,0	4,4	1.389,5	5,5	8,6
Bens intermediários	17.422,6	50,5	14.675,8	58,3	18,7
Bens de consumo	1.263,8	3,7	1.113,6	4,4	13,5
Combustíveis e lubrificantes	14.276,6	41,4	8.000,0	31,8	78,5
Bens não especificados anteriormente	18,8	0,1	0,4	0,0	...
Total	34.490,8	100,0	25.179,2	100,0	37,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

As importações de Bens de Capital aumentaram 8,6% (+US\$ 119,5 milhões), no período. Os principais produtos adquiridos foram: Máquinas de energia elétrica e suas partes (14,0%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (13,2%) e Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (8,0%).

As aquisições de Bens de consumo registraram acréscimo de 13,5% (US\$ 150,2 milhões), nesse período comparativo. Foram importados Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (14,6%), Veículos automóveis de passageiros (10,9%), Equipamentos elétricos e não elétricos de uso doméstico (6,8%), etc.

Os principais países de origem das importações nordestinas, no acumulado de janeiro a dezembro/22, foram: Estados Unidos (35,0%), China (14,2%) e Argentina (4,7%) que responderam por 53,9% do total. Frente a 2021, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+53,1%, +US\$ 4.184,9 milhões), da China (+29,5%, +US\$ 1.115,1 milhões) e Argentina (+19,7%, +US\$ 267,6 milhões).

Dos Estados Unidos, os principais produtos importados foram Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (55,0 %), Gás natural, liquefeito ou não (14,2%) e Propano e butano liquefeito (6,0%). Da China, a Região comprou Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (18,1%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (6,5%), Geradores elétricos giratórios e suas partes (6,4%), dentre outros. Já da Argentina, foram adquiridos Trigo

e centeio, não moídos (48,4%), Propano e butano liquefeito (14,6%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (11,5%), etc.

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco por responderam 88,3% das exportações e 91,7% das importações do Nordeste, em 2022 (Tabela 5). Dos Estados da Região, apenas Bahia (+US\$ 2.565,9 milhões), Piauí (+US\$ 1.406,1 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 301,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 5.371,2 milhões), Ceará (-US\$ 2.568,1 milhões), Maranhão (-US\$ 1.770,6 milhões), Paraíba (-US\$ 882,5 milhões), Sergipe (-US\$ 231,7 milhões) e Alagoas (-US\$ 204,4 milhões).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-dez/2022/2021 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-dez/2022/ Jan-dez/2021	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-dez/2022/ Jan-dez/2021	
Maranhão	5.738,0	20,7	31,2	7.508,6	21,8	79,5	-1.770,6
Piauí	1.654,1	6,0	92,8	248,0	0,7	-52,4	1.406,1
Ceará	2.340,5	8,4	-14,6	4.908,6	14,2	26,8	-2.568,1
R G do Norte	736,7	2,7	43,1	435,4	1,3	30,5	301,2
Paraíba	148,9	0,5	1,6	1.031,5	3,0	62,5	-882,5
Pernambuco	2.488,3	9,0	17,8	7.859,4	22,8	18,4	-5.371,2
Alagoas	588,3	2,1	32,3	792,7	2,3	2,6	-204,4
Sergipe	118,3	0,4	28,2	350,0	1,0	103,2	-231,7
Bahia	13.922,5	50,2	40,0	11.356,6	32,9	41,0	2.565,9
Nordeste	27.735,5	100,0	30,7	34.490,8	100,0	37,0	-6.755,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 5.738,0 milhões, em 2022, registrando crescimento de 31,2% (+US\$ 1.363,8 milhões), relativamente a 2021, motivada, principalmente, pelo aumento das vendas de Soja (+61,8%, + US\$ 761,6 milhões), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+16,2%, US\$ 190,7 milhões), Celulose (+26,4%, + US\$ 154,1 milhões) e Milho não moído, exceto milho doce (+252,3%, US\$ 409,4 milhões). As importações, no valor de US\$ 7.508,6 milhões, aumentaram 79,5% (+US\$ 3.326,2 milhões), devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+99,7%, +US\$ 1.091,9 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+70,6%, + US\$ 2.136,3 milhões), 29,1% e 68,8% da pauta, respectivamente.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 1.654,1 milhões, aumento de 92,8% (+US\$ 796,4 milhões) no período em foco. O destaque foram as vendas externas de Soja e de Milho não moído, exceto milho doce que registraram crescimento de 75,2% (+US\$ 495,5 milhões) e 480,8% (+US\$ 272,3 milhões). As importações, no valor de US\$ 248,0 milhões, decresceram 52,4% (-US\$ 273,4 milhões), no período, reflexo da queda, principalmente, nas aquisições de Bens Intermediários (-52,3%, -US\$ 250,9 milhões) e de Bens de Capital (-59,7%, -US\$ 22,5 milhões), 92,3% e 6,1% da pauta do Estado, respectivamente.

O Estado do Ceará registrou, no ano de 2022, exportações no valor de US\$ 2.340,5 milhões, queda de 14,6% (-US\$ 398,6 milhões), ante 2021. As vendas dos Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (47,8% da pauta) e Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (5,7%) decresceram 29,5% (-US\$ 467,5 milhões) e 21,0% (+US\$ 35,5 milhões), respectivamente, no período.

As importações somaram US\$ 4.908,69 milhões, aumento de 26,8% (+US\$ 1.038,3 milhões), no período. As aquisições de Bens Intermediários e Combustíveis e Lubrificantes que participaram com 52,2%

e 41,4% da pauta importadora cresceram 27,1% (+US\$ 546,2 milhões) e 33,2% (+US\$ 506,1 milhões), respectivamente, no período em análise.

As exportações do Estado do Rio Grande do Norte totalizaram US\$ 736,7 milhões, incremento de 43,1% (+US\$ 221,8 milhões), no período em foco, motivada, principalmente, pela venda de Óleos combustíveis de petróleo (+83,2%, +US\$ 152,8 milhões), representando 45,7% do total. As importações, US\$ 435,4 milhões, cresceram 30,5% (+US\$ 101,7 milhões), devido ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+31,1%, +US\$ 91,8 milhões), representando 88,8% do total.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 148,9 milhões e as importações alcançaram US\$ 1.031,5 milhões, no período de janeiro a dezembro de 2022. Comparativamente ao mesmo período de 2021, as vendas externas aumentaram em 1,6% (+US\$ 2,3 milhões). Os principais produtos da pauta de exportação do Estado registraram crescimento: Calçados (+32,7%, US\$ 19,1 milhões), Sucos de frutas ou de vegetais (+11,0%, +US\$ 1,9 milhão), Fios têxteis (+122,4%, +US\$ 5,3 milhões) e Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos congelados (+1041,3%, +US\$ 8,2 milhões). As importações aumentaram 62,5% (+US\$ 396,9 milhões) devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+32,6%, +US\$ 156,5 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+267,2%, +US\$ 222,1 milhões) que responderam por 61,7% e 29,6%, respectivamente, da pauta do Estado.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 2.488,3 milhões, registrando incremento de 17,8% (+US\$ 376,0 milhões), com destaque para o incremento nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+60,6%, +US\$ 333,7 milhões); Veículos automóveis de passageiros (+17,3%, +US\$ 48,4 milhões), Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxicas; policarbonatos, resinas alquídicas e outros poliésteres; em formas primárias (+12,3%, +US\$ 31,7 milhões) e Açúcares e melaços (+26,0%, +US\$ 47,9 milhões). As importações, US\$ 7.859,4 milhões, cresceram 18,4% (+US\$ 1.221,3 milhões). Todas as categorias econômicas registraram crescimento: Combustíveis e Lubrificantes (+46,9%, +US\$ 941,9 milhões), Bens de Consumo (+29,7%, +US\$ 157,2 milhões), Bens Intermediários (+2,7%, +US\$ 98,7 milhões) e Bens de Capital (+5,1%, +US\$ 22,1 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 588,3 milhões, no período em análise, registrando aumento de 32,3% (+US\$ 143,6 milhões). As vendas do principal produto da pauta de exportação do Estado, com 71,6% participação, Açúcares e melaços, cresceram 2,8% (+US\$ 11,6 milhões). Vale ressaltar, também, as vendas de Minério de cobre (US\$ 134,0 milhões), iniciada no final de 2021, contribuindo para a diversificação da pauta alagoana. Já as importações somaram US\$ 792,7 milhões, com incremento de 2,6% (+US\$ 19,8 milhões), devido, principalmente ao aumento nas aquisições de Bens de Consumo (+12,5%, +US\$ 22,9 milhões), de Combustíveis e Lubrificantes (+7352,4%, +US\$ 17,8 milhões) e de Bens de Capital (+17,5%, +US\$ 14,0 milhões). Por outro lado, as importações de Bens intermediários decresceram 7,0% (-US\$ 36,0 milhões).

Sergipe exportou US\$ 118,3 milhões, valor 28,2% (+US\$ 26,0 milhões) superior ao total registrado no acumulado de 2021. Esse resultado decorreu, principalmente, do crescimento das vendas de Sucos de frutas (+84,7%, +US\$ 27,5 milhões). As importações totalizaram US\$ 350,0 milhões, valor 103,2% (+US\$ 177,8 milhões) superior ao ano passado, devido ao incremento nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (+US\$ 154,4 milhões) e de Bens intermediários (+US\$ 29,6 milhões), 44,1% e 48,0%, respectivamente, da pauta do Estado. Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 13.922,5 milhões, aumento de 40,0% (+US\$ 3.977,8 milhões). Os destaques foram os incrementos nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+217,6%, +US\$ 2.616,7 milhões), Soja (+45,6%, +US\$ 874,1 milhões) e Celulose (+19,7%, +US\$ 200,3 milhões). Já as importações atingiram US\$ 11.356,6 milhões, com aumento de 41,0% (+US\$ 3.303,0 milhões), no período, devido aos acréscimos nas compras de Bens Intermediários (+16,9%, +US\$ 1.018,9 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+175,3%, +US\$ 2.297,9 milhões) que representaram 62,1% e 31,8%, respectivamente, da pauta importadora do Estado, em 2022.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no ano de 2022, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– Jan-dez/2022

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (34,8%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (23,8%), Celulose (12,9%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (67,0%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (22,1%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,4%)
Piauí	Soja (69,8%), Milho não moído, exceto milho doce (19,9%), Farelos de soja (2,9%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (26,2%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos (22,5%), Trigo e centeio, não moídos (11,6%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (47,8%), Calçados (12,5%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (5,7%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (19,2%), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,2%), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, etc (7,9%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (45,7%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (22,1%), Outros minerais em bruto (6,3%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (23,7%), Trigo e centeio, não moídos (20,5%), Geradores elétricos giratórios e suas partes (18,3%)
Paraíba	Calçados (52,1%), Sucos de frutas ou de vegetais (12,6%), Fios têxteis (6,4%)	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (26,1%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (12,2%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (8,5%)
Pernambuco	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (35,5%), Veículos automóveis de passageiros (13,2%), Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxicas; policarbonatos etc (11,6%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (26,1%), Propano e butano liquefeito (11,9%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (7,7%)
Alagoas	Açúcares e melações (71,6%), Minérios de cobre e seus concentrados (22,8%), Materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (1,3%)	Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (16,7%), Outros hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (7,1%), Máquinas de energia elétrica e suas partes (4,7%)
Sergipe	Sucos de frutas ou de vegetais (50,8%), Adubos ou fertilizantes químicos (18,3%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (10,1%)	Gás natural, liquefeito ou não (44,1%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (20,0%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (5,6%)
Bahia	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (27,4%), Soja (20,0%), Celulose (8,7%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (27,8%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (13,4%), Gás natural, liquefeito ou não (12,5%)
Nordeste	Soja (21,4%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (18,4%), Celulose (7,1%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (32,6%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (8,9%), Gás natural, liquefeito ou não (5,5%)
Brasil	Soja (13,9%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (12,7%), Minério de ferro e seus concentrados (8,7%)	Adubos ou fertilizantes químicos (9,1%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (8,6%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (4,2%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-dez/2022

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (23,1%), Canadá (18,8%), Estados Unidos (10,6%)	Estados Unidos (47,7%), Índia (8,9%), Emirados Árabes Unidos (8,6%)
Piauí	China (47,1%), Espanha(17,8%), Estados Unidos (3,1%)	China (62,5%), Argentina (12,4%), Rússia (5,2%)
Ceará	Estados Unidos (27,0%), México (24,3%), Espanha (6,0%)	Estados Unidos (30,1%), China (27,6%), Argentina (5,6%)
Rio Grande do Norte	Singapura (44,9%), , Estados Unidos (13,1%), Países Baixos (Holanda) (7,8%)	China (46,0%), Argentina (12,7%), Estados Unidos (11,5%)
Paraíba	Estados Unidos (14,9%),Países Baixos (Holanda) (9,2%), Argentina (6,7%)	Estados Unidos (44,3%), China (20,7%), Uruguai (9,1%)
Pernambuco	Singapura (34,4%), Argentina (17,5%), Estados Unidos (8,1%)	Estados Unidos (32,5%), China (12,7%), Argentina (10,6%)
Alagoas	Finlândia (18,8%), Canadá (11,9%), Geórgia (11,4%)	China (40,1%), Estados Unidos (14,8%), Chile (7,0%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (20,7%), Bélgica (17,2%), Reino Unido (9,9%)	Catar (44,6%), Estados Unidos (13,2%), Rússia (12,5%)
Bahia	China (24,0%), Singapura (15,0%), Estados Unidos (7,8%)	Estados Unidos (33,3%), China (12,1%), Angola (6,8%)
Nordeste	China (20,1%), Singapura (11,8%), Estados Unidos (10,0%)	Estados Unidos (35,0%), China (14,2%), Argentina (4,7%)
Brasil	China (26,8%), Estados Unidos (11,2%), Argentina (4,6%)	China (22,3%), Estados Unidos (18,8%), Argentina (4,8%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/02/2023).

Referências

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. COMEXSTAT - Portal de estatísticas de comércio exterior do Brasil. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: Fev 2023.

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. Após a análise da evolução das Transferências Constitucionais, se discute os ganhos e perdas que ocorreram com o ICMS em 2022, onde o centro da análise é a Região Nordeste. No final do capítulo, trata-se das aplicações das agências oficiais de fomento até o sexto bimestre de 2022, e o Grau de endividamento dos Estados e capitais nordestinas e Regiões.

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos Estados mais pobres da Federação. A Tabela 1, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 16,7% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 42,6% do total das transferências. Com isso, a soma das Transferências Constitucionais e ICMS, da Região Nordeste, representam 24,0% do total do País.

Tabela – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – até dezembro de 2022 – R\$ Milhões

Estado/Região	ATÉ dezembro/2022				
	FPE + FPM	ICMS	(FPE + FPM) + ICMS	FPE+FPM/ICMS	(FPE+FPM)/(FPE+FPM+ICMS)
Alagoas	8.698	5.819	14.517	149,5	59,9
Bahia	24.837	33.744	58.581	73,6	42,4
Ceará	15.956	17.154	33.111	93,0	48,2
Maranhão	14.992	11.495	26.486	130,4	56,6
Paraíba	10.507	7.690	18.197	136,6	57,7
Pernambuco	15.606	22.038	37.644	70,8	41,5
Piauí	9.306	5.776	15.082	161,1	61,7
Rio Grande do Norte	8.630	7.195	15.825	119,9	54,5
Sergipe	7.155	4.592	11.747	155,8	60,9
Nordeste	115.688	115.504	231.191	100,2	50,0
Norte	45.785	49.107	94.892	93,2	48,2
Sudeste	57.106	336.854	393.960	17,0	14,5
Sul	33.450	119.967	153.416	27,9	21,8
Centro-Oeste	19.642	69.349	88.991	28,3	22,1
Brasil	271.670	690.780	962.450	39,3	28,2

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: a participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam a metade (50,0%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 28,2%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, têm a relação abaixo de 50,0%, 42,4%, 48,2% e 41,5%, respectivamente. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. No Piauí, a relação chega a 61,7%, seguida por Sergipe (60,9%), Alagoas (59,9%) e Paraíba (57,7%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 55,8%. Se extraímos do total do Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco, a relação entre as Transferências

Constitucionais e ICMS, passa a ser 139,3%, mostrando que para os estados mais pobres da Região, as transferências são recursos mais importantes que a arrecadação do ICMS.

9.1 Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes. A arrecadação federal, no Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), cresceu em 2022, +12,9%, ou R\$ 88,1 bilhões (2022, menos 2021 corrigido pela variação entre os IPCA's médios de 2022 e 2021). Cabe destacar que a arrecadação do IPI caiu -12,8%.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 125,3 bilhões em 2022, ante R\$ 100,4 bilhões em 2021, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +14,2%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais, base das transferências, cresceu de forma robusta, em função, também, da inflação no ano, que ficou acima da meta. Isto não aconteceu, na mesma proporção, com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, nos Estados da Federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 - FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 2021 e 2022 - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Alagoas	4.319	5.372	2.630	3.326	496	632
Bahia	9.251	11.398	10.637	13.439	892	1.137
Ceará	7.163	8.679	5.756	7.278	991	1.263
Maranhão	7.180	8.844	4.864	6.148	620	789
Paraíba	4.733	5.910	3.639	4.598	397	505
Pernambuco	6.821	8.534	5.696	7.072	625	707
Piauí	4.366	5.426	3.068	3.880	620	789
Rio Grande do Norte	4.118	5.003	2.870	3.627	357	455
Sergipe	4.083	4.965	1.732	2.190	357	455
Nordeste	52.034	64.130	40.892	51.558	5.353	6.732
Espírito Santo	1.582	2.137	2.067	2.612	198	253
Minas Gerais	4.602	5.804	15.212	19.210	595	758
Brasil	100.424	125.341	115.940	146.330	11.594	14.633

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a dezembro de cada ano.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 64,1 bilhões em 2022, em contraste com R\$ 52,0 bilhões, representando um ganho real de +12,8% em comparação com igual período de 2021. A Região recebeu 51,1% do total dos recursos desse Fundo em 2022. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2022, em comparação com 2021. Os valores obtidos em 2022 são: Bahia (R\$ 11,4 bilhões), Ceará (R\$ 8,7 bilhões), Maranhão (R\$ 8,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 8,5 bilhões) obtiveram 58,4% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram, Paraíba (R\$ 5,9 bilhões), Piauí (R\$ 5,4 bilhões), Alagoas (R\$ 5,4 bilhões), Rio Grande Norte e Sergipe (R\$ 5,0 bilhões, cada), com 41,6% do total.

O FPM no País somou R\$ 146,3 bilhões em 2022, em comparação com R\$ 115,9 bilhões em 2021 (Tabela 2). O ganho real foi de +15,5%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 51,6 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 40,9 bilhões em 2021, significando ganho real de +15,4%, em comparação com 2021 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparado com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2022. Todas as Unidades Federativas da Região registraram ganho real no volume de recursos do FPM no ano de 2022, em comparação com semelhante período de 2021. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 13,4 bilhões), Ceará (R\$ 7,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 7,1 bilhões) e Maranhão (R\$ 6,1 bilhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram, Paraíba (R\$ 4,6 bilhões), Piauí (R\$ 3,9 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 3,6 bilhão), Alagoas (R\$ 3,3 bilhão) e Sergipe (R\$ 2,2 bilhão), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 14,6 bilhões em 2022, ante R\$ 11,6 bilhões no ano anterior, representando ganho de +15,5% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 6,7 bilhões, com ganho real de +15,1%, comparado com 2021, quando foram alocados R\$ 5,4 bilhões. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar a recuperação, em 2021, do total das perdas sofridas pela capital de Pernambuco em 2020, que sofreu uma redução real de -17,0%, comparado com 2019. A situação volta a prejudicar a capital, neste ano, já que a renda *per capita*, base para 2022 (ano 2019) voltou a subir (5,5%, com relação a renda de 2018). Como o fator renda per capita é o inverso do valor da renda, quanto maior a renda, menor o fator, sua participação no total das capitais, saiu de 5,4% (em 2021), para 4,8% (em 2022). O valor recebido por Recife, cresceu em termos reais apenas +3,6%, enquanto as outras capitais da Região tiveram crescimento de +16,6%. As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,0% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2022. Fortaleza (R\$ 1,3 bilhão), Salvador (R\$ 1,1 bilhão), São Luís e Teresina (R\$ 789 milhões, cada) e Recife (R\$ 707 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram, Maceió (R\$ 632 milhões), João Pessoa (R\$ 505 milhões), Natal e Aracaju (R\$ 455 milhões, cada), com 31,4% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2022.

Fortaleza foi a capital que mais recebeu recursos (R\$ 1,3 bilhão), 11,1% acima da segunda colocada, Salvador (R\$ 1,1 bilhão). A variação do Fundo de Participação dos Municípios das capitais do Nordeste foi, em termos reais, +15,1%, em comparação com 2021.

Todos os Estados do Nordeste tiveram ganhos reais nas transferências (FPE + FPM), comparando o valor de 2022 com 2021, corrigido pela variação entre os IPCA médios de 2021 e 2022. O ganho da Região, comparando 2022 com 2021, foi de R\$ 14,1 bilhões, e R\$ 35,2 bilhões no Brasil. O maior ganho foi do Estado da Bahia (R\$ 3,1 bilhões), seguido por Pernambuco (R\$ 1,9 bilhão) e Ceará e Maranhão (R\$ 1,8 bilhão, cada).

A Tabela 3 traz as previsões para o que vai ser transferido de FPE + FPM, para o período fevereiro a abril de 2023 (Secretaria do Tesouro Nacional), e em 2023 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023), que utilizou os seguintes parâmetros macroeconômicos: IPCA 2023: 4,5%; PIB (var. real): 2,5%; câmbio (médio, R\$/US\$): 5,12 e Selic (média – a.a.): 12,5%. Com os dados reais, até dezembro, e usando a expectativa do IPCA (4,5%), a expectativa de crescimento para 2023 é -3,4% (FPE) e -1,8% (FPM).

Tabela 3 – FPE e FPM, Previsões de fevereiro a abril de 2023, e 2023 - R\$ Milhões – Estados da Área de Atuação do BNB e Brasil

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	fevereiro/23 a abril/23	2023	fevereiro/23 a abril/23	2023	fevereiro/23 a abril/23	2023
Alagoas	1.515	5.412	841	3.413	160	648
Bahia	3.214	11.609	3.397	13.790	287	1.167
Ceará	2.447	8.944	1.839	7.468	319	1.296
Maranhão	2.494	8.965	1.554	6.308	200	810
Paraíba	1.666	5.948	1.162	4.718	128	519
Pernambuco	2.406	8.662	1.788	7.257	179	726
Piauí	1.530	5.467	981	3.981	200	810
Rio Grande do Norte	1.411	4.946	917	3.722	115	467
Sergipe	1.400	5.115	554	2.248	115	467
Nordeste	18.082	65.068	13.031	52.906	1.702	6.909
Espírito Santo	603	2.212	660	2.680	64	259
Minas Gerais	1.637	5.783	4.855	19.713	192	778
Brasil	35.341	126.520	36.984	150.178	3.698	15.018

Fonte: BNB/Etene, (1) janeiro e fevereiro de 2023, Tesouro Nacional, 2023, com dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023

9.2 Arrecadação de ICMS:

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 690,8 bilhões em 2022, ante R\$ 652,5 bilhões no ano anterior, significando uma perda real de -3,1%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado em 2022, precisamente 48,8%. Com expressiva diferença seguiram o Sul (17,4%), Nordeste (16,7%), Centro-Oeste (10,0%) e Norte (7,1%).

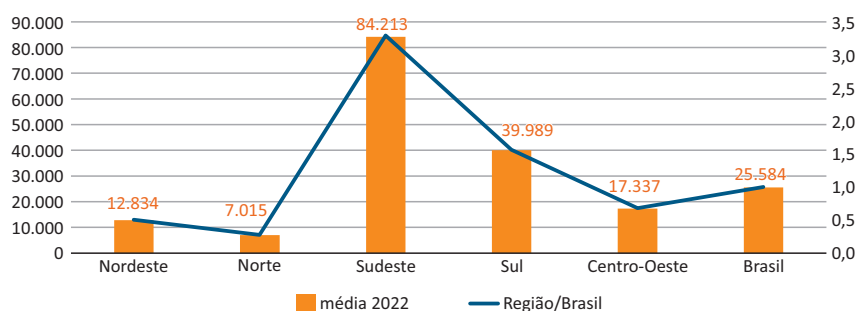
O Congresso aprovou medida que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e comunicação. Tomando como exemplo, a área de atuação do BNB (AABNB), comparando 2022, com 2021, observa-se que apenas o Maranhão, teve ganho real em sua arrecadação (+5,4%). À exceção da Região Norte (+1,0%), todas as outras tiveram perdas reais: Nordeste (-2,9), Sudeste (-3,5%), Sul (-3,7%) e Centro-Oeste (-3,7%). Na AABNB, as maiores as maiores perdas são: Piauí (-7,4%), Pernambuco (-6,8%), Paraíba (-6,4%), Rio Grande do Norte (-4,1%), Minas Gerais (-4,6%) e Ceará (-3,3%).

O setor com maior participação na arrecadação do ICMS, é o terciário (comércio e serviços, sem energia e a cadeia do petróleo), 36,4% no Brasil e 42,0% no Nordeste. Alguma coisa não anda bem, nenhuma Região teve crescimento real neste setor, Centro-Oeste (-15,9%), Norte (-17,0%), Nordeste (-1,3%), Sudeste (-15,5%), Sul (-11,4%) e Brasil (-12,5%). Nesse mesmo período, em 2021, o Nordeste crescia, em termos reais, +13,3% e o Brasil, +15,8%. No Nordeste, o crescimento do setor terciário foi +7,7%.

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada estado da Região Sudeste (R\$ 84.213), arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 25.584), e 6,6 vezes mais que a média de cada estado nordestino. A média de arrecadação de cada estado nordestino (R\$ 12.834), é apenas 0,5 da média nacional, e na Região Norte (R\$ 7.015) é apenas 0,3. Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil (R\$ Milhões) e Relação Região/Brasil – 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 115,5 bilhões em 2022, em contraste com R\$ 108,9 bilhões em 2021, representando uma perda real de -2,9% no período em análise. Em termos monetários, comparando a arrecadação de 2022, com 2021, corrigido pela variação do IPCA médio 2022 e 2021, a perda da Região Nordeste foi R\$ 3,5 bilhões, e R\$ 22,2 bilhões no Brasil. Apenas o Estado do Maranhão teve um ganho real de R\$ 593,2 milhões, em função da instalação do Hub de combustível, que afetou de forma relevante a arrecadação do setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes (+21,3%). Apenas a Região Norte teve uma pequena variação real (+1,0%). Os entes subnacionais estimam perdas do ICMS, em torno de R\$ 30 bilhões, mas as perdas foram um pouco menores, R\$ 22,2 bilhões. O Nordeste perdeu R\$ 3,5 bilhões. Abre um sinal de alerta na dinâmica econômica, preocupando o que pode acontecer com o PIB da Região, tomando o ICMS como uma proxy da economia. Nas demais regiões, apenas o Norte (+1,0%), teve um ganho real. O Centro-Oeste e a Região Sul foram as que tiveram as maiores perdas (-3,7%, cada), um pouco pior que o Nordeste (-2,9%) e o Sudeste (-3,5%). O cenário para o ICMS, é muito diferente do quadro das transferências constitucionais, que foi apresentado, ver Tabela 2.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2021 e 2022 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2021		2022		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	5.398	0,8	5.819	0,8	7,8	-1,3
Bahia	31.274	4,8	33.744	4,9	7,9	-1,3
Ceará	16.239	2,5	17.154	2,5	5,6	-3,3
Maranhão	9.975	1,5	11.495	1,7	15,2	5,4
Paraíba	7.521	1,2	7.690	1,1	2,2	-6,4
Pernambuco	21.644	3,3	22.038	3,2	1,8	-6,8
Piauí	5.706	0,9	5.776	0,8	1,2	-7,4
Rio Grande do Norte	6.869	1,1	7.195	1,0	4,8	-4,1
Sergipe	4.275	0,7	4.592	0,7	7,4	-1,7
Nordeste	108.900	16,7	115.504	16,7	6,1	-2,9
Norte	44.477	6,8	49.107	7,1	10,4	1,0
Sudeste	319.265	48,9	336.854	48,8	5,5	-3,5
Espírito Santo	15.341	2,4	16.577	2,4	8,1	-1,1
Minas Gerais	67.812	10,4	70.713	10,2	4,3	-4,6
Sul	113.961	17,5	119.967	17,4	5,3	-3,7
Centro-Oeste	65.872	10,1	69.349	10,0	5,3	-3,7
Brasil	652.474	100,0	690.780	100,0	5,9	-3,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022.

A Região Nordeste, com uma arrecadação de R\$ 115,5 bilhões, em 2022, teve uma perda real de -2,9% (R\$ 3,5 bilhões), comparado com o mesmo período de 2021. A principal causa é a queda na arrecadação

do setor terciário (-1,3%), que pesa 42,1%, no total da arrecadação, seguido pela perda no setor petróleo, combustíveis e lubrificantes (-8,4%) e energia (-10,1%), que juntos representam 75,5% do total da arrecadação. O setor primário (+12,6%) e o secundário (+3,7%), tiveram crescimentos em suas arrecadações, mas representam apenas 22,2% do total da arrecadação. É um sinal preocupante pois apenas quatro estados não tiveram perdas reais no terciário: Alagoas (+4,5%), Paraíba (+0,2%), Sergipe (+3,4%) e o Espírito Santo (+22,7%). As maiores perdas reais são do Ceará (-3,5%), Piauí (-3,2%) e Rio Grande do Norte (-2,6%). Este setor é a principal referência da dinâmica da economia nordestina, fincada no comércio e serviços.

Maranhão foi o único estado com variação positiva em sua arrecadação (+5,4%), em que o destaque é o crescimento da arrecadação do setor de petróleo (+21,3%), que participa com 31,2% da arrecadação do Estado, seguido pela variação do setor secundário (+7,3%) e 15,0% de participação. Com investimentos de mais de R\$ 1 bilhão do setor privado, para a construção e expansão de terminais de combustíveis e infraestrutura logística e de armazenagem, a ampliação da Ferrovia Norte Sul, o aumento de desembarque e da capacidade de armazenagem de combustível no Porto do Itaqui, apontam para um cenário em que o Estado terá um papel estratégico de porta de entrada e saída do corredor e estados do arco norte.

As principais perdas são do Piauí (-7,4%), Pernambuco (-6,8%), Paraíba (-6,4%), e Minas Gerais (-4,6%). Os outros seis estados da área de atuação do BNB, com variações reais negativas, ficaram entre -1,1% (Espírito Santo) e -4,1% (Rio Grande do Norte).

Os três setores com as variações negativas, terciário, petróleo e energia, que representam 75,5 do total da arrecadação da Região, podem ser detalhados em suas variações pelos estados. **Terciário:** Ceará (-3,5%) e Piauí (-3,2%). Cabe destacar a variação no Espírito Santo (+22,7%), em que o setor tem uma participação na arrecadação, de 33,3%. Foi esse setor que mitigou a queda na arrecadação do Estado, pois no setor secundário (-0,1%), petróleo (-21,7%) e energia (-26,7%), caíram, e representam 60,3% do total da arrecadação. **Petróleo:** além do Espírito Santo, Pernambuco (-21,5%) e Paraíba (-20,3%). **Energia:** Minas Gerais (-30,6%), Espírito Santo, Paraíba (-18,8%) e Piauí (-16,4%).

9.3 Evolução das Transferências e do ICMS em 2022:

As Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM) são muito importantes para os Estados mais pobres da Federação, ver Tabela 1. Em 2022, estas transferências na Região Nordeste, superaram a arrecadação do ICMS, R\$ 115,7 bilhões, para R\$ 115,5 bilhões. Em apenas três estados da Região, Bahia, Ceará e Pernambuco, as Transferências são menores que a arrecadação do ICMS.

À exceção da Região Norte, o ICMS sofreu perdas reais, muito em função dos cortes nas alíquotas de determinados setores (energia, combustíveis e comunicações), razão dos pedidos dos entes federais em pedir compensação pelas perdas. No caso das regiões Norte e Nordeste, as Transferências Constitucionais funcionaram como um colchão de recursos, na mitigação das perdas sofridas no ICMS.

As Transferências Constitucionais (FPE e FPM), cresceram em termos reais, excluindo o efeito da inflação em 2021 e 2022, +14,9%, no Brasil, e +13,9%, no Nordeste. Em termos monetários, corrigindo as Transferências de 2021 pela variação entre os IPCA's médios de 2022 e 2021, o ganho na Região em 2022 foi R\$ 14,1 bilhões, enquanto a perda no ICMS foi -R\$ 3,5 bilhões. Na Região Norte, o ganho nas Transferências foi R\$6,0 bilhões, e houve ganho no ICMS, R\$ 502 milhões. A situação de recursos, em 2022, nas duas Regiões mais pobres do país, olhando a arrecadação do ICMS e as Transferências de recursos, via FPE e FPM, foi melhor que em 2021, excluindo-se o efeito da inflação, no valor de R\$ 10,6 bilhões (Nordeste) e R\$ 6,5 bilhões (Norte).

As Regiões mais desenvolvidas, tiveram perdas no ICMS, de forma que as Transferências não foram suficientes para compensar. A Região Sudeste foi a que sofreu as maiores perdas, em função de que os ganhos nas Transferências foram R\$ 8,0 bilhões, e as perdas no ICMS, 12,0 bilhões.

Olhando no detalhe, as perdas e ganhos nos estados da Região, percebe-se que a maior perda no ICMS foi em Pernambuco (-R\$ 1,6 bilhão), compensado por um ganho nas Transferências de R\$ 1,9 bilhão. No cálculo da diferença entre ganhos nas Transferências e perdas no ICMS, os quatro primeiros são Bahia (R\$ 2,7 bilhões), Maranhão (R\$ 2,4 bilhões), Ceará (R\$ 1,2 bilhão) e Alagoas (R\$ 1,0 bilhão).

Tabela 5 – Variação Real em 2022, com Relação a 2021 – Fundos Constitucionais e ICMS – R\$ milhões e % - excluindo-se o efeito da inflação.

Estado/Região	R\$ Milhões (a preços de 2022)		%	
	FPE + FPM	ICMS	FPE + FPM	ICMS
Alagoas	1.103	-79,5	14,5	-1,3
Bahia	3.103	-431,7	14,3	-1,3
Ceará	1.839	-591,5	13,0	-3,3
Maranhão	1.830	593,8	13,9	5,4
Paraíba	1.359	-529,2	14,9	-6,4
Pernambuco	1.928	-1.614,5	14,1	-6,8
Piauí	1.182	-458,6	14,6	-7,4
Rio Grande do Norte	994	-311,0	13,0	-4,1
Sergipe	801	-79,6	12,6	-1,7
Nordeste	14.138	-3.501,7	13,9	-2,9
Norte	5.961,7	502,4	15,0	1,0
Sudeste	8.044,5	-12.039,0	16,4	-3,5
Sul	4.506,6	-4.569,8	15,6	-3,7
Centro-Oeste	2.576,8	-2.635,3	15,1	-3,7
Brasil	35.228,0	-22.243,5	14,9	-3,1

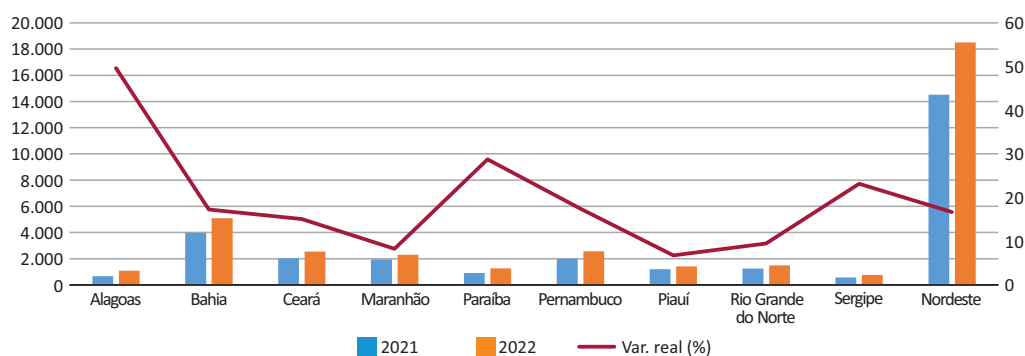
Fonte: BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022.

9.4 Agências Oficiais de Fomento

Este informe, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento, na Região Nordeste. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das agências oficiais de fomento, se estende até dezembro, e permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A programação para 2022, de empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, na Região Nordeste, foi R\$ 185,7 bilhões, que foi superado em 19,7%, o total no ano foi R\$ 222,2 bilhões.

A análise comparativa com o ano anterior foi também feita em termos de média de aplicação mensal. A média mensal das aplicações no Nordeste foi de R\$ 18,5 bilhões, um crescimento real, com relação a 2021, de +16,7%. O Estado de Alagoas, teve o maior crescimento em 2022, em que seus empréstimos e financiamentos cresceram 49,6%, em termos reais. A menor variação foi a do Piauí, com 6,8%. Os outros estados variaram entre 8,3% (Maranhão) e 28,7% (Paraíba).

Gráfico 2 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Estados do Nordeste – Média mensal – R\$ Milhões – 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

Os empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, no Nordeste, totalizaram R\$ 222,2 bilhões, em 2022, uma variação real de 16,7%. O BNB ocupa a terceira participação em volume (R\$ 40,9 bilhões e 18,4% de participação no total). Nas principais agências, apenas o BASA Nordeste (-41,3%) teve uma aplicação média (mensal) abaixo de 2021. Em termos de participação no total das aplicações, apenas a Caixa Econômica Federal (CEF) aumentou sua participação, de 25,5% (2021) para 34,1% (2022). O Banco do Brasil continua a ser a principal agência em volume, 41,8% do total. Sua alocação se concentra no segmento “outros” (67,6%) do seu total. Acreditamos ser em sua maioria pessoa física. Na área de maior risco, por suas particularidades climáticas, o setor rural captou R\$ 19,3 bilhões, em que 72,2% são de responsabilidade do BNB, e 19,6%, da Caixa Econômica Federal.

Avaliando a captação de recursos (média mensal) por habitante, população estimada em 2021 e 2022 pelo IBGE, e usada pelo TCU para transferir o Fundo de Participação dos Municípios, observa-se que quatro estados estão entre as cinco primeiras posições nos dois períodos: Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe. O Piauí, que tinha uma captação média por habitante no valor de R\$ 350,3, superava em 2021 o segundo, Rio Grande do Norte (R\$ 304,2). As posições continuam, Piauí com uma captação média, em 2022, de R\$ 407,6 e o Rio Grande do Norte, com R\$ 360,6. O Maranhão, que ocupava a terceira posição em 2021 (R\$ 240,3), caiu para a sétima posição (R\$ 282,8), e Alagoas, que ocupava a oitava posição em 2021 (R\$ 185,9), passou para quarta, em 2022 (R\$ 302,7). As duas últimas posições, em 2022, são ocupadas por Pernambuco e Ceará, R\$ 209,8 e R\$ 246,8, respectivamente.

Tabela 6 – Captação média (mensal) por habitante – R\$ 1,00

Estados/Nordeste	Captação (média mensal) por Habitante		Var. Real (%)
	2021	2022	
Alagoas	666	1.089	49,6
Bahia	3.976	5.093	17,2
Ceará	2.025	2.545	15,1
Maranhão	1.941	2.296	8,3
Paraíba	900	1.267	28,7
Pernambuco	1.997	2.563	17,4
Piauí	1.203	1.404	6,8
Rio Grande do Norte	1.247	1.492	9,5
Sergipe	570	767	23,2
Nordeste	14.525	18.516	16,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. População, IBGE, usada pelo TCU, para a transferência do FPM, em 2021 e 2022.

Olhando a distribuição dos recursos pelos setores produtivos, nas principais agências de fomento, nota-se que o BNB tem uma dispersão mais equilibrada, em que os setores rural, industrial e serviços captaram 97,2% dos recursos, sendo 33,9%, 31,6% e 31,6%, respectivamente. Nesses três setores, o BNDES aplicou 86,9%, só que 74,7% no setor serviços. Na CEF, habitação e “outros”, captaram 73,3% dos empréstimos e financiamentos, enquanto, no Banco do Brasil, 67,6% das aplicações estão no segmento “outros”.

À primeira vista, dá uma impressão de distorção das aplicações do BNB e BNDES, agências puras de desenvolvimento, em que a maior parte dos recursos está alocado no segmento grande porte. É neste segmento que se encontram os empreendimentos de infraestrutura, base para as outras cadeias produtivas, e geradoras de funding suficiente para dar sustentação aos empreendimentos de maior risco, nos outros portes. No caso do BNB, do total de contratações no ano, 13,8% foram alocadas em infraestrutura. O segmento micro, que incorpora as aplicações para pessoa física, é o foco do Banco do Brasil (69,0% das aplicações) e CEF (91,5%).

Tabela 7 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por setor – R\$ Milhões – 2022

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Serviços	Habitação	Outros ¹
	222.194	19.250	24.672	23.435	1.236	33.218	27.184	93.199
% de cada setor no Nordeste	100,0	8,7	11,1	10,5	0,6	14,9	12,2	41,9
BNB	18,4	72,2	52,4	1,9	-	39,0	-	0,7
BNDES	5,1	3,6	2,8	2,6	72,9	25,7	-	-
CAIXA	34,1	19,6	12,5	34,9	-	15,6	95,8	31,8
BANCO DO BRASIL	41,8	1,4	31,5	60,4	24,2	19,4	4,3	67,5
OUTROS ²	0,3	1,1	0,7	0,2	2,9	0,3	-	-
BASA NORDESTE	0,2	2,1	0,0	0,1	-	0,0	-	0,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Principalmente pessoa física. 2. Finep e Finame. Nota: Os percentuais internos da Tabela, se referem a distribuição, em cada setor, nas agências oficiais de fomento, exemplo: do total aplicado no setor rural (R\$ 19,3 bilhões), 72,2% é do BNB.

Tabela 8 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por porte – R\$ Milhões – 2022

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	222.194	138.122	22.862	26.198	1.742	33.270
% de cada setor no Nordeste	100,0	62,2	10,3	11,8	0,8	15,0
BNB	18,4	3,2	28,0	42,9	-	56,9
BNDES	5,1	0,1	2,2	4,7	-	28,6
CAIXA	34,1	50,2	15,4	7,2	37,5	1,2
BANCO DO BRASIL	41,8	46,4	54,1	43,7	59,8	12,0
OUTROS ¹	0,3	-	0,0	1,2	2,7	0,6
BASA NORDESTE	0,2	0,1	0,2	0,3	-	0,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Finep e Finame. Nota: Os percentuais internos da Tabela se referem a distribuição, em cada setor, nas agências oficiais de fomento, exemplo: do total aplicado no porte micro (R\$ 132,1 bilhões), 3,2% é do BNB.

9.5 Grau de Endividamento:

É importante acompanhar a evolução do nível de endividamento das Unidades da Federação, dado que as políticas públicas estaduais, têm como base a arrecadação própria, transferências da União e operações de crédito. Quanto à terceira alternativa, os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, for menor que 2.

A evolução positiva do Grau de Endividamento dos Estados brasileiros, vem ocorrendo desde 2020. Em 2021, o cenário apresentou-se mais favorável. O quadro mais atual, no final de 2022, mostra que a evolução continua, em que apenas a Região Norte teve um pequeno acréscimo em seu nível de endividamento, contudo, continua com o menor índice entre as Regiões. O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022). Para as capitais, o índice que era 0,20 (2021), caiu para 0,07.

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021), caindo para 8,5% no final de 2022. O baixo nível de endividamento das capitais, comparado com os estados, sinaliza que estas têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado, a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde e infraestrutura. Na região Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 27,5%, em 2022. Cabe destacar que o nível de endividamento da capitais nordestinas, representavam 62,2% da média nacional das capitais (2021), e passou a representar 135,0% em 2022, devido, principalmente, à

surpreendente redução no índice do Sudeste (de 0,28 para 0,03). O índice de endividamento das capitais, saiu de 0,20 (2021) para 0,07 (2022).

Quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), respondem por 84,8% da DCL (dívida consolidada líquida) do País em 2022, que é de R\$ 778,3 bilhões, e 46,0% da RCL (receita corrente líquida) do País (R\$ 1.006,7 bilhões). Estes, também, melhoraram seus índices de endividamento (GRE), que saiu de 1,57 (2021), para 1,43 em 2022. Nesse sentido, os estados do Nordeste são uma boa referência, o GRE da Região era 0,36 em 2021, e passou para 0,32, em 2022.

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -28,1%, em função do crescimento de sua Receita Corrente Líquida (variação nominal de +18,7%), acima da Dívida Consolidada Líquida (+6,9%). O Nordeste detém 8,8% da DCL nacional e 21,1% da RCL.

A redução do índice nacional de endividamento (0,88 para 0,77), -11,8%, se deve aos menores endividamentos em todas as regiões, à exceção do Norte, que gerou um crescimento de +1,2%, na DCL e +14,7 na RCL.

O Estado de Alagoas piorou seu índice de endividamento em 2022, de 0,38 (2021) para 0,55, em função do crescimento de sua Dívida Consolidada Líquida em +52,3%, de 2021 para 2022, enquanto sua Receita Corrente Líquida cresceu apenas +5,2%. Maceió, que tinha recursos em caixa acima de sua DCL em 2021 (R\$ 111 milhões), aumentou para 149 milhões em 2022. As maiores reduções nos níveis de endividamento estaduais, na Região, ocorreram no Ceará (-23,4%), Bahia (-20,9%) e Maranhão (-20,4%). No primeiro, houve uma redução na DCL de -7,5% e um aumento na RCL de +20,6%. Na Bahia, a DCL caiu -3,6% e a RCL aumentou em +21,8%. A DCL também caiu -3,6%, no Maranhão, enquanto a RCL aumentou +21,1%. Tanto a Paraíba, quanto o Espírito Santo têm GRE igual a zero porque tinham recursos em caixa acima do valor de suas DCL.

O Piauí teve crescimento em seu endividamento, no Estado (de 0,47 para 0,51), quanto em Teresina (de 0,12 para 0,25). No Estado, a DCL cresceu +28,3% e a RCL, +18,1%. Em Teresina, enquanto sua DCL cresceu +43,5%, sua RCL cresceu apenas 6,3%.

Tabela 9 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Seleccionados – 2021 e 2022

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2021	2022	Relação(%) ¹	Var. %	2021	2022	Var. %
Alagoas	0,38	0,55	71,1	44,8	-	-	-
Bahia	0,38	0,30	38,9	-20,9	0,08	0,05	-35,0
Ceará	0,44	0,34	43,8	-23,3	0,27	0,27	-1,5
Maranhão	0,41	0,33	42,5	-20,4	0,04	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	0,36	0,35	45,7	-2,2	0,22	0,18	-15,3
Piauí	0,47	0,51	66,0	8,7	0,12	0,25	116,0
Rio Grande do Norte	0,35	0,32	41,4	-7,2	0,32	0,25	-21,5
Sergipe	0,29	0,31	40,6	6,7	0,11	0,05	-52,3
Nordeste	0,36	0,32	41,7	-9,9	0,12	0,09	-28,1
Norte	0,09	0,12	15,0	33,0	0,14	0,09	-33,8
Sudeste	1,45	1,29	166,7	-11,3	0,28	0,03	-90,2
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	1,69	1,57	203,0	-7,3	0,10	0,06	-43,7
Sul	0,95	0,85	110,0	-10,0	-	-	-
Centro-Oeste	0,19	0,15	18,9	-24,1	0,18	0,20	14,2
Brasil	0,88	0,77	100,0	-11,8	0,20	0,07	-66,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2022). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2022. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

10 Intermediação Financeira

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no final de 2022, alcançou a marca de R\$ 5,3 trilhões de reais, o que representou crescimento de 14,0%, quando comparado com o ano de 2021.

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada nos últimos meses, em grande medida, pela estratégia de concessão de recursos financeiros destinada a pessoa física, que avançou 17,7% no ano de 2022.

No recorte empresarial, o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas no Brasil, que mais intensamente sentiu os efeitos econômicos da pandemia e da inflação elevada, apresentou aceleração no saldo de crédito em 17,5% no ano de 2022.

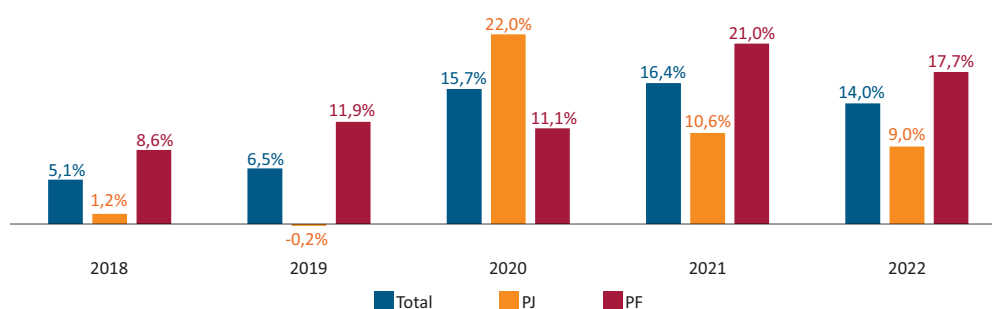
Entre as fontes de operações de empréstimos e financiamentos, os recursos livres apresentaram velocidade de crescimento similar aos recursos direcionados. Os recursos livres, embora contemplem aquisição de bens, são voltados principalmente para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como capital de giro e cartão de crédito, que apresentaram crescimento de 14,1% em 2022.

Segundo o Banco Central, em 2022, o crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$1,4 trilhão, expansão de 9,9% no ano, desacelerando da variação de 17,4% em 2021. Neste período, destacam-se os crescimentos nas modalidades de duplicatas e outros recebíveis, aquisição de veículos e capital de giro com prazo superior a 365 dias.

Para as famílias, de acordo com o Bacen, o crédito livre às famílias atingiu R\$1,8 trilhão, o que significou crescimento de 17,0% no ano, após variação de 23,0% em 2021. Destaca-se a expansão das modalidades crédito pessoal não consignado; crédito consignado para servidores públicos, para aposentados e pensionistas do INSS; aquisição de veículos; e cartão de crédito. Em dezembro, houve expansão de 0,2%, com destaque para consignado de servidores públicos, aquisição de veículos e cartão à vista.

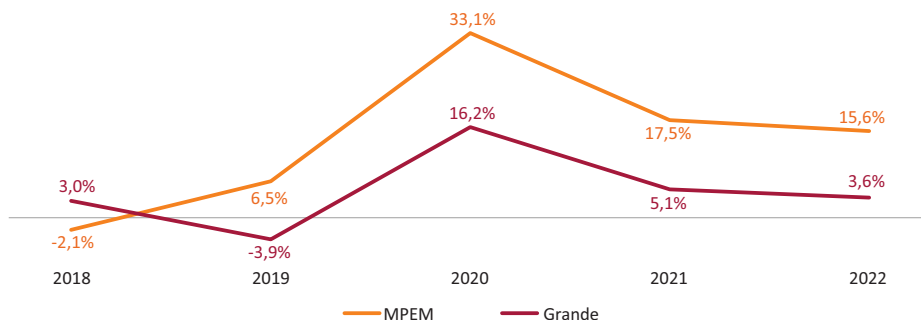
Os recursos direcionados, que registraram a marca de R\$ 2,1 trilhões, são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou vinculados a recursos orçamentários. Destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito. No ano de 2022, os recursos direcionados cresceram 14,0%.

Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2018 a 2022



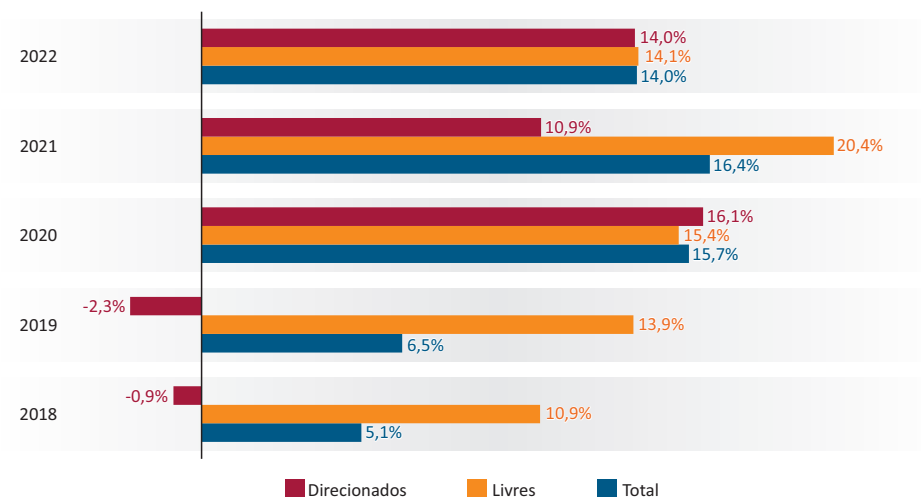
Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2023).

Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2018 a 2022



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2023).

Gráfico 03 - Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2018 a 2022



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2023).

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos do Sistema Financeiro Nacional, no período de janeiro a dezembro de 2022, foram de R\$ 5,9 trilhões, representando crescimento nominal de 20,2%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Sob a ótica das origens, os recursos podem ser caracterizados em recursos livres e direcionados. Nas concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), foi contratado o montante de R\$ 5,3 trilhões no acumulado do ano de 2022, o que representa crescimento de 20,4%, quando comparado ao ano anterior.

As concessões de crédito destinadas a pessoa jurídica apresentaram crescimento de 20,8%, enquanto, a pessoa física, apresentou evolução positiva de 19,7% nos créditos concedidos no período de janeiro a dezembro de 2022.

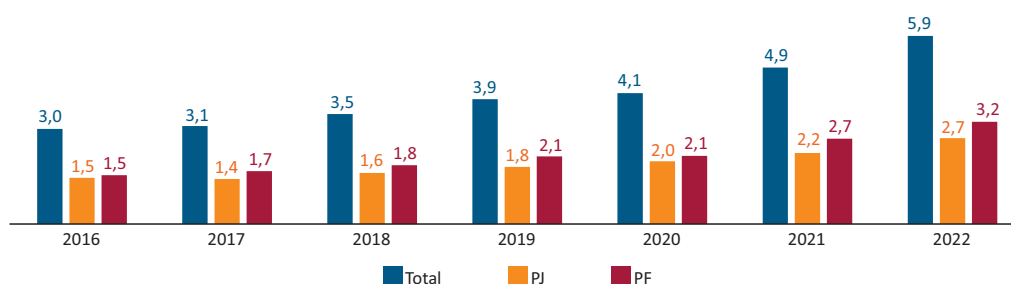
Entre as modalidades de crédito destinadas às empresas, que usam o funding dos recursos livres, destacam-se em termos de volume de recursos concedidos, as operações de desconto de duplicatas e recebíveis (R\$ 804,4 bilhões) e antecipação de cartão de crédito (R\$ 265,7 bilhões), que no período de janeiro a dezembro cresceram em 21,8% e 3,3%, respectivamente. Somente estas duas modalidades de crédito, sob o amparo dos créditos livres, representam 42,8% dos recursos concedidos em 2022 para as empresas.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

As modalidades de crédito que apresentaram melhor performance na concessão de crédito, também sob o amparo dos recursos livres, no período de janeiro a dezembro de 2022, em termos de crescimento, quando comparado com o mesmo período do ano passado, podem-se destacar: cartão de crédito parcelado (137,8%) e o financiamento à importação (73,2%).

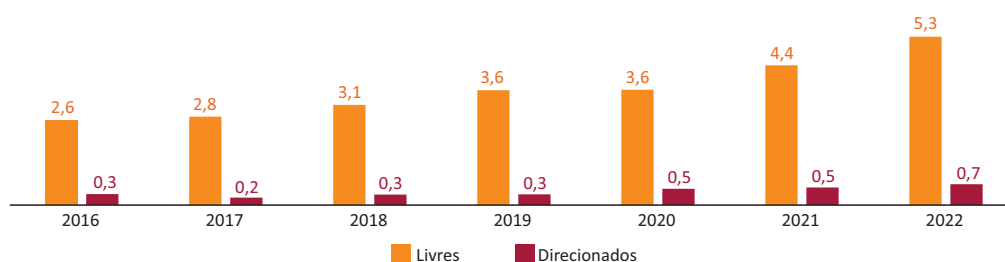
Nos recursos direcionados, onde operações de crédito são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura, foram concedidos créditos em 2022, no montante de R\$ 650,9 bilhões, o que significa avanço nominal de 18,5%, em comparação com o ano de 2021.

Gráfico 4 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – 2016 a 2022.



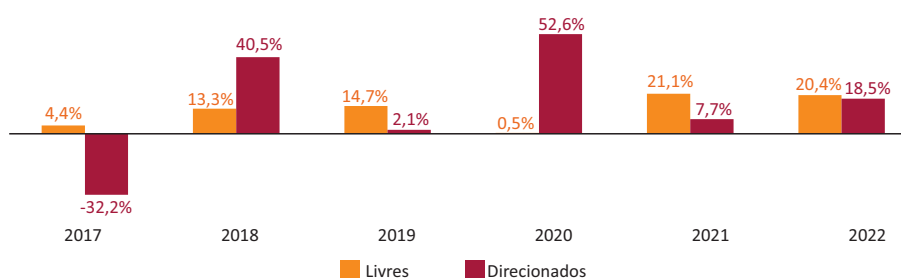
Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

Gráfico 5 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – 2016 a 2022.



Fonte: Banco Central (2023).
Elaboração: Etene (2023).

Gráfico 6 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – 2017 a 2022.



Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: Etene (2023).

Tabela 1 – Recursos Livres - Pessoa Jurídica – Contratações (R\$ milhões) – Por Modalidade

Modalidade	Part. (%)	Valor	Crescimento (%)
Desconto de Duplicata e Recebíveis	32,2%	804.421	21,8%
Antecipação de Cartão de Crédito	10,6%	265.787	3,3%
Cheque Especial	10,4%	259.941	29,8%
Capital de Giro Superior a 365 Dias	7,8%	194.530	24,7%
ACC	7,5%	188.573	20,7%
Conta Garantida	6,1%	151.400	21,7%
Cartão de Crédito - Rotativo	6,0%	150.873	38,4%
Capital de Giro Até 365 Dias	3,9%	97.011	34,1%
Arrendamento de Veículos	3,0%	75.945	9,0%
Financiamento A Exportação	2,8%	70.578	-0,2%
Outros Créditos Livres	2,4%	61.039	0,7%
Aquisição de Veículos	2,3%	56.454	5,1%
Cartão de Crédito - Parcelado	1,5%	36.331	137,8%
Aquisição de Outros Bens	0,8%	19.492	22,2%
Capital de Giro - Rotativo	0,8%	18.894	13,6%
Financiamento A Importação	0,7%	17.479	73,2%
Comprar	0,4%	10.499	-9,7%
Desconto de Cheques	0,4%	10.257	6,4%
Vendor	0,3%	7.004	-9,4%
Repasse Externo	0,2%	3.948	39,1%
Cartão de Crédito - À vista	0,1%	3.235	65,8%
Arrendamento de Outros Bens	0,0%	1.172	18,6%
Total	100,0%	2.499.444	

Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: Etene (2023).

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, sob o lastro de recursos livres e direcionados, encerraram o ano de 2022 com taxa média de juros de 30,1% a.a., o que representa aumento de 5,5 pontos percentuais (p.p.) quando comparado com o final do ano de 2021, conforme informações publicadas pelo Banco Central. Desde o ponto de inflexão da meta da Selic no 1º semestre de 2021, que é a taxa de referência da economia, a taxa média de juros das operações de crédito apresenta trajetória crescente.

No final de 2022, o *spread* bancário, que representa a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, sendo, em grande medida, a margem de rentabilidade dos bancos, registrou avanço de 3,3% quando comparado com o último mês de 2021. A elevação dos juros médios totais, se refletiu especialmente nos *spreads* das operações de crédito para as pessoas físicas. No ano de 2022, o *spread* nas operações com pessoa física subiu 4,4 p.p., enquanto o *spread* da pessoa jurídica cresceu apenas 0,5 p.p.

O *spread* da pessoa jurídica (+8,6%) continua mais baixo que o *spread* da pessoa física (+25,0%), fundamentalmente pela menor inadimplência, maior respaldo das operações bancárias com garantias reais, entre outros fatores econômico-financeiros.

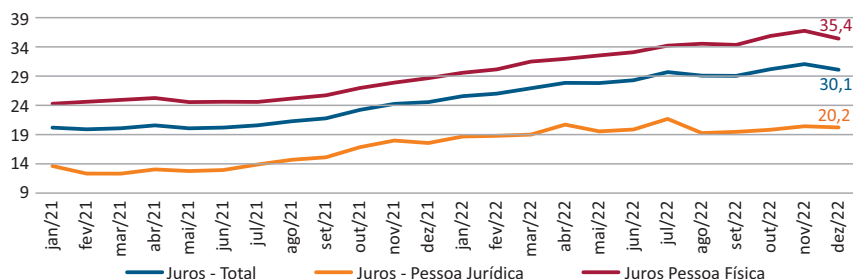
A taxa de inadimplência das operações de crédito, correspondente aos atrasos superiores a noventa dias, situou-se no Brasil em 3,0% no último mês de dezembro de 2022 (+0,7 p.p. nos últimos 12 meses), alcançando 3,9% no crédito às famílias (+0,8 p.p. nos últimos 12 meses) e 1,5% no crédito às empresas (+0,3 p.p. nos últimos 12 meses). A inadimplência, desde o início do ciclo de alta da taxa Selic em março de 2021, apresentou elevação em 15 dos 21 meses do período.

A taxa de inadimplência regional registrou +4,0% no último mês de dezembro de 2022, avanço de 1,0 p.p. nos últimos 12 meses, situando-se acima da taxa de inadimplência nacional (+3,0%), fundamentalmente em decorrência dos indicadores em nível estadual, onde todas as Unidades da Federação do Nordeste

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2022

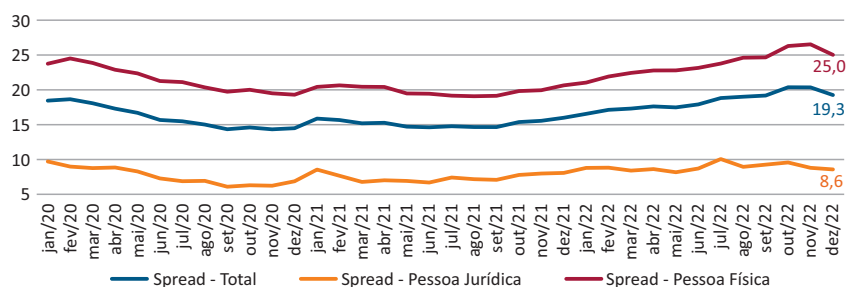
anotaram inadimplência maior que a média brasileira. Minas Gerais (+2,4%) e Espírito Santo (+2,6%), que fazem parte da área de atuação do BNB, apresentaram inadimplência inferior à média brasileira.

Gráfico 7 – Taxas de Juros – Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2020 a Dezembro de 2022



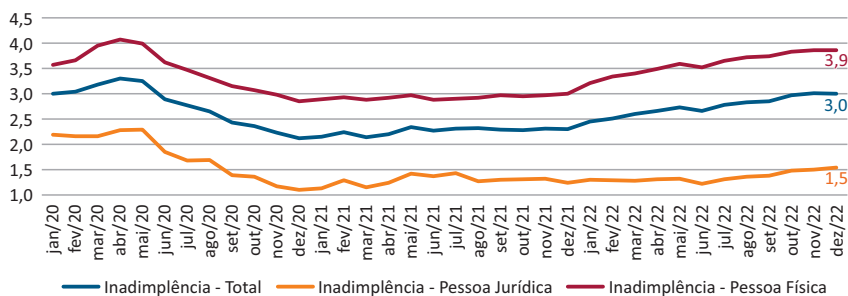
Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

Gráfico 8 – Spread – Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2020 a Dezembro de 2022



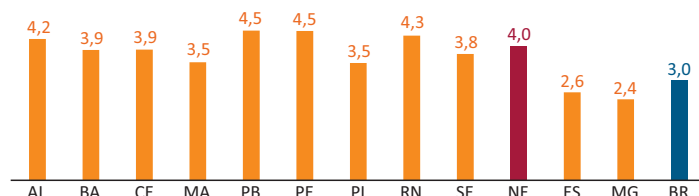
Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

Gráfico 9 – Inadimplência – Brasil - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2020 a Dezembro de 2022



Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

Gráfico 10 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Dezembro de 2022



Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino atingiu o montante de R\$ 724,0 bilhões de reais no final de 2022, e superando a dinâmica nacional, apresentou crescimento de 18,0%, enquanto no Brasil, na mesma métrica de comparação, o crédito avançou 14,0%.

No Nordeste, a trajetória ascendente do crédito ocorre devido à expansão tanto das carteiras de crédito das pessoas físicas, que registrou expansão de 18,7%, quanto das empresas, que apontou elevação em 16,5%.

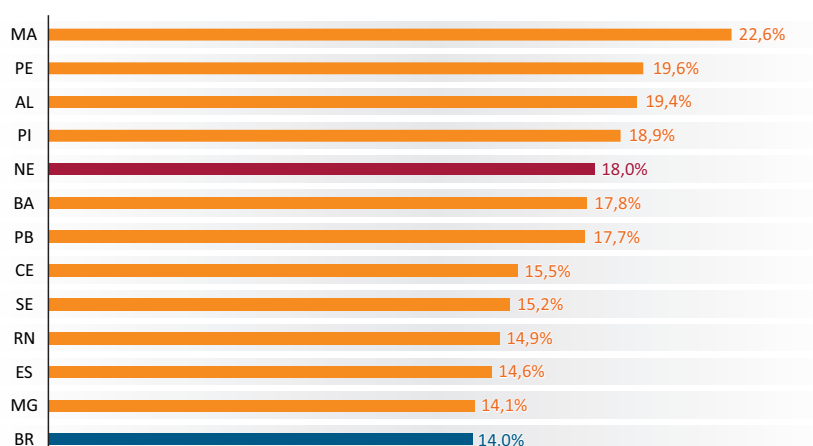
O saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinado às famílias representa 70,1% do total, cabendo a parcela restante (29,9%) às empresas. Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Maranhão (+22,6%) e Pernambuco (+19,6%).

A liderança no avanço do crédito no Maranhão, decorre em razão do apetite de crédito das pessoas físicas e pessoas jurídicas, de forma quase homogênea. O avanço do crédito das pessoas físicas e jurídicas foram de 22,9% e 21,5%, respectivamente. O saldo de crédito das pessoas físicas no Maranhão já se aproxima de R\$ 60 bilhões, e corresponde, aproximadamente, a 76,5% do crédito total do Maranhão.

Em Pernambuco, o crédito em expansão é resultado, sobretudo, das pessoas jurídicas pernambucanas, que cresceu em ritmo de 22,1% no ano de 2022. No montante total de crédito, os principais estados são: Bahia (R\$ 195,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 121,8 bilhões) e Ceará (R\$ 116,2 bilhões).

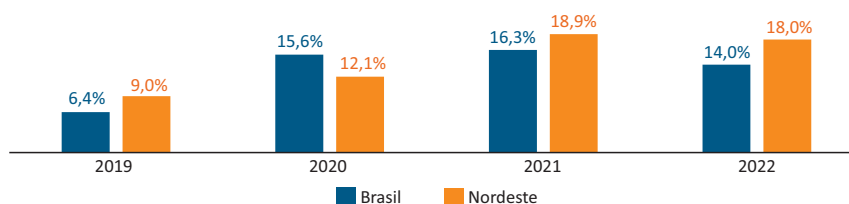
Regionalmente, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito em 2022, foi na Região Norte, que registrou crescimento no saldo de crédito de 22,5%. O Nordeste, com crescimento de 18,0%, na mesma base de comparação, foi o segundo lugar no crescimento da carteira de crédito.

Gráfico 11 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – % - 2022 – Em relação ao ano anterior



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

Gráfico 12 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – % - 2019 a 2022



Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

Tabela 2 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões Selecionadas – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2022*

	2019	2020	2021	2022
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,0%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,9%	18,0%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,8%
Norte	13,2%	17,9%	27,4%	22,5%
Sul	8,7%	19,1%	15,4%	16,2%
Centro Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,9%

Fonte: Banco Central (2023). Elaboração: BNB/Etene (2023).

11 Índices de Preços

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, 2022, com os dados de dezembro de 2021, deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na Região Nordeste, 63,4% ganham até dois salários mínimos. Este percentual cai para 51,2% no País como um todo. A ampliação do limite para três salários mínimos, apresenta que 75,4% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 68,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1. Vale a pena acompanhar a evolução dos itens: alimentação no domicílio, gás butano, energia residencial e ônibus municipal, que afetam diretamente as classes menos abastadas.

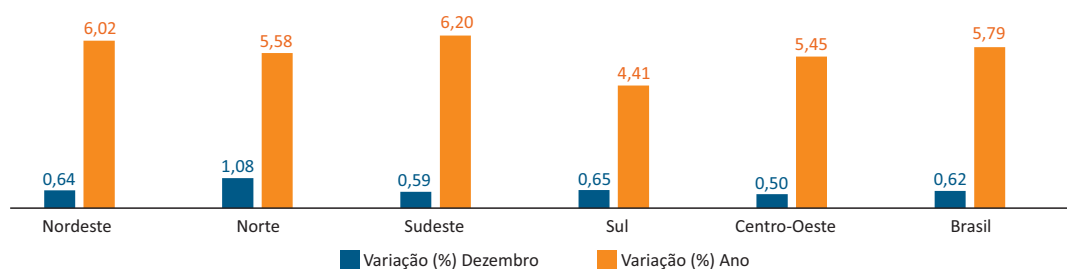
Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios Por Faixa de Remuneração – Rais 2021

Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	9,0	46,3	14,9	70,1
Nordeste	12,7	50,7	12,0	75,4
Sudeste	5,6	42,3	18,2	66,1
Sul	5,3	41,6	22,1	68,9
Centro-Oeste	7,0	42,5	16,1	65,6
Brasil	7,2	44,0	17,4	68,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Rais 2022, Ministério da Economia. Nota: SM – salário mínimo.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de dezembro teve alta de 0,62%, 0,21 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de 0,41% registrada em novembro. Em dezembro de 2021, a variação havia sido de 0,73%. Todos os grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro. A maior variação (1,60%) e o maior impacto (0,21 p.p.) vieram de **Saúde e cuidados pessoais**, que acelerou em relação ao resultado de novembro (0,02%). A segunda maior contribuição, 0,14 p.p., veio de **Alimentação e bebidas**, que ficou com alta de 0,66%. Juntos, os dois grupos representaram cerca de 56% do impacto total do IPCA de dezembro. A segunda maior variação, por sua vez, veio de **Vestuário** (1,52%), cujo resultado ficou acima de 1% pelo quinto mês consecutivo. **Transportes** (0,21%) e **Habitação** (0,20%) desaceleraram na comparação com o mês anterior, quando registraram 0,83% e 0,51%, respectivamente. Os demais grupos ficaram entre o 0,19% de **Educação** e o 0,64% de **Artigos de residência**. Todas as regiões tiveram acréscimos em seus preços, em dezembro. A variação regional de +0,50% (Centro-Oeste) a +1,08% (Norte).

Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – Dezembro 2022 e ano



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Das 16 capitais pesquisadas, Rio Branco teve a maior variação (+1,32%), e Rio de Janeiro, a menor (+0,33%). No Nordeste, São Luís (+1,0%) e Recife (+0,88%), ocupam a terceira e quarta posições. Salvador tem a menor inflação na Região (+0,39%). O Nordeste tem a segunda maior inflação no ano (+6,02%), o Sudeste supera (+6,20%). Rio de Janeiro tem a maior inflação no ano (6,65%), seguido por São Paulo (+6,61%) e Salvador (+6,29%). As outras capitais do Nordeste ocupam da quinta à oitava posições, tendo inflações anuais entre 5,76% (Fortaleza) a 6,10% (São Luís).

Dos três grupos que foram responsáveis pela maior parte da inflação regional em 2021 (alimentação e bebidas, habitação e transportes), os dois últimos perderam sua força, a partir das mudanças efetuadas no ICMS e outros impostos, que afetaram os serviços de energia, combustíveis e comunicações. Em 2022, habitação representa apenas 0,93% do IPCA anual da Região, e transportes teve uma deflação de -0,37 pontos percentuais (p.p.).

O IPCA no mês: Os três grupos que puxaram o aumento do IPCA nordestino, no mês de dezembro, por ordem de importância em seus impactos, são: Saúde e cuidados pessoais (var. +1,92% e impacto de +0,27 p.p.), Alimentação e bebidas (var. +0,84% e impacto de 0,20 p.p.) e Vestuário (var. +1,56% e impacto de +0,09 p.p.). Juntos, representam 88,9% do IPCA nordestino. Em Saúde e cuidados pessoais, o principal componente é Higiene pessoal (var. +3,9% e impacto de 0,2 p.p.), seguido por Serviços de saúde (var. +0,9% e impacto de 0,1 p.p.) e Produtos farmacêuticos (var. +0,6% e impacto de 0,02 p.p.). Em Alimentação e bebidas, as variações mais relevantes são do arroz (var. +3,1% e impacto de 0,2 p.p.), Tubérculos, raízes e legumes (var. +7,1% e impacto de 0,1 p.p.), Tomate (var. +16,5% e impacto de 0,04 p.p.), Carnes (var. +0,6% e impacto de +0,02 p.p.), Panificados (var. +0,8%), Óleo de soja (var. +2,4%) e Feijão carioca (var. +4,8%), cada um com impacto de +0,01 p.p.. Em Vestuário, Roupas (var. +1,7% e impacto de +0,1 p.p.) e Calçados (var. +1,4%) e impacto de +0,02 p.p.), são os destaques. No sentido contrário, o grande destaque é a Gasolina, no grupo Transportes, que variou -2,2%, com um impacto de -0,1 p.p.. O Leite longa vida também teve uma queda considerável, -4,9%, com um impacto negativo de -0,1 p.p..

Entre as capitais nordestinas pesquisadas, a gasolina variou de -7,2% (Salvador) a -3,7% (Recife). O Leite longa vida, variou entre -6,5% (Salvador) e -2,4% (São Luís). Os maiores impactos positivos, conforme exposto acima, entre as capitais da Região, o arroz, variação entre +1,4% (Salvador) e +5,6% (Fortaleza); Feijão carioca, variação entre +zero (Fortaleza) e +8,3% (Salvador); Tubérculos, raízes e legumes, variação entre +2,6% (Recife) e +12,4% (São Luís); Tomate, variação entre +8,2% (Salvador) e 31,4% (Fortaleza); Roupas, variação entre +1,1% (Fortaleza) e +2,9% (Aracaju) e Higiene pessoal, variação entre +3,2% (Aracaju) e +4,8% (São Luís).

As variações dos grupos, nas capitais nordestinas pesquisadas, são bastante heterogêneas. Em três capitais, as variações mais relevantes, coincidem com as variações no IPCA regional (Saúde e cuidados pessoais, Alimentação e bebidas e Vestuário). As capitais são: Salvador (com maior peso relativo), Aracaju e São Luís. Nesta última, Saúde e cuidados pessoais, perde a primeira posição para Alimentação e bebidas. Em Fortaleza, o grupo Vestuário perde sua posição para Habitação, que teve variações negativas em Recife, Aracaju e São Luís. O contraste mais interessante é no grupo Transportes, que teve impacto negativo no índice regional (-0,05 p.p.), sendo um dos três mais relevantes no IPCA de Recife (+0,26 p.p.). Cabe, então, destacar o que ocorreu nestes dois grupos, em Fortaleza e Recife.

Em Fortaleza, apesar do Gás de botijão ter caído (var. -2,4% e impacto de -0,05 p.p.), não compensou os aumentos em Energia elétrica residencial (var. +2,1% e impacto de +0,1 p.p.) e Encargos e manutenção (var. +0,5% e impacto de +0,05 p.p.). O grupo Transportes, em Recife, variou +1,39%, com um impacto de +0,26 p.p.. O maior destaque vem da Gasolina (var. +3,68% e impacto de +0,19 p.p.), quando teve queda em todas as outras capitais nordestinas pesquisadas. Associe a isso, os aumentos no Etanol (var. +6,54% e impacto de +0,01 p.p.), Transporte público (var. +0,92% e impacto de +0,03 p.p.), Veículo próprio (var. +0,32% e impacto de +0,03 p.p.) e Passagem Aérea (var. +3,0% e impacto de +0,02 p.p.).

Tabela 2 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – dezembro de 2022

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	0,61	0,88	0,39	0,66	1,00	0,63	0,62
Alimentação e Bebidas - p.p.	0,19	0,18	0,20	0,18	0,36	0,20	0,14
Habituação - P.P.	0,09	-0,02	0,01	-0,03	-0,07	0,01	0,03
Artigos de Residência - p.p.	0,01	0,03	0,04	0,02	0,01	0,03	0,03
Vestuário - p.p.	0,03	0,09	0,11	0,14	0,11	0,09	0,07
Transportes - p.p.	-0,00	0,26	-0,32	0,00	0,08	-0,05	0,04
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,27	0,25	0,27	0,23	0,35	0,27	0,21
Despesas Pessoais - p.p.	0,02	0,04	0,07	0,05	0,07	0,05	0,06
Educação - p.p.	0,00	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,01
Comunicação - p.p.	0,01	0,03	0,00	0,04	0,06	0,02	0,02

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

A Inflação no ano: Os três grupos com maior representatividade no IPCA do Nordeste, Alimentação e bebidas (+2,67 p.p.), Saúde e cuidados pessoais (+1,56 p.p.) e Vestuário (+1,05 p.p.), que representam 87,8% do IPCA regional, e 82,6% do índice nacional, são os mais relevantes em todas as capitais nordestinas pesquisadas. Nas capitais nordestinas pesquisadas, a importância destes no IPCA, vai de 81,6% (Fortaleza) a 96,8% (São Luís). O quarto grupo mais representativo, varia entre Educação (Fortaleza e Aracaju) e Despesas Pessoais (Recife, Salvador e São Luís). O grupo Transportes, teve deflação em todas as capitais nordestinas pesquisadas, assim como o grupo Comunicação.

Tabela 3 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – 2022

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral	5,76	5,80	6,29	6,03	6,10	6,02	5,79
Alimentação e Bebidas - p.p.	2,39	2,72	2,74	2,39	2,98	2,67	2,51
Habituação - p.p.	0,41	-0,24	0,27	-0,17	-0,49	0,06	-0,02
Artigos de Residência - p.p.	0,35	0,30	0,21	0,10	0,43	0,28	0,28
Vestuário - p.p.	0,81	0,91	1,17	1,36	1,20	1,05	0,83
Transportes - p.p.	-0,35	-0,24	-0,49	-0,23	-0,40	-0,37	-0,30
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	1,49	1,68	1,43	1,76	1,72	1,56	1,44
Despesas Pessoais - p.p.	0,32	0,39	0,59	0,47	0,53	0,47	0,75
Educação - p.p.	0,45	0,38	0,51	0,54	0,31	0,45	0,39
Comunicação - p.p.	-0,13	-0,12	-0,15	-0,18	-0,18	-0,14	-0,08

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

No grupo Alimentação e bebidas (var. +11,18% e impacto de 2,67p.p.), os principais impactos são de Frutas (var. +22,6% e impacto de +0,28 p.p.), Leite e derivados (var. +22,6% e impacto de 0,5 p.p.), **Pão francês** (var. de +23,8% e impacto de +0,3 p.p.), Tubérculos, raízes e legumes (var. de +31,4% e impacto de +0,3 p.p.), Aves e ovos (var. +8,0% e impacto de +0,2 p.p.), Café moído (var. +16,9% e impacto de +0,1 p.p.) e Farinha de mandioca (var. de +29,8% e impacto de +0,08 p.p.). Em Saúde e cuidados pessoais (var. +11,3% e impacto de +1,6 p.p.), os destaques são Higiene pessoal (var. de +16,7% e impacto de +0,9 p.p.), produtos farmacêuticos (+11,9% e impacto de 0,4 p.p.) e Serviços de saúde (variação de +6,8% e impacto de +0,4 p.p.). Roupas (var. +20,0% e impacto de 0,8 p.p.) e Calçados (var. +20,2% e impacto de 0,3 p.p.) detêm os principais impactos em Vestuário (var.+19,3% e impacto de +1,1 p.p.). A redução de -1,93% (impacto de -0,37 p.p.) em Transportes, se deve à Gasolina (var. de -25,3% e impacto de -1,3 p.p.). O combustível variou entre -24,0% (Recife) e -28,1% (Aracaju). Em sentido contrário, observa-se os aumentos em Veículo próprio (var. de +11,7% e impacto de +1,2 p.p.) e transporte público (var. de +9,4% e impacto de +0,3 p.p.). Os destaques no grupo Comunicação, são o Acesso à internet (var. -14,2% e impacto de -0,08 p.p.), Plano de telefonia móvel (var. -2,2% e impacto de -0,03 p.p.) e Aparelho telefônico (var. -2,4% e impacto de -0,02 p.p.).

O grupo Despesas Pessoais (var. +5,73% e impacto de +0,47 p.p.) é o quarto mais importante em impacto no IPCA regional, e Educação (var. +8,39% e impacto de +0,45 p.p.), o quinto. As variações mais relevantes, no primeiro, são: Serviços pessoais (var. +5,79% impacto de ++0,33 p.p.), Recreação (var. +5,52% e impacto de ++0,15 p.p.), Hospedagem (var. +8,93% e impacto de +0,04 p.p.) e Pacote turístico (var. +13,73% e impacto de +0,04 p.p.). Os destaques em Educação, **são** Ensino fundamental (var. +10,41% e impacto de +0,18 p.p.), Ensino superior (var. 6,19% e impacto de +0,08 p.p.), Cursos diversos (var. +9,78% e impacto de +0,06 p.p.) e **Pré-escola** (var. +9,46% e impacto de +0,04 p.p.).

As variações mais relevantes, entre os três principais grupos, olhando o que ocorreu em cada capital nordestina, pode-se destacar os seguintes detalhes: Em Alimentação e bebidas, Frutas, Leite e derivados e Pão francês, as variações ficaram entre Recife e **São Luís**, +17,3% e +32,1%, +18,9% e 31,7%, e +19,4% e +33,7%, respectivamente. A **variação** em Tubérculos, raízes e legumes, ficou entre +17,9% (Aracaju) e +35,0% (Salvador). No grupo Saúde e cuidados pessoais, a variação em Higiene pessoal, ficou entre +15,5% (Salvador) e +18,2% (Aracaju); Produtos farmacêuticos, entre +8,7% (Aracaju) e +14,5% (Recife) e Serviços de saúde, entre +6,3% (Recife) e +7,4% (Fortaleza). Roupas, entre +13,8% (Recife) e +27,1% (Aracaju) e Calçados, entre +17,6% (Fortaleza) e +22,5% (Recife).

12 Cesta Básica

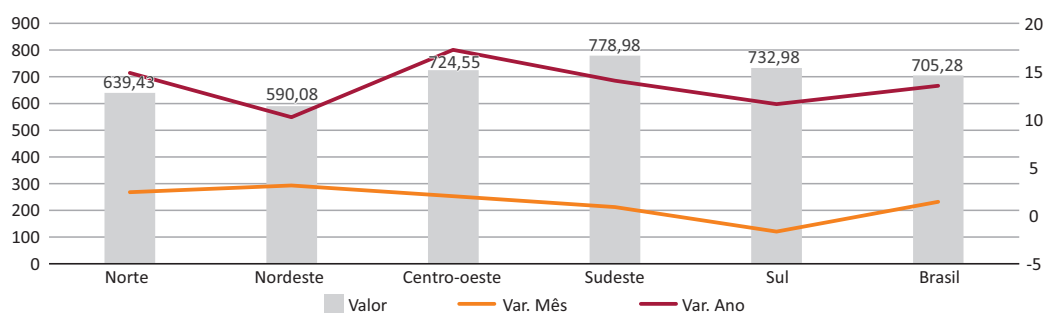
A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. Como foi exposto no início do texto, 63,4% dos trabalhadores nordestinos, com carteira assinada, ganham até dois salários mínimos, e 75,4% até 3 salários mínimos. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

Evolução de 2021 para 2022: A variação da cesta básica nordestina em 2021, foi de +3,1%), com o valor de R\$ 535,29. Em dezembro de 2021, cresceu apenas +1,1%. Em 2022, a cesta básica regional passa a custar R\$ 590,08, +10,2% maior que o preço vigente em dezembro de 2021. A cesta cresceu em dezembro de 2022, +3,1%, cenário muito diferente do ano anterior.

A Região fechou o ano com a menor variação entre as Regiões (+10,24%), 20% abaixo da média nacional. As maiores variações, no ano, são do Centro-Oeste (+17,24%) e Norte (+14,83%). No mês de dezembro, quatro capitais nordestinas ocupam as primeiras posições: Fortaleza (+3,70%), Salvador (+3,64%), Natal (+3,07%) e Recife (+2,50%). Aracaju (+1,77%) e João Pessoa (+1,70%); situam-se no meio das 17 capitais pesquisadas. As capitais da Região Sul estão com as menores variações no mês, ficando Porto Alegre com o menor índice (-2,03%). O Nordeste, mesmo com as maiores variações em dezembro, termina o ano com a menor variação. Apenas Fortaleza (+12,94%) fica na 8ª posição, permanecendo as outras capitais na escala de baixo: Natal (+10,35%), Salvador (+10,13%), João Pessoa (+9,99%), Aracaju (+8,99%) e Recife (+6,15%).

Cabe destacar a diferença entre a variação da cesta básica com o IPCA da Região. Existem alguns detalhes que diferenciam as duas pesquisas. Na cesta básica, o leite é o integral (UHT), e no IPCA, o leite longa vida, e o em pó; optou-se, no IPCA, pelo leite longa vida. As capitais pesquisadas diferem um pouco, Fortaleza, Recife, Salvador e Aracaju, fazem parte das duas pesquisas. São Luís, no IPCA, e Natal e João Pessoa, na cesta básica. Contudo, as diferenças nos resultados não são tão relevantes. A variação da cesta básica no Nordeste foi + 10,24%, e a variação dos produtos que compõem a cesta básica, no IPCA da Região foi +10,16% (utilizou-se os pesos da cesta básica). Olhando a variação dos produtos, as maiores diferenças são no arroz (+1,86% - CB; +6,99% - IPCA) e óleo de soja (+4,68% - CB; +7,12% - IPCA).

Gráfico 1 - Valor (R\$) da cesta básica e variações (%) – Dezembro e Ano - Brasil e Regiões – 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do DIEESE.

O valor da cesta básica nordestina é 16,3% menor que a média nacional (R\$ 705,28), e 24,2% que a do Sudeste (R\$ 778,98). Mesmo comparando com a Região Norte, ela é ainda menor 7,7% (R\$ 639,43). Na comparação dentro da Região, Fortaleza se sobressai com a cesta de maior valor (R\$ 653,99), 10,8% mais cara que a média regional (R\$ 590,08) e 25,5% que a de menor valor, R\$ 521,05 (Aracaju). A cesta do fortalezense é 2,3% maior que a cesta da Região Norte (R\$ 639,43).

Tabela – 1 Valor e Variação da Cesta Básica na Região Nordeste – Dezembro, e Ano – 2022

Capitais/Região	Valor	% - Mês	% - Ano
Fortaleza	653,99	3,7	12,9
Aracaju	521,05	1,8	9,0
João Pessoa	561,84	1,7	10,0
Natal	584,36	3,1	10,4
Recife	565,09	2,5	6,1
Salvador	570,70	3,6	10,1
Nordeste	590,08	3,1	10,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

A variação no mês de dezembro, foi fortemente afetada pelos preços de quatro produtos: tomate (+22,3% e impacto de +2,6 p.p.), carne (+1,0% e impacto de +0,3 p.p.), feijão (+3,7% e impacto de +0,2 p.p.) e farinha (+6,5% e impacto de +0,2 p.p.), que, juntos, representam 103,6% do índice regional. No sentido inverso, observou-se a deflação no leite (-4,6% e impacto de -0,4 p.p.) e no açúcar (-0,5% e impacto de -0,05 p.p.).

No ano, sabe-se que a cesta básica teve a menor variação entre as Regiões (+10,24%), mas muito acima do IPCA regional (+6,02%). Como as classes da base da pirâmide social são fortemente afetadas, em seu orçamento, pelos gastos com alimentação, manutenção da casa e transporte, vê-se que essas classes foram extremamente prejudicadas, já que o aumento do salário mínimo para 2023, foi de +7,42%, que representa 72,5% da variação da cesta básica. A variação no ano, na cesta nordestina, pode ser detalhada, em termos de importância, nos impactos de seis produtos, que representam 115,4% do índice regional: Pão (+24,5% e impacto de +3,4 p.p.), leite (+34,0% e impacto de 2,1 p.p.), a banana (+25,4% e impacto de 1,9 p.p.), a manteiga (+24,2% e impacto de +1,6 p.p.), o feijão (+23,1% e impacto de +1,5 p.p.) e a farinha (+42,2% e impacto de +1,2 p.p.). No sentido inverso, o fato relevante é a redução no Tomate (-13,1% e impacto de -1,9 p.p.).

Partindo dos quatro produtos que geraram os maiores impactos no ano (pão, leite, banana e manteiga), selecionou-se as capitais com as maiores, e menores, variações. No mês: pão leite (+1,6%, Recife e -0,8%, Natal), leite (-2,7%, Fortaleza e -8,1%, Aracaju), banana (+8,3%, Salvador e -4,5%, Aracaju) e manteiga (+2,1 Recife e -0,2%, João Pessoa); no ano: pão (+27,8%, Recife e +13,2%, João Pessoa), leite (+40,7%, Recife e +24,6%, Aracaju), banana (+40,5%, Salvador e +0,2%, Recife) e manteiga (+35,5%, João Pessoa e +16,9%, Fortaleza).

Tabela 2 – Cesta Básica (%) e Impactos (p.p.) Nordeste e Capitais Pesquisadas na Região – 2022

Produtos /Cesta	Aracaju		Fortaleza		João Pessoa		Natal		Recife		Salvador		Nordeste	
	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto
Total da Cesta	9,00		12,94		9,99		10,36		6,14		10,13		10,24	
Carne	(1,20)	-0,51	4,96	1,46	(0,29)	-0,17	3,71	1,16	(1,47)	-0,51	(2,01)	-0,75	0,86	0,18
Leite	24,63	1,56	32,03	1,85	33,14	2,24	26,46	1,68	40,66	2,41	36,81	2,48	33,96	2,13
Feijão	27,14	1,81	23,95	1,41	23,31	1,70	24,47	1,68	25,06	1,74	19,84	1,25	23,14	1,50
Arroz	0,81	-0,08	8,13	0,17	4,55	0,06	6,78	0,14	(7,17)	-0,31	0,16	-0,14	1,86	-0,03
Farinha	46,74	1,39	51,17	1,31	43,59	1,31	34,30	1,10	42,64	1,21	35,77	1,02	42,15	1,19
Tomate	(14,03)	-1,88	(5,11)	-0,80	(7,48)	-1,01	(11,63)	-1,54	(24,92)	-4,06	(16,51)	-2,38	(13,10)	-1,91
Pão	25,54	3,27	25,31	3,97	13,17	1,81	19,31	2,43	27,80	3,26	26,47	3,76	24,47	3,42
Café	19,98	0,26	11,09	0,10	19,20	0,25	14,16	0,17	25,30	0,40	13,64	0,10	15,72	0,18
Banana	25,53	1,93	29,23	2,30	18,00	1,30	24,87	1,85	0,16	-0,04	40,51	3,06	25,36	1,93
Açúcar	(2,34)	-0,16	5,26	0,02	1,75	-0,04	8,80	0,14	3,61	0,03	5,81	-0,01	4,66	0,01
Óleo	(0,92)	-0,12	4,47	-0,01	3,74	-0,01	8,17	0,08	1,04	-0,04	7,69	-0,01	4,68	-0,01
Manteiga	27,36	1,52	16,93	1,15	35,47	2,53	20,83	1,47	29,06	2,05	27,05	1,77	24,24	1,64

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.